



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS (PPGRI)

**A DIMENSÃO IDEOLÓGICA DO IMPERIALISMO:  
A RELIGIÃO PROTESTANTE COMO ARMA DE GUERRA PSICOLÓGICA  
DOS EUA CONTRA A AMÉRICA LATINA DURANTE A GUERRA FRIA**

**MICHELLE ALVES LIMA**

Foz do Iguaçu, PR

2024



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)

**A DIMENSÃO IDEOLÓGICA DO IMPERIALISMO:  
A RELIGIÃO PROTESTANTE COMO ARMA DE GUERRA PSICOLÓGICA  
DOS EUA CONTRA A AMÉRICA LATINA DURANTE A GUERRA FRIA**

**MICHELLE ALVES LIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, na linha de pesquisa de Política Externa, Atores e Processos Internacionais, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Karen dos Santos Honório

Foz do Iguaçu, PR

2024

**MICHELLE ALVES LIMA**

**A DIMENSÃO IDEOLÓGICA DO IMPERIALISMO:  
A RELIGIÃO PROTESTANTE COMO ARMA DE GUERRA PSICOLÓGICA  
DOS EUA CONTRA A AMÉRICA LATINA DURANTE A GUERRA FRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, na linha de pesquisa de Política Externa, Atores e Processos Internacionais, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais..

Orientadora: Prof. Dra. Karen dos Santos Honório

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof.. Dra. Karen dos Santos Honório  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

---

Prof.. Dra. Roberta Sperandio Traspadini  
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

---

Prof. Dra. Luiza Rodrigues Mateo  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação  
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

L732d

Lima, Michelle Alves.

A dimensão ideológica do imperialismo: a religião protestante como arma de guerra psicológica dos EUA contra a América Latina durante a guerra fria / Michelle Alves Lima Moretto Rodrigues. - Foz do Iguaçu, 2024.

153 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Orientador: Karen dos Santos Honório.

1. Imperialismo. 2. Ideologia. 3. Protestantismo. I. Honório, Karen dos Santos. II. Título.

CDU 325.3(8)

Para minha amada camarada Marjorie Donizete Assano, que lutou durante 6 meses contra o linfoma raro que lhe apareceu no final da gravidez, com coragem, esperança e serenidade surpreendentes. Antes de ontem ela partiu, deixando um buraco devastador no meu coração. Que o Ernesto carregue seu talento, alegria, criatividade e força. Todo meu amor, admiração e saudade, carrego comigo enquanto eu viver.

## AGRADECIMENTOS

Quando eu tinha 4 ou 5 anos e me perguntavam o que queria ser quando crescesse, eu prontamente respondia “missionária na China”. A minha vocação missionária infantil derivava, certamente, do fato de ter crescido entre missionários e missionárias estadunidenses, cujo sacrifício, coragem, disciplina, sotaque e comportamentos esquisitos me impressionaram muito. A escolha pela China tem relação com as histórias assombrosas que eu ouvia na igreja sobre o “regime comunista” e as milhares de meninas supostamente abandonadas pelas ruas porque os pais só podiam ter um filho, sobre a perseguição e tortura de cristãos dentro dos países da terrível “cortina de ferro”.

Minha experiência dentro de uma comunidade cristã originária dos Estados Unidos e as contradições entre o que eu aprendi nesta bolha e a realidade latino-americana que me cercava marcaram minha alma de uma maneira decisiva. Na adolescência comecei a questionar as causas da pobreza e do sofrimento no mundo, para além da explicação do pecado original de Adão e Eva. A longa e tortuosa caminhada que se iniciou com a leitura de “A Utopia” de Thomas Morus, por acidente, numa biblioteca municipal escura, me trouxe até aqui.

Hoje, duas décadas depois, militante comunista, feminista e revolucionária, tenho ainda mais perguntas do que respostas para minhas angústias e inquietações. Tenho aprendido, no entanto, que a falta me move e as dúvidas me levam para mais longe do que as certezas inabaláveis, que, ao contrário, me mantêm letárgica e estagnada. Esta pesquisa, portanto, é fruto da tentativa (uma das muitas) de me entender, compreender o mundo em que vivo e avançar.

Foi muito difícil escolher este tema, que me atravessa e mobiliza lugares evidentes e ocultos da alma. Foi sofrido recortar uma só pergunta de pesquisa, dentre as tantas outras que me assolam, dentro de um universo em que tudo me fascina, me entristece e me enfurece ao mesmo tempo. Ao escrever, foi doloroso deparar-me friamente com tudo que eu não li e gostaria de ter lido, tantas coisas que eu não sei e gostaria de saber, com a pessoa que eu não sou, mas gostaria de ser. Além disto, enfrentei os desafios de falta de tempo e energia comuns a toda mãe, trabalhadora e militante do Sul Global, que resolve adentrar o ambiente tão enriquecedor e algumas vezes inóspito da produção acadêmica.

Concluir este trabalho e receber o título de “Mestra” é, portanto, a realização de um desejo muito antigo, profundamente arraigado e teimoso em mim. Mas não é, absolutamente, uma conquista individual. É fruto de mãos, ouvidos, colos e corações das pessoas incríveis que tive a sorte de encontrar, a quem serei sempre grata.

A meus pais Paulo e Lis, que discordam de praticamente todas as minhas opiniões intelectuais e principalmente políticas, e mesmo assim me amam, me aconselham, oram por mim todos os dias e cuidam de mim, dos meus filhos, dos meus animais de estimação e das minhas plantas, sempre que eu preciso (eu sempre preciso). De bônus, trocam minhas lâmpadas, levam meu carro na oficina e no lava jato, me trazem comidinhas especiais, compram meias e pijamas e viajam em meio a catástrofes climáticas para me ver. Ao meu irmão Rick, minha cunhada Cibelle e minha vó Lindalva, que também me apoiam em tudo. Não tenho palavras para descrever o quanto me sinto amada, privilegiada e grata por tanto, tanto, tanto.

A meus filhos David e Pedro, pelos abraços e beijinhos sonolentos para encher meu “tanque do amor” todas as manhãs. Pelas risadas, alegria, bagunça e perguntas desconcertantes durante o dia todo. Pelas historinhas mirabolantes e considerações reflexivas e dúvidas existenciais todas as noites. A maternidade é a coisa mais maravilhosa e mais extenuante que já me aconteceu e eu sou eternamente grata por cada passeio, viagem, brincadeira e conversa que tivemos juntos e que certamente me impediram de escrever esta dissertação com mais foco e em menos tempo.

A meus e minhas camaradas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM), pelo entusiasmo, amizade e inspiração nas lutas pessoais, nacionais e internacionais da nossa classe trabalhadora, com mil olhos, braços fortes, mente fria e coração quente. Como é bom encontrar tanta coragem e solidariedade em um mundo cheio de medo e egoísmo. Por causa de vocês eu não acabo em mim mesma: juntos resistimos, lutamos e sobrevivemos; juntos, um dia, vingaremos nossos mortos, construiremos o poder popular e venceremos. Porque fomos, somos e seremos, sempre, comunistas!

A meu companheiro Bruno, por ter me incentivado desde o teste seletivo a começar, continuar e terminar esta empreitada. Pelas longas discussões, madrugadas a fio, sobre imperialismo, geopolítica e traumas da vida, em que eu tento te radicalizar enquanto você tenta me abrandar. Pelas muitas piadas internas, carinhos e elogios

que fazem meus dias e noites tão mais leves e felizes. Por ter abraçado o caos da vida comigo no momento mais inoportuno possível. Por se esforçar tanto pelo bem estar da nossa enorme e improvável família. Por toda vulnerabilidade, sensibilidade e perdas necessárias para permanecermos juntos, com todas as nossas falhas e desencontros. Por me amar e cuidar de mim, por me permitir amar e cuidar de você.

Aos queridos irmãos de alma HB, Aninha e Paty, para quem eu corro quando preciso chorar e reclamar, porque me entendem melhor que eu mesma, me ouvem com paciência e me dão conselhos preciosos, que eu geralmente descumpro. Então volto chorando e eles me ouvem e me aconselham com paciência mais uma vez, num ciclo que eu espero nunca acabar. À minha amiga e camarada Aline, um presente tão lindo que o mestrado meu deu. Amei todas as nossas aventuras e desventuras e tudo que eu aprendi conversando com você e te observando viver a vida tão livre e intensa.

A meus amigos e amigas do TJPR, com quem convivo todos os dias há mais de 10 anos, e que, portanto, testemunharam de perto todos os altos e baixos da minha vida adulta, com conversas afetuosas e muitas risadas. Ainda, nos quase três anos de mestrado em Foz do Iguaçu (a 600km de distância da minha cidade) quebraram muitos galhos e salvaram minha pele inúmeras vezes. Me sinto privilegiada de ter colegas de trabalho tão generosos e engraçados como vocês. Ao “clube da Luluzinha” pelos cafés das manhã e jantares tão divertidos e cheios de ideias duvidosas.

À minha orientadora Karen, outro grande presente do mestrado, que com sua gentileza e bondade, sua risada fácil e acolhedora, me incentivou a não desistir de mim quando eu mesma não tinha lá muita esperança. Obrigada por sua leveza tranquilizadora em meio ao caos, da sua e da minha vida! Também a todos os professores da UNILA e de outras instituições com quem eu aprendi lições inesquecíveis e dicas valiosas, seja nas aulas e palestras, nos congressos e cafés, seja por email, whatsapp e “google meet”. Fazer parte da brava comunidade científica brasileira tem sido uma honra e uma grande vitória, em especial ao lado daqueles que não se contentam em descrever e criticar a realidade social, mas dedicam suas vidas a transformá-la.

Pesa sobre nós  
O limite da carne

O pensamento  
Discursivo e lento.

Em nós  
Corpóreos e pequenos  
A fúria da vontade

E as mil abstrações  
No amor e na verdade.

Nem sabemos por que  
Construímos e amamos.

Mutáveis, imperfeitos  
O mundo nos oprime

E nos comprime o peito.

Dúplices e atentos  
Lançamos nossos barcos

No caminho dos ventos

E nas coisas efêmeras  
Nos detemos.

(Hilda Hilst)

## RESUMO

O imperialismo é uma estrutura complexa de dominação inseparável do modo de produção capitalista, e tem uma dimensão econômica, uma dimensão política e uma dimensão ideológica. Os Estados Unidos, enquanto potência hegemônica à frente do imperialismo desde a Segunda Guerra Mundial, mantém seu domínio por força política, econômica e também por consenso, pela articulação de instituições estatais e internacionais de produção de normas jurídicas e difusão da ideologia alinhada a seus interesses. A partir do método marxista, este trabalho analisa a atuação das classes dominantes, em conluio com organizações religiosas e o governo dos EUA durante a Guerra Fria na América Latina para conter as ideias comunistas e garantir a conformação de sujeitos passivos em relação à sua condição de explorados e, portanto, incapazes de questionar, resistir e se insurgir contra a opressão capitalista internacional. O primeiro capítulo discorre acerca da teoria do imperialismo, a teoria marxista da ideologia e a relação entre estas teorias e a construção da hegemonia estadunidense. O segundo capítulo analisa a teoria marxista da religião e as raízes teológicas da identidade estadunidense e seu comportamento em relação aos demais países. O terceiro capítulo investiga qual foi a estratégia e as táticas das classes dominantes para difusão da ideologia capitalista revestida de um manto da sacralidade na América Latina, a partir de agências missionárias e igrejas pentecostais. Concluiu-se que o projeto hegemônico de difusão do anticomunismo por meio da religião protestante foi bem sucedido na América Latina e seus efeitos destrutivos para a classe trabalhadora permanecem operantes.

**Palavras chave:** Imperialismo, Ideologia, Religião

## ABSTRACT

Imperialism is a complex structure of domination inseparable from the capitalist mode of production, and it has an economic dimension, a political dimension and an ideological dimension. The United States, as the hegemonic power at the forefront of imperialism since the Second World War, maintains its dominance through political and economic power and also through consensus, articulating state and international institutions for the production of legal norms and dissemination of ideology aligned with its interests. Based on the Marxist method, this work analyzes the actions of the dominant classes, in collusion with religious organizations and the US government during the Cold War in Latin America to contain communist ideas and guarantee the conformity of passive subjects under their condition of exploited and, therefore, unable to question, resist and rise up against international capitalist oppression. The first chapter discusses the theory of imperialism, the Marxist theory of ideology and the relationship between these theories and the construction of American hegemony. The second chapter analyzes the Marxist theory of religion and the theological roots of the American identity and its behavior towards other countries. The third chapter investigates the strategy and tactics of the dominant classes for spreading capitalist ideology covered in a cloak of sacredness in Latin America, through missionary agencies and Pentecostal churches. It has been concluded that the hegemonic project of spreading anti-communism through the Protestant religion was successful in Latin America and its destructive effects on the working class remain operative.

**Key Words:** Imperialism, Ideology, Religion

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABU – Aliança Bíblica Universitária

AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado

CED – Committee for Economic Development

CFR – Council on Foreign Relations

CIA – Central Intelligence Agency

EUA – Estados Unidos

FCC – Federal Council of Churches

FRASCO – Foundation for Religion Action in the Social and Civil Order

JOCUM – Jovens com uma Missão

NSC – National Security Council

OCIAA/ CIAA – Office of the Coordinator of Inter-American Affairs

ONU – Organização das Nações Unidas

OSP – Office of Special Projects

OSS – Office of Strategic Services

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PSB – Psychological Strategy Board

SIL – Summer Institute of Linguistics

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WBT – Wycliff Bible Translators

## FIGURAS E QUADROS

Quadro 1.....	39
Figura 2.....	51
Figura 3.....	58
Figura 4.....	103
Figura 5.....	105
Figura 6.....	106
Figura 7.....	109
Figura 8.....	112
Figura 9.....	118
Figura 10.....	119
Figura 11.....	127

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
CAPÍTULO 1 – DIMENSÃO IDEOLÓGICA DO IMPERIALISMO E HEGEMONIA ESTADUNIDENSE.....	19
1.1 Teoria do Imperialismo .....	20
1.1.1 Fases do Imperialismo .....	21
1.1.2 Debates teóricos .....	27
1.2 Teoria Marxista da Ideologia.....	31
1.2.1 Marx e Engels .....	32
1.2.2 Louis Althusser.....	36
1.3 Imperialismo sob Hegemonia Estadunidense.....	41
1.4 Conclusões do Capítulo.....	46
CAPÍTULO 2: RAÍZES TEOLÓGICAS DO IMPÉRIO ESTADUNIDENSE E TEORIA MARXISTA DA RELIGIÃO .....	48
2.1 Fundamento Religioso na Formação do Império Estadunidense .....	48
2.1.1 Período Colonial (1620 – 1776) .....	50
2.1.2 Período pós-independência (1776-1914).....	56
2.1.3 Período das Guerras Mundiais (1914-1948) .....	62
2.2 Teoria Marxista da Religião .....	66
2.2.1 Marx e Engels – Religião como Produto do Modo de Produção .....	68
2.2.2 Gramsci e Althusser – Religião como Ideologia.....	70
2.2.3 Bloch e Mariátegui – Religião como fator de transformação .....	72
2.3 Otto Maduro – Religião como estratégia hegemônica de estabilidade social ..	74
2.4 Conclusões do Capítulo.....	76
CAPÍTULO 3 - A RELIGIÃO PROTESTANTE COMO ARMA DE GUERRA PSICOLÓGICA ESTADUNIDENSE .....	79

3.1 Política Externa e Projeto Hegemônico Estadunidense, Guerra Psicológica e Anticomunismo .....	80
3.1.1 Departamento de Estado e Guerra Psicológica .....	83
3.1.2 Guerra Fria, Religião e Anticomunismo.....	90
3.2 Luta de Classe, Planejamento e Alianças Político-Econômico-Religiosas contra o Comunismo.....	94
3.2.1 Fóruns e Conselhos para Formulação e Execução da Guerra Psicológica na América Latina .....	95
3.2.1 Nelson Rockefeller como articulador do imperialismo ideológico na América Latina .....	101
3.3 A Organizações religiosas na América Latina a serviço do Imperialismo Estadunidense durante a Guerra Fria.....	114
3.3.1 O Instituto Linguístico de Verão (SIL) e sua atuação na América Latina na primeira década da Guerra Fria .....	115
3.4.2 Pentecostalismo e Ideologia Capitalista .....	123
3.4 Conclusões do Capítulo.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	132
REFERÊNCIAS.....	135
ANEXO 1 – Convite da FRASCO.....	143
ANEXOS 2 a 4 – Notícias sobre o envolvimento da CIA com missionários .....	149

## INTRODUÇÃO

Este trabalho científico não é imparcial. Ele parte da premissa de que o modo de produção capitalista é a raiz das mazelas sociais e, portanto, superar este sistema e construir o socialismo é o caminho para atingir a paz duradoura. A sociedade capitalista não é ordenada a partir do contrato social e da livre vontade de seus membros, como advogam as teorias liberais, mas pelo domínio violento de uma classe parasitária sobre a classe trabalhadora. Para Althusser, a filosofia é a luta de classes travada na teoria e esta pesquisa pretende participar deste embate ao lado da classe explorada e oprimida, rumo à emancipação humana. Para tanto, utiliza a metodologia da pesquisa bibliográfica e o método do materialismo histórico e dialético de compreensão, análise e transformação da realidade.

O capitalismo cresce com uma rapidez incomparável, de um lado produzindo mais desigualdades do que nunca e, de outro, concentrando quantidades inimagináveis de riqueza. A burguesia parasitária tem estratégias e táticas bem definidas e se organiza para manter e expandir seu domínio por todo o globo, fenômeno denominado por Lenin (2011) de imperialismo.

Imperialismo é, portanto, uma estrutura complexa de dominação, que dá suporte à manutenção e reprodução do modo de produção capitalista. Refere-se às relações internacionais de exploração, violência e dependência criadas pelo capitalismo e impostas pela força dos aparelhos estatais (Hirsch, 2010). Estas relações se dão pela interação entre Estados, classes sociais e capitais (Osório, 2018) e têm dimensões econômicas, políticas e ideológicas.

A dimensão econômica (que se refere às leis de movimento do capital) e a dimensão política (que se refere às relações de poder entre Estados) tem sido amplamente discutidas pelos teóricos do imperialismo desde a Primeira Guerra mundial, em especial desde a publicação de "*Imperialismo, estágio superior do capitalismo*", de Vladimir Lenin em 1917. Já o debate acerca dos contornos e efeitos da atuação ideológica das potências imperialistas e do funcionamento e expansão da ideologia do capital parece ser mais escasso, especialmente na literatura de Relações Internacionais.

A ideologia é também um fenômeno que atua no nível da estrutura do sistema capitalista e, ao mesmo tempo, no inconsciente dos indivíduos, garantindo a

justificativa para a opressão global e o consentimento do oprimido para sua própria exploração (Althusser, 2008). A teoria marxista da ideologia possui dois enfoques principais: 1) a questão da ciência (epistemologia/filosofia), que tem ligação com o conhecimento e a apreensão da realidade, e 2) a dimensão da prática (política) e da capacidade de conformação de sujeitos para desempenharem determinados papéis sociais, sejam eles de conservar ou de transformar a ordem estabelecida (Sampedro, 2023).

Marx tratou a ideologia primeiramente como efeito da alienação do trabalhador em relação à propriedade privada dos meios de produção e, conseqüentemente, de seu trabalho. Em um segundo momento, a alienação teria relação com a capacidade do dinheiro em transformar pessoas e relações em mercadorias. Posteriormente, Marx trata da ideologia como a superestrutura que alimenta o modo de produção capitalista (Marx; Engels, 2009 e 2017).

Althusser esquematiza esta teoria e explica o funcionamento da ideologia através do conceito de “aparelhos ideológicos do Estado”, que são a escola, a família, a religião, a cultura, a mídia e os partidos políticos, e possibilitam a reprodução das condições de produção por consenso e não apenas força. A ideologia para Althusser é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência e, apesar de invisível, possui existência material e interpela os indivíduos como sujeitos (Althusser, 2008).

No período antecedente à consolidação da hegemonia estadunidense, havia uma disputa marcante entre a ideologia do capital e o materialismo histórico-dialético. Isto porque a tomada do poder pela classe trabalhadora russa, em outubro de 1917<sup>1</sup>, inaugurou entre as classes oprimidas de todo o planeta a esperança de outra estrutura social, direcionada à satisfação de seus interesses e não dos interesses da classe burguesa. Vários movimentos de libertação nacional, amparados por um discurso anti-imperialista, surgiram em diferentes regiões do Sul Global, a partir das conferências da Internacional Comunista, a conferência de Bandung e o Movimento dos Não Alinhados, que tinham o objetivo de construir coletivamente um projeto político global oposto ao modelo hegemônico (Prashad, 2013). Para combater

---

<sup>1</sup> “*‘Like the brilliant sun’, Hô Chí Minh wrote, ‘the October Revolution shone over all five continents, awakening millions of oppressed and exploited people around the world. There has never existed such a revolution of such significance and scale in the history of humanity’. This is a common attitude in the Third World – sincere emotions that reveal how important this revolution was to the anti-colonial and anti-fascist struggles that broke out in the aftermath of 1917.*” (Prashad, 2019, p. 10)

a ideologia que se opunha radicalmente ao domínio e exploração capitalistas, a classe burguesa estadunidense, nos primeiros anos da Guerra Fria, organizou-se e formulou estratégias bem sucedidas para expansão da ideologia do capital, baseada na premissa da superioridade do modelo estadunidense de sociedade.

Assim, este trabalho procura combinar as teorias do imperialismo e da ideologia nos ajuda a compreender que o imperialismo atua não somente nas esferas econômica e política, mas também em um nível mais profundo, que é o da subjetividade da classe dominada. A indagação de pesquisa que norteou este trabalho foi descobrir como a atuação ideológica do imperialismo estadunidense atuou para garantir a existência de uma massa de trabalhadores favoráveis aos interesses do capital e à política externa dos poderes hegemônicos. A hipótese é que os EUA, enquanto potência que hegemoniza o imperialismo ocidental desde o fim da 2ª Guerra Mundial, utilizou todas as armas ideológicas a seu dispor para saírem vencedores da Guerra Fria, através de aparelhos ideológicos e instituições em atuação internacional, inclusive instrumentalizando a religião protestante.

Mais especificamente, procurou-se demonstrar que houve uma aliança entre as classes capitalistas, agências e organismos estatais e organizações religiosas para garantir a doutrinação da classe trabalhadora com a ideologia condizente com a política externa estadunidense e prevenir revoluções e insurgências populares. Nossa hipótese é que, tal qual os colonizadores do século XVI, a religião foi uma porta de entrada para a difusão de uma visão de mundo hegemônica e condizente com os interesses expansionistas do capital na América Latina principalmente a partir da Guerra Fria

Para atingir tal objetivo a pesquisa está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo sistematiza uma análise compreensiva da teoria do imperialismo e da teoria da ideologia, a partir do exame de teóricos marxistas clássicos e contemporâneos. Em seguida, discute-se a construção da hegemonia estadunidense, como potência à frente do imperialismo pós-fordista.

O segundo capítulo investiga as raízes teológicas da identidade e do imperialismo estadunidense, buscando demonstrar que a religião protestante, especialmente a vertente puritana, consolidou a visão de mundo messiânica, segundo a qual os Estados Unidos seriam uma nação escolhida por Deus para ser um exemplo para as demais, além de levar a liberdade e a democracia, vale dizer, a visão de mundo estadunidense, ao resto do planeta. Discorre-se ainda acerca da teoria

marxista da religião, a fim de compreender em que medida a religião deriva do modo de produção mas também atua sobre o modo de produção, sendo portanto não só produto, mas também campo da luta de classes.

O terceiro capítulo se debruça sobre a estratégia das classes dominantes estadunidenses em conluio com o governo e as entidades religiosas para exportar a ideologia do capital. São estudadas, portanto, fóruns e conselhos de deliberação e formação de planos de ação imperialista ideológica para a América Latina, seus atores e articuladores, bem como agências missionárias e instituições religiosas que cumpriram, voluntariamente ou tacitamente, esta missão político-econômica de manutenção do domínio.

Foram utilizadas bibliografia especializada, algumas fontes primárias (como documentais produzidos pelo governo dos EUA, disponíveis nos bancos de dados da Central Intelligence Agency – CIA e alguns documentos diplomáticos disponibilizados pela WikiLeaks) e fontes secundárias, quais sejam as análises de historiadores que pesquisaram diretamente documentos arquivados em órgãos públicos estadunidenses. A partir desta metodologia foram analisadas as duas principais dimensões teóricas da pesquisa: a) o debate sobre a dimensão ideológica do imperialismo, especialmente os/as autores/as no campo marxista e b) a conexão entre política externa e religião nos Estados Unidos como forma de difusão e manutenção da hegemonia estadunidense na ordem internacional.

A relevância da pesquisa encontra eco na atualidade política e social em vários países da América Latina, em que a maior parte dos grupos evangélicos hoje compartilhem princípios de corte ideológicos comuns e sejam profundamente anticomunistas e facilmente adaptáveis ao discurso reacionário e mesmo a ideias neofascistas. Compreender a dimensão ideológica do imperialismo e vislumbrar sua reconstrução histórica pode ser uma chave esclarecedora para avaliar este fenômeno nas sociedades latino-americanas atualmente.

## CAPÍTULO 1 – DIMENSÃO IDEOLÓGICA DO IMPERIALISMO E HEGEMONIA ESTADUNIDENSE

O Imperialismo é a estrutura que fundamenta as relações internacionais de exploração, violência e dependência, criadas e perpetuadas pelo modo de produção capitalista e imposta pela força dos aparelhos estatais. Esta estrutura fundamenta ainda a expansão do capital para além das fronteiras nacionais, apoiada na força política e militar dos Estados (Hirsch, 2010). Em outras palavras, imperialismo é um sistema complexo de dominação (Pautasso, 2020).

A ideologia do capital é o fenômeno por meio do qual os indivíduos são formatados para aceitarem o domínio da classe dominante como natural e se submeterem voluntariamente à exploração capitalista. Ela exerce, portanto, uma função de coesão social, pois configura o sistema de representações que estrutura a sociedade. É a partir e por causa deste sistema que os seres humanos se reconhecem enquanto sujeitos, se relacionam uns com os outros e cumprem com as tarefas fixadas. (Sampiedro, 2023).

Este capítulo se divide em três partes. A primeira sessão aborda o conceito de imperialismo, suas fases e correntes teóricas, enfatizando que embora seja um fenômeno complexo e multifacetado, a dimensão ideológica do imperialismo foi menos discutida dentre os teóricos do que as dimensões econômica e política. Para preencher essa lacuna, a segunda sessão trata da teoria marxista da ideologia, primeiro em Marx e Engels, depois em Althusser, refletindo sobre o processo de subjetivação do indivíduo que normaliza a dominação e exploração capitalista tanto interna quanto internacional, para tentar compreender como o imperialismo se beneficia da expansão ideológica para manter a reprodução do modo de produção capitalista globalmente.

A última sessão discorre acerca da construção da hegemonia estadunidense, já que esta nação encontra-se à frente do imperialismo ocidental desde a etapa fordista. A dominação dos EUA sobre as demais nações se sustenta não apenas na violência, mas também no consenso. Todo este arcabouço teórico servirá de base para análise da dimensão ideológica do imperialismo no Brasil durante a Guerra Fria, que será feita nos capítulos seguintes.

## 1.1 Teoria do Imperialismo

Em Marx e Engels temos os germes da teoria do imperialismo, quando afirmam, já no *Manifesto do Partido Comunista* (1848), que a classe burguesa, após desempenhar um papel revolucionário de destruir o modo de produção feudal, com suas instituições e ideologia, lançou-se a revolucionar incessantemente as próprias relações de produção e as relações sociais, invadindo, neste processo, todo o globo terrestre. A burguesia, afirmam Marx e Engels, “necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte” (2017, p. 25). Assim, apesar de não usarem o termo “imperialismo”, estes teóricos perceberam a natureza intrinsecamente expansiva do capital e a centralidade da dinâmica do mercado mundial para compreensão do sistema capitalista<sup>2</sup>.

A sistematização e difusão do conceito de imperialismo para os teóricos marxistas teve como marco a obra de Lenin, *Imperialismo: Estágio Superior do Capitalismo* (1917)<sup>3</sup>. Neste livro, defende-se que o imperialismo seria a fase final do capitalismo, que já passara pelas fases de livre comércio e de monopólio. O imperialismo intensifica a exploração e a opressão, viola a independência nacional e o direito das nações à autodeterminação e exacerba extremamente as contradições. Por isso mesmo, aguça os movimentos de resistência da classe trabalhadora. Este quadro, para Lenin, implicaria na decomposição acelerada do capitalismo, que ele

---

<sup>2</sup> No mesmo texto, Marx e Engels apregoam que “*Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim, matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isso se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e a unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal*” (2017, p. 25)

<sup>3</sup> Este livro é um resumo de um material preparatório denominado “Cadernos sobre o Imperialismo”, que sintetiza e desenvolve discussões de John A. Hobson, Rudolf Hilferding e da 2ª Internacional Comunista sobre a economia mundial capitalista em suas relações internacionais. A obra, como Lenin mesmo ressalva, se concentra em aspectos econômicos do imperialismo, porque se abordasse os aspectos políticos, seria censurada pelo governo czarista russo (Lenin, 2021)

chama de “parasitário” e “agonizante”, concluindo que o imperialismo seria a etapa final do capitalismo (Lenin, 2017).

Paralelamente à teoria clássica, que compreende o imperialismo como a fase final do capitalismo, existem alguns teóricos que enxergam o imperialismo não apenas como uma etapa, mas como uma característica intrínseca do capitalismo, ou seja, uma estrutura perene que dá suporte a este modo de produção, à sua manutenção e sua expansão. É, portanto, um estágio *permanente* do capitalismo, já que a “expansão global do capitalismo foi imperialista em todas as etapas de sua história e assim permanece por todo o futuro vislumbrável” (Amin, 2001<sup>4</sup>).

Neste sentido é o entendimento de Joaquim Hirsch (2010), para quem as estruturas e mecanismos imperialistas são, desde o seu início (com o colonialismo) uma parte necessária do capitalismo, que se manifestou historicamente de formas diferentes. O capital teria, assim, uma tendência expansionista, que se materializa a depender das relações de força dentro dos Estados e também das relações internacionais de poder. Neste sentido,

O imperialismo é, portanto, o marco estrutural constitutivo do capitalismo, e não caracteriza nem um estágio de seu desenvolvimento específico, nem uma situação histórica particular sua. O conceito não pode ser aplicado para descrever uma situação histórica singular, mas ele compreende um processo complexo e contraditório de valorização de capital e de luta de classes, que não pode ser entendido sem as suas características relações de forças político-sociais, tanto a nível de cada Estado, como a nível internacional (Hirsch, 2010, p. 233).

Partindo desta premissa, a seguir serão abordadas as fases pelas quais o imperialismo passou desde a consolidação do modo de produção capitalista, e as adaptações que enfrentou para superar crises sistêmicas e se manter em constante expansão.

### 1.1.1 Fases do Imperialismo

A primeira fase do imperialismo foi concomitante ao capitalismo mercantil e se organizou em torno da conquista das Américas e do colonialismo por potências europeias, que pode ser denominado de “imperialismo formal”, pois busca a sujeição

---

direta de áreas externas (Panitch e Gindin, 2004 apud Hirsch, 2010). A consequência primordial desta empreitada foi a destruição das civilizações americanas originárias e o genocídio da maior parte da população do continente. Esta violência então inédita, embora ideologicamente justificada pela suposta necessidade de converter os povos conquistados ao cristianismo, teve na verdade como motivação a expansão do capital mercantil. (Amin, 2005).

Gradualmente, o racismo justificado por argumentos religiosos deu lugar ao racismo justificado por argumentos biológicos. E então, do racismo científico (mais vulgar e simplista), passou-se ao racismo cultural (mais sutil e sofisticado), que camufla as técnicas de exploração do homem. A escravidão foi eventualmente abolida, mas não o racismo e a ideia de que alguns povos são superiores a outros, de que os valores e a visão de mundo ocidentais são superiores a todas as outras culturas. “O objeto do racismo já não é o homem particular, mas uma certa forma de existir” (Fanon, 2002).

O comércio intercontinental foi fomentado pelo trabalho escravo nas plantações, de onde eram extraídas as matérias primas para as primeiras manufaturas europeias. A partir delas desenvolveu-se uma rede de indústrias de transformação, como o refino do açúcar e as fábricas de tecido de algodão. Sem as riquezas da América, os escravos e o comércio africano, os Estados europeus não teriam alcançado o crescimento econômico, político e militar fundamental ao desenvolvimento e expansão do capitalismo em escala mundial. “En la misma medida en que presenta crudamente el violento nacimiento del capitalismo muestra el lazo indisoluble entre la esclavitud y los primeros procesos de acumulación en las dos orillas del Atlántico.” (William, 2011, p. 21-22).

Com o advento das revoluções liberais (Americana, Francesa e Gloriosa), a classe burguesa impõe sua visão de mundo e seus interesses aos povos colonizados e à classe trabalhadora, como se fossem interesses universais. Após consolidar sua posição hegemônica, a burguesia deixa de ser revolucionária e passa a ser conservadora. Ela controla os meios de produção para controlar a circulação do dinheiro. A dominação de outros povos se baseia na ideia de que aqueles povos são naturais (e não sociais) porque não possuem a mesma racionalidade liberal e europeia, antes, considera-se que estes povos sejam desprovidos de razão, portanto não humanos e finalmente passíveis de dominação (Losurdo, 2021).

As primeiras lutas anticoloniais, como a Revolução Haitiana e a Revolução Bolivariana ocorrem dentro do arcabouço teórico da ideologia liberal (Losurdo, 2005, p. 167), vinculadas aos princípios de igualdade, fraternidade e liberdade. Buscavam a independência do território colonizado, um governo republicano, democrático e laico. Ainda não existiam os marcos teóricos do pensamento socialista, porque as sociedades eram agrícolas/escravocratas e não havia classe trabalhadora/industrial, nem classe burguesa consolidadas. Neste período, destacavam-se as diferenças entre a metrópole e a colônia, mas não se defendia uma ruptura com o sistema capitalista e com a dinâmica do mercado mundial (idem).

A segunda fase do imperialismo relaciona-se à Revolução Industrial e à consolidação de Estados europeus ricos, com grande potencial tecnológico, científico e militar, que deu força a um novo ciclo de expansão capitalista. O capitalismo industrial, embora triunfante no século XIX, entrou em uma longa crise a partir de 1873, pela queda da taxa de lucro das potências europeias. O capital reagiu com um duplo movimento de concentração e expansão global, fortalecimento de monopólios e valorização do valor a partir da superexploração da força de trabalho nos países centrais. Nos países periféricos, o controle das colônias foi financiado pelo capital financeiro monopolista (Amin, 2009).

A expansão do capital que levou à espoliação e destruição dos países colonizados foi legitimada pela "missão civilizadora", agora baseada na razão e não mais na religião. A competição europeia pelo domínio das colônias da Ásia e África, culminaram nas duas grandes guerras mundiais. São características deste período o aumento exponencial da pobreza e da desigualdade no Sul Global, que foram o motor por trás das lutas antiimperialistas e anticapitalistas do início do século XX (Amin, idem).

Forças contrárias ao imperialismo industrial impulsionaram a Revolução Russa, a Revolução Chinesa e diversos movimentos de libertação nacional no Sul Global. Foi a derrocada da era da expansão europeia e do colonialismo formal. Diferentemente dos movimentos de libertação na América, que foram impulsionados pela ideologia liberal, os movimentos de libertação na Ásia e África foram impulsionados pela teoria marxista de emancipação total dos povos.

Durante a 2ª Internacional Comunista (1889-1916) vários debates foram travados envolvendo a então incipiente teoria marxista do imperialismo, como a guerra, a questão nacional e o colonialismo, resultando na ruptura entre os marxistas

reformistas e os marxistas revolucionários. A terceira internacional Lenin rompe com a segunda internacional e defende uma perspectiva internacional de luta e um resgate do pensamento marxiano, radical, revolucionário (Galissot, 1987). Já a 3ª internacional teve como principal horizonte a estratégia revolucionária e internacional, sem passar pela etapa da revolução burguesa. O capital é internacional e é possível realizar revoluções nas periferias do sistema capitalista, vide experiência russa. Neste cenário, os partidos comunistas se difundem pelo sul global e se integram às lutas anticoloniais (Prashad, 2019).

Contribuiu para o cimento ideológico do fordismo a mirada da experiência dos países de influência soviética. As lutas socialistas no mundo e posteriormente a Guerra Fria pressionam os modos de regulação tipicamente fordistas a fomentar uma unidade maior das classes trabalhadoras ao capital. As empresas, as entidades de classe e sindicais, os clubes de serviço, as igrejas, os meios de comunicação de massa e os Estados buscarão consolidar uma ideologia comum de superioridade do capitalismo sobre o socialismo, o que se soma ao resultado massivo de aumento na condição salarial, no oferecimento de rede de bem-estar social e no consumo (Mascaro, 2013, p. 185)

Contudo, nos países centrais, o imperialismo industrial contou com o apoio dos trabalhadores das democracias sociais europeias, em que o capital havia feito várias concessões<sup>5</sup> ao proletariado para promover o estado de bem estar-social. Estas benesses tiveram o objetivo de se contrapor as conquistas da classe trabalhadora no bloco socialista e conter o avanço das ideias radicais. O discurso ideológico que permeou esse processo era de que o mercado tinha condições de garantir prosperidade, democracia e paz, o “fim da história” (Amin, 2009).

Neste período, os debates acerca do imperialismo arrefeceram, juntamente com o recuo dos teóricos de esquerda revolucionária nos países centrais e consolidação de uma esquerda reformista que apregoava, indiretamente, a compatibilidade entre os interesses da classe trabalhadora e os interesses do capital, dentro dos limites do capitalismo<sup>6</sup> (Boron, 2007; Rockhill, 2021). Este foi o pano de

---

<sup>5</sup> “A classe operária dos países capitalistas avançados, responsável por gigantes sacrifícios durante a guerra, emergiu muito fortalecida dela e não estava disposta a voltar ao velho capitalismo [...] o campo socialista cresceu significativamente e viria a crescer mais ainda com a vitória da Revolução Chinesa. O capitalismo teve que fazer concessões para sobreviver, e duas concessões em particular foram significantes: uma foi a descolonização, que foi tão relutante que mesmo depois do processo formal ser completado, recursos energeticamente abdicar do controle sobre os recursos do terceiro mundo [...]. A outra foi a intervenção estatal no “gerenciamento da demanda” em países avançados para manter altos níveis de emprego, que até então nunca haviam sido experimentados em economias capitalistas.” (Patnaik, 2002)

<sup>6</sup> Como se verá adiante, esta conformação da teoria crítica global a ideias antimarxistas e despolitizantes não foi espontânea, nem se deu apenas em razão das concessões da social

fundo para a implantação do fordismo e de uma nova configuração do imperialismo, “que significou um forte impulso para a expansão interna do capital sob a forma de penetração capitalista em esferas sociais até então não submetidas ao processo de valorização, representando também uma expansão dos mercados internos” (Hirsch, 2010, p. 219).

A transformação fordista ocorre inicialmente nos Estados Unidos, porque ali as estruturas econômicas, sociais e políticas dominantes eram particularmente apropriadas para isso. A sua generalização apoiou-se não apenas nas crescentes inversões americanas com a instituição de um império informal. Em conflito com as antigas potências coloniais, especialmente a Inglaterra e a França, eles se apoiam depois de 1945 no processo de descolonização, com o surgimento de uma multiplicidade de Estados formalmente autônomos. Importantes meios para isso foram a reconstrução econômica da Europa e o contínuo restabelecimento do livre comércio mundial no quadro do GATT e das instituições de Bretton-Woods, ou seja, um sistema de regulamentação internacional no qual os centros capitalistas subordinados estavam ligados. (Hirsch, 2010, p. 220)

A crise de 1971 significou nova queda da taxa de lucros e colapso dos níveis de investimento, levando o capital a reagir com um novo movimento de concentração e expansão, desta vez com a financeirização globalizada. A partir da década de 80 e a dissolução do bloco socialista, a crise intrínseca do modelo liberal ficou mais evidente a reconfigurou os EUA como superpotência mundial, amparada pelo incomparável poder militar. As guerras (agora contra o terrorismo, e não mais para conter o comunismo) e intervenções militares se intensificaram, rechaçando a ideia de que o imperialismo teria chegado ao seu fim. Portanto, os debates acerca do imperialismo receberam um novo fôlego neste período (Mascaro, 2013; Osório, 2018).

**A fase atual do imperialismo** pode ser chamada de globalização (Amin, 2001; Smith, 2015), capital financeiro internacional (Patnaik, 2022) ou hiperimperialismo (Hirsch, 2010), e tem como principais características a

---

democracia, mas faz parte de um projeto imperialista dos EUA de difundir a ideologia do capital e combater as ideias revolucionárias, o que Stonor Saunders chamou de “guerra cultural” (2013). Como ensina Gabriel Rockhill (2021): *“The Frankfurt School heritage, at least in certain circles, has exercised a monopoly over the expression critical theory, portraying itself as the modern theoretical instantiation of the Marxian intellectual tradition. [...] Given its contribution to the withdrawal from revolutionary politics in a historical conjuncture marked by the expansion of US imperialism, the increase in global inequality, and the unprecedented capitalist-driven decimation of the biosphere, so-called critical theory needs to be held accountable for the type of world that it explicitly or implicitly condones and supports. If critical theory is indeed self-reflexive and vigilantly aware of its internal and external power dynamics, including the economic factors driving its own promotion as the only “critical theory” worthy of the name, it would indeed invite and call for a radicalization of critique by questioning its own self-assurance as a theoretical tradition and by re-examining its material relevance to the current world order. Moreover, it would embrace the need to resituate subjects such as petty-bourgeois academics in objective relations of power by identifying how the intelligentsia plays a crucial role in the consolidation and perpetuation of ideology.”* (não sublinhado no original)

internacionalização da produção e a financeirização global da economia. O capital internacional avançou ainda sobre as políticas de bem-estar sociais e o neoliberalismo conduziu à precarização das condições de vida da classe trabalhadora em todo o mundo.

O deslocamento da produção para o Sul significa que os lucros das empresas com sede na Europa, América do Norte e Japão, o valor de todo tipo de ativos financeiros derivados desses lucros e o padrão de vida dos cidadãos dessas nações tornaram-se muito dependentes de maiores taxas de exploração dos trabalhadores nas chamadas “nações emergentes”. A globalização neoliberal deve, portanto, ser reconhecida como uma nova etapa imperialista do desenvolvimento capitalista, onde o “imperialismo” é definido por sua essência econômica: a exploração dos trabalhadores do Sul pelos capitalistas do Norte. (Smith, 2022). Neste período, após o colapso das experiências socialistas no Leste Europeu, consolida-se a hegemonia estadunidense à frente do imperialismo, que reorganizou a estrutura de valorização do capital, assumiu o controle do novo sistema financeiro internacional (padrão dólar-flexível) e fomentou o discurso de desregulamentação (Osório, 2018).

Os Estados Unidos incorporam, ainda que em uma relação não isenta de conflitos com outros centros capitalistas e de maneira basicamente rpeca´ria, um monopólio da força que atravessa dos Estados singuralres e é necessária apora a reprodução dos capitais internacionais. Dispõem de meios de violência necessários para assegurar o padrão de desenvolvimento capitalista atual e representar o interesse das burgueias dominantes dos Estados, mesmo naqueles subordinados. Por essa dinâmica, as organizações internacionais constituíram-se em importantes pontos de apoio ao capital internacional, sendo capazes de formular políticas e de impor a vontade dos Estados dominantes pela via do direito (Osório, 2018, p. 131).

Outra característica importante do imperialismo tardio é que embora as estruturas bélicas e coercitivas se mantenham atuantes e crescentes, é patente a necessidade cada vez maior de produzir consenso para que as classes dominantes possam construir imaginários econômicos que justifiquem as crises, desigualdades e garantir a exploração pacífica das classes trabalhadoras mundiais, além de massificar “pautas e agendas econômicas, políticas e sociais em sintonia com os interesses do grande capital transnacional, no entanto, sob um verniz de “neutralidade” e “cientificidade”. (Fernandes, 2022, p. 37).

### 1.1.2 Debates teóricos

Assim, constata-se que o imperialismo é um fenômeno complexo e multifacetado, que deu causa ao surgimento de prolíficos debates dentro da teoria marxista. Cada teórico se propôs a tratar das questões que considerou relevantes acerca do tema, o que levou a uma grande diversidade de conceitos, interpretações e debates, que convergem em alguns pontos e se distanciam em outros. A teoria do imperialismo é, portanto, um campo de pesquisa rico em explicações aprofundadas sobre o funcionamento do capitalismo a nível internacional.

Os debates acerca do conceito, causas e consequências do imperialismo também evoluíram e se alteraram, juntamente com as mudanças que o modo de produção capitalista sofreu para adaptar-se às crises. É comum entre os autores marxistas dividir a teoria do imperialismo em fases de formulação, para fins didáticos. Os pensadores são alocados em cada fase não tanto pela similitude de pensamento, mas porque os debates tinham o mesmo contexto histórico. Neste trabalho, adota-se a divisão elaborada por Luis Felipe Osório, a saber, debate pioneiro (período anterior à 2ª Guerra Mundial), debate fordista (período da Guerra Fria) e debate pós-fordista (período pós Guerra Fria).

Em Marx temos os germes da teoria do imperialismo (Bugiati, 2019), quando afirma, já no Manifesto do Partido Comunista que a classe capitalista “compele todas as nações a adotarem o modo de produção da burguesia, sob pena de ruína total; compele-as a introduzirem no seu seio a chamada civilização, isto é, tornarem-se burguesas. Em uma palavra, a burguesia cria um mundo à sua imagem” (Marx; Engels, 2020). Contudo, o debate pioneiro se refere às formulações teóricas de Lenin, Rosa Luxemburgo e Kautsky, principalmente (mas não apenas), em que o imperialismo estava muito imbricado com o colonialismo e a divisão do território entre as potências europeias.

Para Lenin, o imperialismo seria o último estágio do capitalismo, posterior ao estágio monopolista, que por sua vez sucedeu o estágio da livre concorrência. A fase imperialista começa como uma solução para uma crise capitalista e tem como características: 1. concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios; 2. fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia

financeira; 3. exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (Lenin, 2008, p. 90).

Rosa Luxemburgo defendeu que o imperialismo seria não uma escolha política, mas um atributo intrínseco e constitutivo do sistema de produção capitalista, em sua competição pelo domínio de áreas ainda não conquistadas pelo capital. Ainda, conforme assevera Luiz Felipe Osório (2020, p.57), “o militarismo desempenha papel nodal por impor aos espaços não capitalistas a lógica das grandes potências”.

Karl Kautsky, por sua vez, desenvolveu o conceito de “ultraimperialismo”, segundo o qual o imperialismo seria superado não pela luta de classes, mas pela descoberta, pelos capitalistas, de que as crises e guerras não seriam lucrativas. Assim, a classe burguesa faria uma grande aliança, que inauguraria uma etapa de esperança e pacifismo no interior do capitalismo (idem, p. 61-62).

O **debate fordista** se inicia com o fim da segunda guerra mundial, em que a luta anticolonial em várias regiões do sul global teve o anti-imperialismo e o nacionalismo como força propulsora. Contudo, os debates sobre o imperialismo se arrefeceram, em razão da vitória do bloco ocidental sobre o bloco soviético.

No plano ideológico, o fordismo estabelece uma crença no progresso dentro do próprio capitalismo, na expectativa de que, por meio da intervenção estatal, as crises e contradições do capital se apaziguassem e as classes trabalhadoras pudessem, crescentemente, galgar melhorias em sua condição econômica. (Mascaro, 2019, p. 186)

No final da década de 70, com as crises do sistema capitalista e o acirramento das condições materiais da classe trabalhadora do Sul Global,, a produção intelectual sobre o imperialismo se voltou para as relações entre centro e periferia. Autores como Samir Amin, Atilio Boron e Theotonio dos Santos e a escola do Monthly Review se destacam neste período.

Atilio Boron entende que o debate clássico entrou em crise por três motivos principais: 1) não se sustenta a premissa que associa a expansão imperialista à crise capitalista, já que não apenas na crise, mas também em tempos de prosperidade o capitalismo embarca em uma desenfreada expansão imperial; 2) a rivalidade econômica entre as grandes potências não se traduziu em novos conflitos armados

entre as grandes potências, como ocorrera nas duas guerras mundiais, mas levou à reconfiguração da estrutura capitalista a partir da hegemonia exercida pelos Estados Unidos e organismos que monitoram e regulam o funcionamento global do capitalismo; e 3) embora todo o globo tenha se tornado capitalista, a expansão imperialista não se encerrou, mas se acelerou, ou seja, “esgotados os espaços de expansão territorial o imperialismo volta-se sobre a sociedade e desata um selvagem processo de mercantilização universal” (2007, p. 508).

Após as mudanças no cenário internacional econômico e político, o capital se adaptou para o que ficou conhecido como “regime de acumulação fordista”. A escola da *Monthly Review* se empenhou em atualizar a teoria do imperialismo a partir das chaves marxistas. Para esta corrente, as intervenções estatais anticíclicas poderiam ter efeitos benéficos no capitalismo, por conferir estabilidade ao imperialismo. (Osório, 2020, p. 94)

A teoria marxista da dependência, que se desenvolveu nas margens do sistema internacional, se propôs a interpretar a dinâmica da economia política mundial a partir dos efeitos do desenvolvimento dos países centrais sobre os países periféricos e a questionar as interpretações desenvolvimentistas, defendendo que as condições de desenvolvimento e subdesenvolvimento não se tratam de etapas, mas de faces distintas do mesmo processo. Ou seja, o subdesenvolvimento e o atraso industrial dos países periféricos é condição para o desenvolvimento e a expansão capitalista dos países centrais. Para Osório, esta teoria emerge como “uma complementação necessária às teorias do imperialismo, mesclando teoria transformadora e prática política [...] apontam o subdesenvolvimento como elemento estrutural da expansão do capitalismo” (idem, p. 100).

Samir Amin é um teórico deste período que também produz sua obra com o olhar voltado para os efeitos do imperialismo nos países da periferia do sistema e à onda de descolonização em curso no terceiro mundo. Ele chama de “terceiro surto imperialista” o período iniciado em meados do século XX, mas que ganhou novos contornos desde o fim da União Soviética no final daquele século. Para ele, o imperialismo é um estágio permanente do capitalismo, em que os países centrais disputam cinco monopólios, quais sejam: 1) tecnologia; 2) controle dos fluxos financeiros de envergadura mundial; 3) acesso aos recursos naturais do planeta; 4) comunicação e mídia – que uniformizam a cultura mundial e abrem novos meios de manipulação política e 5) armamentos de destruição em massa (Amin, 2005, p.88-89).

O neoliberalismo e as intervenções militares, guerras contra o terrorismo se intensificaram durante o início deste século, rechaçando a ideia de que o imperialismo iria acabar. Pelo contrário, a dominação capitalista se acirrou, significando perda de direitos historicamente adquiridos e uma piora nas condições de vida da classe trabalhadora em todo o mundo. Portanto, o **debate pós-fordista** da teoria do imperialismo encontra grande dinamismo neste período (Osório, 2020; Mascaro, 2017).

A utilização do conceito marxista-leninista de “imperialismo” para análise das relações internacionais arrefeceu com o final da guerra fria, tendo-se inclusive difundido a ideia de que, com a vitória do bloco ocidental capitalista, o imperialismo teria acabado. Com efeito, o ápice das discussões acadêmicas que mencionavam o termo “imperialismo” se deu no contexto das lutas anticoloniais (Fernandes, 2022).

A partir das ideias de Nicos Poulantzas, Alex Callinicos e David Harvey defendem uma interpretação dual do imperialismo, que se divide entre política e econômica. (Harvey chama de lógica territorial e capitalista e Callinicos de geopolítica e econômica). O debate derivacionista do Estado se propôs a retornar ao Capital para extrair dele as categorias de análise do mercado mundial. Joachim Hirsch entende que o imperialismo deve ser compreendido a partir da articulação entre luta de classes e a dinâmica de valorização do valor.

Para a estabilidade da ordem mundial pós-fordista, é decisivo que ela consiga adquirir um caráter hegemônico. Apoiando-se em Gramsci, se pode entender a hegemonia como uma relação de dominação apoiada na *coerção* e no *consenso*, que vincula os dominados não apenas através da violência, como também ideologicamente, ou seja, através do convencimento sobre a justiça das relações existentes e de concessões materiais. Somente assim é que uma relação de domínio obtém estabilidade e duração. (2007, p. 233)

O amplo domínio da ideologia neoliberal, que compele comportamento e pensamento até a menor célula social, é difundido e sustentado por uma indústria cultural e midiática cada vez mais internacionalizada. Os valores e as representações do mundo que coincidem com os interesses da classe dominante internacional foram institucionalizados através de organizações internacionais, think tanks, ONG's e demais aparatos jurídico-ideológicos da ordem mundial (Hirsch, 2010, p. 235). A teoria marxista da ideologia nos fornece elementos para analisar mais a fundo este mecanismo de dominação.

## 1.2 Teoria Marxista da Ideologia

Assim como a teoria do imperialismo, a teoria marxista da ideologia, que investiga o elo entre a subjetivação e o modo de produção capitalista e em que medida as ideias, pensamentos, sentimentos, afetos e comportamento humano derivam do capitalismo, teve ricos e profícuos debates dentre teóricos marxistas desde Marx e Engels e até os dias atuais. Contudo, percebe-se que estas duas teorias não são tratadas conjuntamente, ou seja, os teóricos do imperialismo pouco discutem questões subjetivas sobre os efeitos do imperialismo, assim como os teóricos da ideologia não tratam com frequência as implicações internacionais da conformação subjetiva ao sistema capitalista.

Contudo, é importante destacar que, enquanto sistema complexo de dominação, que tem por objetivo manter e expandir o modo de produção capitalista, o imperialismo se manifesta nas dimensões política, econômica e também ideológica. Assim, o imperialismo garante não apenas a dependência econômica do centro à periferia, mas impõe uma cultura política global de submissão às exigências do capitalismo (Amin, 2005).

Os aspectos econômicos analisados pela teoria do imperialismo perpassam por questões como o controle da expansão dos mercados, a pilhagem dos recursos naturais pelo globo, a superexploração das reservas de mão-de-obra da periferia, dentre outras. Já os aspectos políticos se referem a temáticas como dominação e subordinação, concorrência e complementariedade entre os diferentes Estados e regiões que compõem o sistema global; ajustes das dinâmicas globais às dinâmicas internas e vice-versa. (Amin, 2002). Os assuntos econômicos e políticos relacionados à teoria do imperialismo são amplamente discutidos no campo marxista.

Contudo, o imperialismo possui ainda uma **dimensão ideológica**, que é bem menos abordada e aprofundada, apesar de ser essencial à perpetuação da dominação, ao garantir que os indivíduos pensem e ajam de acordo com os interesses do capital, em detrimento a seus próprios interesses. Portanto, passa-se à análise da teoria marxista da ideologia, em Marx, Engels e Althusser, para compreensão de como se internaliza a ideologia do capital no inconsciente do indivíduo, para formar sujeitos que reproduzam o modo de produção capitalista e aceitem passivamente a exploração de sua força de trabalho. O objetivo desta análise é compreender em que

medida o imperialismo atua neste processo de subjetivação do trabalhador que se submete voluntariamente à dominação global da classe dominante.

### 1.2.1 Marx e Engels

Em sua trajetória intelectual, Marx e Engels elaboraram o método materialista histórico dialético em oposição primeiramente ao idealismo alemão e ao materialismo francês. Para o jovem Marx<sup>7</sup>, a ideologia estaria ligada à alienação, que seria uma inversão da realidade, ou seja, à perda da capacidade humana de se realizar no mundo que pretende dominar. Essa alienação seria uma espécie de “estranhamento<sup>8</sup>”, já que os homens não se reconhecem no mundo que criaram. O Estado, portanto, seria uma criação de homens confusos e alienados, e não o “hierógrifo da razão” de indivíduos colaborativos e livres, como afirmava Hegel (Konder, 2020).

Em “*a crítica da filosofia do direito de Hegel*”, Marx atribui a Hegel um formalismo inaceitável, que percebe o Estado como entidade separada da sociedade civil, como um lugar em que prevalece a razão. Hegel atenuava a contradição que existe entre a sociedade e o Estado e não percebe a diferença entre a liberdade formal e a liberdade subjetiva. Assim, para Marx, o pensamento de Hegel seria uma construção ideológica tendente à manutenção da ordem, pois embora percebesse contradições na sociedade, não avançava no sentido de superá-las. O Estado burguês estaria comprometido com a proteção da propriedade privada e não com a liberdade dos homens. Trata-se, portanto, de uma inversão ideológica (idem).

Qual é o poder do Estado político sobre a propriedade privada? É o próprio poder da propriedade privada, sua essência trazida à sua existência. E o que resta ao Estado político em oposição a essa essência? A *ilusão* de que é

---

<sup>7</sup> De acordo com o corte epistemológico de Althusser, a obra de Marx é dividida em três períodos: os trabalhos da juventude, os trabalhos de transição e os trabalhos de maturidade. Ele entende que antes de ‘o Capital’, Marx ainda não tinha desenvolvido plenamente o método marxista e rompido totalmente com o hegelianismo. A “ideologia alemã” seria uma das obras em que o materialismo histórico-dialético ainda não está absolutamente desenvolvido, embora esteja em vias de maturação.

<sup>8</sup> “A ideia de uma construção teórica distorcida, porém ligada a uma situação histórica ensejadora de distorção, é, no pensamento de Marx, desde o primeiro momento da sua articulação original, uma ideia que vincula a ideologia à alienação (ou ao estranhamento, se preferirem)” (Konder, 2020, p. 38).

determinante, quando, de fato, é determinado.” (Marx-Engels, Werk, I, p. 305, apud Konder, 2020, p.39).

O conceito de alienação está ligado também ao conceito de reificação (Eagleton, 2019). Em “*Os Manuscritos Econômicos e Filosóficos*”, de 1844, Marx defende que o mundo dos homens - o Estado, a sociedade e o modo de produção capitalista - produzem uma consciência de mundo invertida, que reduz a força de trabalho dos seres humanos à condição de mercadoria. Enquanto mercadoria, o trabalho passa a ser fonte de sofrimento e desumanização (Konder, 2020). Isto porque, no trabalho alienado, o produtor se torna produto da própria coisa produzida e perde sua essência, percebendo a realidade de maneira invertida (De Melo, 2017)<sup>9</sup>.

Esta obra analisa ainda a capacidade do dinheiro, no capitalismo, de embaralhar nossa consciência, trocando valores qualitativos por valores quantitativos. “Quando a sociedade capitalista o pôs no centro da sua dinâmica, ele se transformou [...], na encarnação das ‘capacidades alienadas da humanidade [...]’ e passou a agravar enormemente as distorções da ideologia” (Konder, 2020, p. 44).

Nas “*teses sobre Feuerbach*”, de 1846, Marx discorre acerca da emancipação dos homens, que dependeria do encontro entre as armas materiais (a atuação revolucionária do movimento operário) e as armas espirituais (a filosofia). Para transformar a realidade seria necessária uma prática revolucionária, mediante a qual se transformariam, simultaneamente, as circunstâncias, as condições sociais, as estruturas, o Estado, a sociedade, a economia, e os próprios autores da ação. Assim, a teoria revolucionária é a teoria da autoemancipação do proletariado, o qual, enquanto sujeito revolucionário, é o autor da sua libertação. A transformação de sua consciência se dá ao mesmo tempo em que se destrói a opressão. “É no processo de autoemancipação revolucionária que se dá a autoeducação da classe revolucionária, através de sua própria experiência prática” (Löwy, 2015, p. 34).

---

<sup>9</sup> “A realização do trabalho aparece a tal ponto como desrealização que o operário é desrealizado até à morte pela fome. A objetivação aparece a tal ponto como perda do objeto que o operário é privado dos objetos mais necessários não só da vida como também dos objetos de trabalho. Sim, o próprio trabalho torna-se um objeto, do qual o operário só pode apoderar-se com o máximo esforço e com as mais irregulares interrupções. A apropriação do objeto aparece a tal ponto como alienação que quanto mais objetos o operário produz tanto menos pode possuir e tanto mais cai sob a dominação do seu produto, do capital. [...] A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho desapossado, da relação exterior do operário com a Natureza e consigo próprio. A propriedade privada resulta, portanto, por análise a partir do conceito de trabalho desapossado, i.e., do homem desapossado do trabalho alienado, da vida alienada, do homem alienado.” (MARX, 2012, p. 95-104, apud DE MELO, 2017, p. 38-39).

Em “*A ideologia alemã*”, de 1845-1846, Marx e Engels defendem que as condições para o nascimento da ideologia estão ligadas à divisão do trabalho material e mental, ou seja, na divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, que ocorre apenas a partir do capitalismo. (Frosini 2014). Em outros modos de produção os pensamentos e a atividade material estavam correlacionados, mas no capitalismo ocorre um descolamento das ideias em relação à atividade material (De Melo, 2017). É nesta ruptura entre o trabalho material x intelectual que se condensam as figuras do sacerdote, depois do filósofo, do jurista, do político e então do cientista (Frosini 2014)<sup>10</sup>.

Nesta obra, dá-se uma evolução em relação à formulação anterior, de que ideologia seria uma falsa percepção da realidade em razão do trabalho alienado. Nesta fase, que Althusser chama de “maturidade de Marx”, já se estabelece a compreensão de que a ideologia tem relação com função exercida pela ideologia, que é a de subordinar uma classe a outra. “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (Marx e Engels, 2015, p. xx).

A ideologia cumpre, portanto, a função social de garantir a estrutura de subordinação e dar forma à sociedade, com base na divisão social primária que é a diferença intelectual. Serve ao propósito de fornecer uma série de representações gerais<sup>11</sup> (do Estado, da divindade, etc) que substitui a consciência de práxis existente por uma consciência de conjunto, que anule de maneira imaginária a dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual (Frosini, 2014).

No prefácio à “*Contribuição à crítica da economia política*”, de 1859, Marx desenvolve a ideia de formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as *formas ideológicas*, em que os homens adquirem consciência do

---

<sup>10</sup> A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e trabalho espiritual. A partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. “puras” (MARX; ENGELS, 2015, p. 35 apud De Melo, 2017, p. 40)

<sup>11</sup> Para Engels, “as condições materiais da vida dos homens e, em cujas cabeças se desenvolve este processo de pensamento, determinam em última análise este processo. As formas principais da ideologia são o “poder estatal”, o “direito público e privado”, a “filosofia” e a “religião”. Esta última é a mais distante da vida material e parece ser a mais estranha a ela” (Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã, p. 303).

conflito econômico e lutam para resolvê-lo. A ideologia passa a ter o sentido de luta de classes no nível das ideias. É nesta obra que aparece pela primeira vez a formulação marxista que separa a “base” (econômica) e a “superestrutura” (jurídica e política) (Eagleton, 2019).

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social que determina a sua consciência (Marx, 2008, p. 44).

Em “o *Capital*”, de 1867, Marx e Engels já possuem uma visão mais aperfeiçoada das formas sociais e defendem que a dominação não é oriunda apenas da opressão da classe dominante, mas deriva da própria dinâmica das trocas nas relações sociais. O capítulo acerca do fetichismo da mercadoria explica que o valor de troca é suprassensível, não pode ser tocado ou percebido pelos sentidos, mas é uma representação social necessária à sociabilidade dentro do sistema capitalista. O valor de troca está no corpo da mercadoria, determina práticas sociais e comportamentos específicos, mas não pode ser visto. A este fenômeno, Marx e Engels dão o nome de “objetividade fantasmagórica” (Marx e Engels, 2021).

Assim, no capitalismo, as relações sociais entre as pessoas são governadas por inter-relações aparentemente autônomas das mercadorias produzidas. Os seres humanos produzem mercadorias que depois escapam de seu controle e determinam suas condições de existência. A vida social é, portanto, dominada por entidades inanimadas. Não é mais uma questão de se imaginar que as mercadorias dominam a vida humana, porque elas de fato o fazem. Assim, não se trata de um problema no nível da consciência humana, mas a ideologia está ancorada nas operações cotidianas do sistema capitalista. Ou seja, a economia capitalista tem seus próprios dispositivos embutidos de ilusão. “Como observa em algum lugar Theodor Adorno, ‘a mercadoria é a sua própria ideologia’” (Eagleton, 2019).

Difundem-se por toda parte e com insistência as imagens de uma objetividade ilusória, que encobre e mascara a presença da subjetividade, quer dizer, disfarça a realidade das iniciativas contraditórias e das motivações contrastantes dos seres humanos divididos. Passa a ser muito difícil para os seres humanos realizar avanços na compreensão de suas ações. “Seu próprio movimento social possui para eles a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se acham, em vez de controlá-las” (MEW, XXIII, p. 89). São impelidos a agir sem poder ter plena consciência da ação que

empreendem. E é no contexto dessa reflexão que Marx escreve uma de suas frases mais conhecidas, citadíssima como caracterização da situação criada pela ideologia [...]: “Não sabem o que estão fazendo, mas fazem-no” (MEW, XXIII, p.88). (Konder, 2020, p. 54)

Enfim, a ideologia do capital é não apenas um modo de pensar, uma visão de mundo, um conjunto de ideias equivocadas, mas está presente na estrutura do modo de produção capitalista e nesta posição, conforma o próprio sujeito, sua existência seu comportamento e suas relações sociais, tendentes à normalização, aceitação e manutenção da ordem estabelecida. Este conceito de ideologia foi aprofundado na obra de Louis Althusser.

### 1.2.2 Louis Althusser

Louis Althusser dedicou grande parte da sua obra a sistematizar a teoria da ideologia. Ele integra a filosofia materialista de Marx e Engels à descoberta freudiana do inconsciente e percebe a ideologia a partir de duas frentes: a ciência e a prática. A primeira tem relação com a ruptura entre a ciência e a ideologia teórica no campo da epistemologia. A segunda tem a ver com os vínculos sociais e a estrutura de dominação de classe, que se referem ao campo político (Sampedro, 2023).

No campo da epistemologia, a ideologia é concebida como “a pré-história da ciência”, no sentido de que ela “cobre o espaço vazio que a ciência preencherá, pensando o seu objeto, ainda que em termos imaginários, sem produzir o efeito de conhecimento, trabalho do qual a ciência se encarregará” (Sampedro, 2023, p. 77). A ideologia seria, portanto, o “resto inconsciente da ciência”, que caminha em unidade com ela, como “companheira surda”. Por isso, não existe conhecimento puro.

Na mais conhecida definição, a que lemos em *Por Marx*, Althusser nos diz que a ideologia consiste em um sistema - dotado de uma lógica e de um rigor próprios - de representações (imagens, mitos, ideias, conceitos...) que possuem uma existência e um papel históricos no seio de uma sociedade dada. E, ademais, nos confirma o seu papel prático, fazendo a redução do problema epistemológico, ao afirmar que independente do problema das relações de uma ciência com o seu passado ideológico [...], a ideologia - enquanto sistema de representações - distingue-se da ciência justamente porque a sua função prático-social é muito mais importante e relevante que a sua função teórica, ou cognitiva (Sampedro, 2023, p. 83).

Considerar a ideologia como uma falha cognitiva, falsa consciência<sup>12</sup> ou ignorância das massas, ou seja, situá-la na esfera da razão e do pensamento, é impreciso porque não alcança a real localização e função da ideologia, que está no próprio funcionamento da estrutura social. A ideologia é parte constitutiva dessa estrutura social, é uma instância fundamental a toda sociedade, “mascarando a exploração e submetendo os explorados a todo um sistema de ilusões indispensável para sua dominação” (Sampedro, 2023, p. 86). Assim, a ideologia possui um papel ativo no campo da prática/política, e enquanto tal apresenta três características: 1) é profundamente inconsciente; 2) tem função de coesão social; e 3) possui materialidade. (idem, 2023).

Influenciado pela psicanálise<sup>13</sup>, Althusser elabora a tese de que a ideologia não é consciência coletiva ou social (como defende Gramsci) nem alienação ou falsa consciência (como alega Lukács), mas opera no locus do inconsciente. Assim, a ideologia se introjeta involuntariamente e de maneira invisível na consciência dos indivíduos e independe do seu controle e domínio. Há um cruzamento entre o imaginário e o real, pois, ao não perceber a ideologia, o sujeito considera que a sua percepção das coisas e do mundo como se fosse “a das coisas mesmo”. Não consegue distinguir entre o ideal e o real, então o real vem sobredeterminado pelo imaginário (idem).

A ideologia é, então, a expressão da relação dos homens com seu “mundo”, ou seja, a unidade (sobredeterminada) da sua relação real e de sua relação imaginária com suas condições de existência reais. Na ideologia, a relação real está inevitavelmente investida na relação imaginária: relação que mais *exprime* uma *vontade* (conservadora, reformista ou revolucionária), até mesmo uma esperança, ou uma nostalgia, do que descreve uma realidade (Althusser, 2015, p. 94).

---

<sup>12</sup> Convencionou-se dizer que a ideologia pertence à região “consciência”. Que não haja engano sobre essa denominação, que permanece contaminada pela problemática idealista anterior a Marx. Na verdade, a ideologia tem muito pouco a ver com a “consciência”, supondo que esse termo tenha um sentido unívoco. [A ideologia] é profundamente inconsciente. [As representações ideológicas] se impoem à maioria dos homens como estruturas, sem passar por sua “consciência” (Althusser, Por Marx, 2015, p. 193, apud Sampedro, 2023, p. 87).

<sup>13</sup> “A concepção freudiana do inconsciente cumpre, com efeito, o papel de marco fundamental para a elaboração althusseriana do conceito de ideologia [...]. Poderíamos inferir de uma primeira leitura desta apresentação programática da teoria da ideologia que a teoria psicanalítica constitui o seu modelo, pelo menos a funda. Esta interpretação é, portanto, condicionada como aparece depois no texto anteriormente mencionado: ‘Se eterno quer dizer não transcendente a toda história (temporal), mas onipresente, trans-histórico, portanto, imutável em sua forma em toda extensão da história, eu retomarei palavra por palavra a expressão de Freud e escreverei: a ideologia é eterna, assim como o inconsciente’ (Gillot, 2018, p. 75)

A ideologia possui uma função de coesão social, pois configura o sistema de representações que estrutura a sociedade. É a partir e por causa deste sistema que os seres humanos se reconhecem enquanto sujeitos, se relacionam uns com os outros e cumprem com as tarefas fixadas. A ideologia garante a exploração e o domínio de classe e assegura que os explorados aceitem sua condição de explorados. Apesar de invisível, este sistema de representações possui caráter material. Ou seja, apesar de sua função nos campos imaginários e simbólicos, a ideologia não deve ser vista como constituída apenas por ideias, mas por práticas. A ideologia não é um tema meramente epistemológico, mas é “um processo social de interpelações, inscrito em estruturas sociais materiais” (Sampiedro, 2023, p. 97).

No texto “*Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*”, de 1970, Althusser pretende sistematizar o mecanismo por meio do qual é criado esse sistema de significação e introjetado inconscientemente nos sujeitos (interpelação subjetiva). Para isso, ele sistematiza o Estado em duas estruturas, a infraestrutura, que é o modo de produção, e a superestrutura, que é constituída pelo aparelho repressivo do Estado e os aparelhos ideológicos do Estado (Althusser, 2022, p. 73).

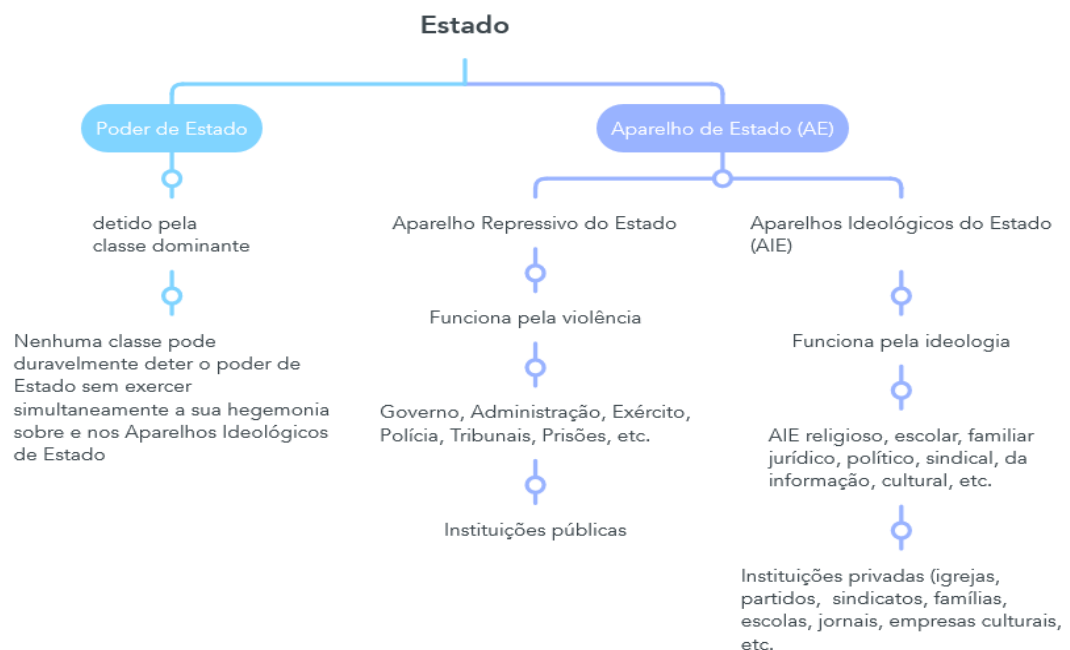
Assim, o Estado é uma entidade complexa, que pode ser melhor compreendida quando se distingue o Poder de Estado do Aparelho de Estado. O poder de Estado pode ser tomado por uma classe, enquanto o aparelho de Estado. O Aparelho de Estado, por sua vez, se dividem em Aparelho Repressor de Estado (ARE), que compreende o governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que podem ser de caráter religioso, escolar, jurídico, político, sindical, de informação e cultural (idem, p. 74-75)

Tanto o ARE quanto os AIE funcionam pela violência (ainda que atenuada, dissimulada ou até simbólica) e pela ideologia, mas prevalece a violência no ARE e a ideologia nos AIE. Enquanto o ARE constitui um todo organizado cujos diferentes membros estão subordinados a uma unidade de comando, os AIE são múltiplos, distintos, relativamente autônomos e suscetíveis de oferecer um campo objetivo às contradições que exprimem. Os AIE são não apenas o alvo, mas também o local da luta de classes (idem, p. 75).

É assim que o Estado garante as condições políticas para reprodução das relações de produção (relações de exploração), pela repressão e pela ideologia. A manutenção e reprodução das condições do modo de produção ocorre, portanto, pela atuação do aparelho do Estado, mediante o binômio força e consentimento (repressão

e ideologia). Desta forma, uma ideologia existe sempre num aparelho, e na sua prática. Esta existência é material. Todo sujeito dotado de uma consciência e crendo nas ideias que aceita livremente, deve *agir* segundo suas ideias, que é a prática material. Assim, as ideias de um sujeito humano existem nos seus *atos*. Essas práticas são reguladas por *rituais* em que elas se inscrevem (Althusser, 2022).

Quadro 1 – Poder de Estado e Aparelho de Estado<sup>14</sup>



Só existe prática por meio de e sob uma ideologia, e só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos. Pelo processo da interpelação, um indivíduo concreto é transformado em um sujeito concreto, que se submete livremente às ordens e comandos da estrutura social, o que Althusser denomina de “andar sozinhos” (Althusser, 2022). A função da ideologia consiste em obter a obediência consentida dos explorados, submissão às regras da ordem estabelecida, à ideologia dominante e ao processo de extorsão de mais-valor, o que ocorre por meio de *instituições* (Sampedro, 2023).

<sup>14</sup> Elaboração própria

A princípio, a submissão às regras e a qualificação do trabalho era aprendida e realizada no próprio ambiente da produção (por exemplo, nas fábricas). Gradualmente, o sistema escolar capitalista se encarregou desta tarefa. A escola ensina, portanto, habilidades necessárias à reprodução do modo de produção, de maneira a assegurar certas ‘habilidades’, mas mediante formas que asseguram o submetimento à ideologia dominante. (Sampedro, 2023, p. 98).

Para Althusser, o próprio das ideologias é impor-se ‘violentamente, brutalmente, às consciências livres dos homens, interpelando os indivíduos de tal modo que estes se encontrem obrigados de fato a reconhecer livremente que essas ideias são verdadeiras’. [...] Assim, a ideologia está longe de ser mera “espiritualidade”, a sua materialidade é absoluta, pois que os indivíduos já são sempre já sujeitos, isso é, sempre já sujeitados a uma ideologia. (Sampedro, 2023, p. 100).

A categoria jurídica de sujeito constitui o núcleo da noção ideológica, porque a ideologia tem justamente a função constituir os indivíduos concretos em sujeitos enquanto seres sociais. Para tanto, instala a internalização das relações sociais efetivas e fornece uma identidade que possibilita a identificação com o outro. É o que lhe confere sua individualidade, seu reconhecimento como existente (Sampedro, 2023).

A ideia de sujeição tem relação ainda com o conceito de reconhecimento-desconhecimento de Lacan<sup>15</sup>, e sua teoria do espelho, em que o sujeito está dividido entre quem ele é e quem ele enxerga: “o sujeito se reconhece, certamente, no eu [*moi*], mas ele apenas se reconhece ali ao se alienar” (Gillot, 2018, P. 112). Desta forma, a sujeição garante a reprodução das relações sociais de produção.

Assim, a teoria da ideologia deve ser percebida não como o estudo de ideias, mas de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas. Estas relações pressupõem uma divisão de trabalho, em que

---

<sup>15</sup> Na verdade, antes de Lacan, a ideia de reconhecimento-desconhecimento fora esboçada por Marx em ‘o Capital’, na sessão sobre o fetichismo da mercadoria. “Marx nesse texto mostra, com efeito, que os homens na sociedade mercantil, ao tomar uma relação social por uma relação entre as próprias coisas (os produtos do trabalho que são mercadorias), simultaneamente *reconhecem e desconhecem* a origem social do valor, o tempo de trabalho socialmente útil, que supõe, ele mesmo, a estrutura das relações de produção. Assim, a ‘fantasmagoria’ não se dissipa, depois da descoberta científica da origem social do valor. Essa teoria da *ilusão* em Marx, que poderia muito bem constituir um esboço da teoria da ideologia, parece, todavia, estar inacabada: ela destaca uma certa necessidade da ilusão, mas ao mesmo tempo mantém a redução desta ilusão a uma fantasmagoria, deprovida de realidade por si mesma, simples aparência e reflexo da realidade das relações de produção.” (GILLOT, 2018, p. 111).

cada indivíduo reconheça seu lugar na produção como natural. O mecanismo por meio do qual esta normalização ocorre é a sujeição, em que o indivíduo se configura como sujeito e se sujeita às normas da estrutura social e a um Sujeito absoluto e abstrato (Deus, Humanidade, Nação, etc.). Este mecanismo é operacionalizado pelo conjunto de instituições concretas, que Althusser chama de aparelhos ideológicos de Estado (Albuquerque, 2022).

Percebe, portanto, que o imperialismo é uma estrutura que dá sustentação ao modo de produção capitalista e à exploração global de uma classe sobre outra em favor da expansão do capital. Esta dominação possui uma dimensão econômica, política e ideológica. A dominação ideológica é menos visível, porque acontece no nível do inconsciente, e se internaliza através dos aparelhos ideológicos do Estado, com a finalidade de garantir que os sujeitos aceitem como justa e reproduzam a ordem e a sua própria exploração.

Desde o fim da 2ª Guerra Mundial os Estados Unidos atuam como potência hegemônica à frente de uma estrutura imperialista que dá suporte ao modo de produção capitalista. Existe, por parte deste poder hegemônico, uma atuação deliberada de instituições e aparelhos ideológicos imperialistas no sentido de introjetar no inconsciente dos indivíduos um sistema de representações que coincida com os interesses das classes capitalistas

Assim, a atuação ideológica assegura a conformação de sujeitos passivos em relação à sua condição de explorados e, portanto, incapazes de questionar, resistir e se insurgir contra a opressão capitalista internacional. Na próxima sessão será analisada a construção da hegemonia estadunidense.

### 1.3 Imperialismo sob Hegemonia Estadunidense

Como visto, o imperialismo é uma estrutura complexa de dominação inseparável do modo de produção capitalista, que tem uma dimensão econômica, uma dimensão política e uma dimensão ideológica. Esta estrutura passou por períodos em que esteve sob liderança de uma potência e períodos de multipolaridade, o que Robert Cox cunhou de “ciclos hegemônicos” e “ciclos não hegemônicos” da ordem internacional (1983). O período fordista e pós-fordista do imperialismo pode ser analisado a partir da construção da hegemonia estadunidense, ou “Pax Americana”.

Hegemonia, conforme o pensamento de Antonio Gramsci, pode ser sintetizada como uma relação de dominação exercida através de coerção e consenso para que tenha estabilidade e duração (Hirsch, 2010). Ou seja, o poder hegemônico estável apoia-se não apenas na violência contra os dominados, mas implica em convencê-los de que a estrutura social é justa e atende a seus interesses. O conceito de hegemonia gramsciano foi desenvolvido a partir de duas fontes principais: as discussões da 3ª internacional sobre a estratégia da revolução bolchevique e a obra de Maquiavel (Cox, 1983).

Na 3ª Internacional o termo “hegemonia” se referia tanto à liderança que a classe proletária bolchevique deveria exercer sobre as classes aliadas quanto ao domínio que ela deveria impor às classes inimigas. Gramsci aplicou essa ideia para compreender a hegemonia exercida pela classe burguesa europeia. Ele ainda articulou o conceito com as características do príncipe, da obra de Maquiavel, que exerceria o domínio através da coerção e do consentimento. “A hegemonia é suficiente para garantir o comportamento submisso da maioria das pessoas durante a maior parte do tempo” (idem, p. 105).

Robert Cox transpõe a ideia gramsciana de hegemonia, que foi desenvolvida para compreender a dominação de uma classe sobre outra, para compreender a dominação de um Estado ou grupo de Estados sobre outros. O Estado<sup>16</sup> é o local onde os conflitos sociais acontecem e onde a hegemonia é construída, sendo que as relações internacionais derivam das formações sociais fundamentais. Para se tornar hegemônico, um Estado precisa impor sua concepção e projeto global de sociedade e convencer os demais Estados de que este projeto é compatível com seus próprios interesses (1983, p. 117).

As relações hegemônicas somente aparecem quando um Estado está em condições de garantir ao seu modelo de sociedade o caráter de um ideal geral, e de garantir a ordem internacional com seus recursos de poder,

---

<sup>16</sup> The hegemonic world order established by the Pax Americana “was founded by a country in which social hegemony has been established and in which that hegemony was sufficiently expansive to project itself onto the world scale.” Fordism as a model of production and a particular form of state became the standard and was exported globally. Behind the Pax Americana, there exists a hegemonic vision that is associated with an economic internationalism throughout social groups from the United States and prompts demands from mass consumption. This is a pertinent feature, as it reveals the importance of the spatial dimension of hegemony construction as: “the place that comes to exercise hegemony matters, therefore, in the content and form that hegemony takes.” In the case of Pax Americana, “a spatial dialectic between the United States and the rest of the world rather than a conjunctural/universal historical dialectic with only incidental geographical features” is crucial toward understanding the contemporary global political economy (Ramos, 2020).

abrindo uma perspectiva de estabilidade e de desenvolvimento também para os Estados e regiões subordinados.[...] A sua posição se apoiava não apenas na dominação militar e na difusão das representações sobre os valores e ideias “americanos”, como também em um sistema de produção e de sociedade que na prática se tornou um modelo para o mundo todo [...]” (Hirsch, 2010, p. 234).

A hegemonia tem, portanto, um conteúdo ideológico, por oferecer um modelo de sociedade e de representações comuns, e um conteúdo político, ao garantir direção e liderança a um projeto de estabilidade e desenvolvimento mundial. Para suceder em seu objetivo, a potência hegemônica precisa ao mesmo tempo impor este projeto pela força militar e através de um sistema de organizações e instituições que apresentem justificativas e regulamentação à estrutura. Assim, três categorias de forças interagem para criar uma potência hegemônica: ideias, capacidades materiais e instituições (Cox, 1981).<sup>17</sup>

As instituições são o amálgama entre as ideias e as capacidades materiais. Existe, portanto, uma ligação muito profunda entre a hegemonia de Gramsci e as instituições, já que elas atuam no sentido de garantir continuidade e estabilidade ao domínio, minimizando a necessidade de uso da força. Elas oferecem legitimidade às ideias que fundamentam a estrutura de dominação e a liderança do poder hegemônico, que são então aceitos pelos Estados mais fracos (idem).

Os EUA despontaram como líder da nova ordem mundial por preencher estes três requisitos: adquiriram grande poder material no período entre guerras, se projetaram ideologicamente como garantidores da nova ordem e criaram instituições para administrar esta estrutura, em defesa da manutenção do modo de produção capitalista e dos interesses de suas classes dirigentes (Cox, 1983). Neste sentido, a hegemonia estadunidense e seu projeto de ordem possuem ligação com os princípios que fundamentaram a criação da nação estadunidense, em que a religião, a

---

<sup>17</sup> “**Material capabilities** are productive and destructive potentials. In their dynamic form these exist as technological and organizational capabilities, and in their accumulated forms as natural resources which technology can transform, stock of equipment (for example, industries and armaments), and the wealth which can command these. **Ideas** are broadly of two kinds. One kind consists of intersubjective meanings, or those shared notions of the nature of social relations which tend to perpetuate habits and expectations of behavior [...] The other kind of ideas relevant to a historical structure are collective images of social order held by different groups of people. These are differing views as to both the nature and the legitimacy of prevailing power relations, the meaning of justice and public good, and so forth. [...] Institutionalization is a means of stabilizing and perpetuating a particular order. **Institutions** reflect the power relations prevailing at their point of origin and tend, at least initially, to encourage collective images consistent with these power relations. (Cox, social forces – negrito não existente no original)”.

democracia e o comércio estão na raiz de sua vocação messiânica, de resgatar um mundo degradado. A religião, o capitalismo, a democracia, a paz e o poder dos Estados Unidos eram um só (Anderson, 2015, p.17).

Aos privilégios objetivos de uma economia e geografia sem paralelos foram acrescentados dois potentes legados subjetivos, um de cultura, outro de política: a ideia (oriunda da colonização puritana inicial) de uma nação que gozava de privilégio divino, imbuída de uma vocação sagrada; e a crença (oriunda da Guerra da Independência) de que uma república dotada de uma constituição de liberdade eterna havia surgido no Novo Mundo. A partir desses quatro ingredientes se desenvolveu, muito cedo, o repertório ideológico de um nacionalismo norte-americano que propiciava uma passagem suave e contínua a um imperialismo norte americano, caracterizado por uma \*complexio oppositorum\* de excepcionalismo e universalismo. (Anderson, 2015, p. 13)

A ideologia norte-americana é cuidadosa em esconder o seu produto — o projecto imperialista — na inefável linguagem da "missão histórica dos EUA". Uma tradição herdada dos seus primórdios de "padres fundadores", seguros da sua inspiração divina. Os liberais norte-americanos, no sentido político do termo, os que se consideram "a esquerda" da sua sociedade, compartilham desta ideologia. De acordo com isto, consideram a hegemonia norte-americana como necessariamente "benigna", como fonte de progresso assente em princípios morais e em práticas democráticas; que existe para dar vantagens a quem, a seus olhos, não são vítimas desse projecto, mas sim seus beneficiários. A hegemonia norte-americana, a paz universal, a democracia e progresso material, juntam-se como conceitos inseparáveis. (Amin, 2005)

De sua criação até a 2ª Guerra Mundial, os EUA oscilavam entre um nacionalismo isolacionista ou um nacionalismo intervencionista (Anderson, 2015, p. 29). Com o início da Guerra Fria estes dois interesses convergiram para uma síntese durável, que é o projeto de transformar o mundo à imagem e semelhança dos EUA, ou seja, reorganizar o mundo de acordo com seus interesses e “construir uma ordem internacional liberal de comércio e segurança mútua que os EUA podiam ter a certeza de dominar” (idem, p. 30). Contra este projeto, crescia na Europa e no sul global um projeto oposto: o projeto socialista, que apresentava não apenas uma alternativa ao capitalismo, mas sua aniquilação (idem, p. 27).

O anticomunismo era o grande elemento unificador entre os conservadores do pós-1945. Graças a ele, correntes muito diferentes, com ideais mesmo contrários, como os libertários e os tradicionalistas, mantinham-se em aliança contra o inimigo comum. O liberalismo era um problema, sem dúvida, mas não uma ameaça existencial e imediata como a União Soviética e seu império (Sousa, 2021).

As instituições criadas para dar suporte à nova ordem global precisaram, portanto, regulamentar e legitimar o projeto de mundo estadunidense, difundir a ideologia do capital e os interesses estadunidenses como se fossem interesses

universais e combater a ameaça da ideologia comunista. Dentre as muitas organizações criadas, à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) coube a direção militar e política, ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ao Banco Mundial e à Organização Mundial do Comércio (OMC) a gestão de aspectos econômicos e à Organização das Nações Unidas (ONU) e aos tribunais internacionais as funções de regulamentar e dar legitimidade à ordem internacional (Amin, 2003).

A organização criada especificamente com o propósito de combater a ameaça da ideologia comunista em âmbito global foi a Agência Central de Inteligência (CIA), que atuou não apenas na coleta de informações estratégicas para o governo dos EUA, mas também no treinamento de grupos militares e paramilitares para promoção de golpes de Estado de países periféricos desalinhados aos interesses hegemônicos. Esta é a face mais visível da CIA. Mas ela contou também com uma ala especializada na produção e difusão de propaganda anticomunista, que se aliou à indústria cultural, à produção acadêmica e a organizações religiosas para difusão internacional dos valores e projeto de sociedade estadunidenses.

A proposta norte-americana já fora articulada na Doutrina Truman e no Plano Marshall. Iniciava-se então uma nova fase da Guerra Fria, com a criação da Agência Central de Informações (CIA), primeira organização estadunidense de informações em tempo de paz. Criada pela Lei de Segurança Nacional de 26 de julho de 1947, a Agência tinha originalmente o objetivo de coordenar as informações militares e diplomáticas (...). 'Em parte alguma da lei de 1947 a CIA foi explicitamente autorizada a colher informações ou intervir secretamente nos assuntos de outras nações', afirmou, tempos depois, um relatório do governo. 'Mas a elástica expressão 'outras funções (...) similares' foi usada por uma sucessão de presidentes para desviar a Agência para a espionagem, a ação secreta, as operações paramilitares e a obtenção de informações técnicas'. A fundação da CIA marcou uma reforma drástica dos paradigmas tradicionais da política norte-americana. Os termos em que a Agência foi criada institucionalizaram os conceitos de 'mentira necessária' e 'desmentido plausível' como estratégias legítimas em tempos de paz e, a longo prazo, produziram uma camada invisível de governo cujo potencial de abusos, dentro e fora do país, nunca se deixou inibir por qualquer sentimento de responsabilidade. (Saunders, p. 46-47).

Esta atuação, para ser eficiente, precisou ser escondida: "os arquitetos do poder precisam criar uma força que possa ser sentida, mas não vista. O poder permanece forte quanto está no escuro; exposto à luz do sol, começa a evaporar" (Chomsky, 1997). O próximo capítulo analisa a construção da identidade estadunidense e sua política externa a partir de fundamentos religiosos para

compreender as bases do imperialismo ideológico para a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos.

#### 1.4 Conclusões do Capítulo

Imperialismo é uma estrutura política, econômica, militar e ideológica que dá suporte à exploração capitalista a nível global. O imperialismo é intrínseco ao modo de produção capitalista, que desde o início precisou expandir para superar crises do sistema. Não é uma fase do capitalismo, é um fenômeno permanente, que se adequou às transformações do sistema capitalista para continuar em constante valorização do valor, passando, para tanto, por fases distintas de atuação. As dimensões econômica e política do imperialismo são amplamente discutidas pelos teóricos marxistas desde o período entreguerras. Mas a dimensão ideológica da dominação global capitalista e seus efeitos são menos abordados.

A dominação ideológica, no entanto, é fundamental à manutenção, reprodução e expansão do modo de produção capitalista, pois é responsável por garantir indivíduos que aceitem e naturalizem a exploração global, que entendam como legítimas e imutáveis as desigualdades e que defendam interesses da classe dominante como se fossem seus interesses. A teoria marxista da ideologia, em especial a abordagem althusseriana, nos fornece chaves de análise importantes para compreender o processo de subjetivação capitalista, em especial o conceito de “aparelhos ideológicos do Estado”, que são, em suma, as instituições (como a família, a escola, a igreja, os partidos políticos, a cultura e os meios de comunicação) por meio das quais a ideologia do capital é introjetada inconscientemente no indivíduo.

O conceito coxiano de “hegemonia e ordens mundiais” também nos fornece elementos importantes para compreender a atuação das potências hegemônicas para garantir seu domínio e liderança do imperialismo em diferentes períodos históricos do modo de produção capitalista, em especial a partir do sistema de Estados inaugurado pelo tratado de Westfalia.

Contestando o pensamento realista de que existiria uma estabilidade nas ordens hegemônicas garantida somente pelo poder estatal, Cox defende que a

estabilidade de uma ordem mundial depende da conjugação de três fatores: poder material, ideias e instituições. A *pax britânica* teve por base a ascensão da manufatura capitalista e as ideias do internacionalismo liberal. A *pax americana*, por outro lado, se baseou em alianças criadas para conter o avanço da União Soviética e produziu um número muito maior de instituições internacionais formais. Para tanto, exigiu uma medida maior de consenso dos países aliados e relegou a utilização da força para países periféricos (Cox, 1996).

Com efeito, desde o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos são a nação hegemônica que lidera e direciona o imperialismo de acordo com os interesses de suas classes capitalistas. As instituições criadas a partir da metade do século XX (organizações internacionais, mídia internacional, organizações religiosas, think tanks, organizações não-governamentais, toda a indústria cultural e acadêmica) atuam deliberada ou involuntariamente na promoção de uma narrativa e visão de mundo que naturalizam as relações de exploração e garantem uma sociedade global apassivada e receptiva ao domínio estadunidense e à manutenção de um suposto equilíbrio e estabilidade por meio de uma ordem internacional hegemônica pelos valores estadunidenses, que na realidade solidificam em nível internacional a manutenção da inércia da classe trabalhadora contra a opressão.

## CAPÍTULO 2: RAÍZES TEOLÓGICAS DO IMPÉRIO ESTADUNIDENSE E TEORIA MARXISTA DA RELIGIÃO

O império estadunidense que se consolidou a partir de 1945, teve uma longa pré-história. (Anderson, 2005). Aliado ao privilégio geográfico de um território gigantesco e, protegido por dois oceanos, desenvolveu-se ali uma cultura política de nação escolhida e vocacionada por Deus para ser a terra de liberdade. Estes ingredientes formataram “o repertório ideológico de um nacionalismo norte-americano que propiciava uma passagem suave e contínua a um imperialismo norte-americano, caracterizado por um *complexo oppositorum* de excepcionalismo e universalismo” (Anderson, 2005, p. 13).

Assim, para compreender o conteúdo ideológico do imperialismo estadunidense, é importante resgatar a formação histórico-cultural dos EUA. Para tanto, o presente capítulo investigará, na primeira parte, as raízes ideológicas e teológicas da percepção estadunidense de nação, que também informam o conteúdo da construção de sua hegemonia.

A segunda parte do capítulo disserta, a partir da teoria marxista, acerca da dupla função social da religião. De um lado, ela é fruto do modo de produção e das relações sociais que dele derivam, pelo que contribui com a manutenção desta ordem originária. Por outro lado, a religião é também agente de transformações estruturais na sociedade, inclusive para questionar o domínio e os princípios que baseiam as relações. Por fim, a última parte do capítulo retoma a temática do papel determinante da religião protestante na constituição do imperialismo estadunidense.

### 2.1 Fundamento Religioso na Formação do Império Estadunidense

A formação do Estado estadunidense, no plano ideológico, fundamentou-se na crença político-cultural de se tratar de uma nação que desfrutava de um privilégio divino e, conseqüentemente, de uma vocação messiânica de “terra da liberdade” no Novo Mundo. (Anderson, 2005, p. 13). Esta sessão analisa os fundamentos religiosos da construção estadunidense de nação e a influência deste

repertório ideológico na política externa, a partir de três períodos históricos: 1) do período colonial, a partir do mito fundador do Mayflower em 1620 até a guerra de independência (1620 a 1776); 2) do período de consolidação territorial e avanço imperialista sobre a América Latina, desde a independência até a Primeira Guerra Mundial (1776-1914); e 3) do período das duas guerras mundiais (1914-1945).

A identidade nacional estadunidense, sua unidade e vocação para a expansão estão fortemente arraigadas na religião cristã. É profundamente arraigada a crença de nação escolhida e especialmente protegida por Deus para cumprir o propósito messiânico de trazer liberdade e ser um exemplo para todos os povos. Esta crença inabalável justifica e legitima as ações imperialistas, intervencionistas e até mesmo o genocídio de povos originários e a escravização de povos africanos, porque são vistas como meios para atingir o fim maior de trazer paz e justiça para toda a Terra. Assim, apesar das profundas contradições, a cultura protestante e a ideologia puritana de um povo eleito e separado para uma grande missão resistiu como estrutural na identidade americana, representando ainda hoje o cerne cultural estadunidense. (Mateo, 2013).

A expressão “destino manifesto” foi cunhada por John O’Sullivan em 1845 para designar a missão dos Estados Unidos de “alastrar o continente alocado pela Providência para o livre desenvolvimento da nossa fortuna, que se multiplica a cada ano”. O termo foi amplamente utilizado para nomear a ideia, já então muito difundida, de um direito divino e histórico ao expansionismo anglo-saxônico, de um povo escolhido por Deus para conquistar e possuir a América e, posteriormente, de liderar as demais nações atrasadas rumo a um futuro melhor. “Havia um dever de se desenvolver e se difundir no potencial máximo sob as bençãos dos mais perfeitos princípios imagináveis” (Stephanson, 1995, p. 12)

Quando o “destino manifesto” foi cunhado na década de 1840, o protestantismo apocalíptico e a mobilização utópica tinham na verdade atingido um nível incomparável desde os primeiros tempos coloniais. Portanto, não é surpresa que a expressão estivesse fortemente impregnada de conotações religiosas. As suas origens, de fato, residem diretamente nas antigas noções bíblicas, recarregadas através da Reforma, do papel predestinado e redentor do povo escolhido de Deus na Terra Prometida: destino providencial revelado. O mundo como “manifestação” de Deus e a história como “destino” predeterminado tinham sido a base ideológica do período fortemente providencialista em Inglaterra entre 1620 e 1660, durante o qual, claro, ocorreu a migração inicial para a Nova Inglaterra. Qualquer

genealogia, em suma, deve começar pelas fontes religiosas (Stephanson, 1995, p. 5, tradução livre<sup>18</sup>).

A ideia de “civilização superior” é comum a outros impérios, como o chinês, o babilônico ou o romano. O império estadunidense se diferencia, no entanto, por ter aliado o liberalismo inglês à religião cristã, em sua vertente protestante e mais especificamente puritana, culminando no ideário de um nacionalismo profético e universal. Historicamente, podemos perceber que em períodos de menor expansão, teve predomínio a ideia cristã de “cidade sobre a montanha”, ou seja, de uma nação exemplo, separada do “mundo perdido” e o consequente isolacionismo em relação às demais. Já a imagem de uma “nação escolhida por Deus” para levar a liberdade e a democracia a todos os povos diretamente (e não mais pela influência indireta), tem sido mais instrumentalizada em períodos de maior expansão. A partir do governo de Woodrow Wilson, fica em evidência a ideia de vocação salvadora, quando a missão divina dos Estados Unidos foi a justificativa para que este país entrasse “no mundo perdido” para se tornar seu hegemom. (Stephanson, 1995, p. 13).

Assim, a expressão “destino manifesto” não deu causa à expansão imperial, mas, os conceitos que permeiam esta expressão revelam em profundidade como se deu a construção da identidade estadunidense que fundamenta seu comportamento imperialista em relação ao restante do mundo.

### 2.1.1 Período Colonial (1620 – 1776)

A Reforma Protestante e as guerras religiosas varriam a Europa anglo-saxônica quando a América do Norte foi invadida pelos colonizadores. Os protestantes ingleses consideravam a Inglaterra separada do resto do continente europeu, não apenas geograficamente, mas também espiritualmente: uma nação divinamente escolhida para uma missão superior, o que justificava sua expansão colonial. Dentre

---

<sup>18</sup> “When “manifest destiny” was coined in the 1840s, apocalyptic Protestantism and utopian mobilization had actually reached a level unmatched since early colonial times. So it is no surprise that the expression should have been heavily suffused with religious overtones. Its origins, in fact, lay directly in the old biblical notions, recharged through the Reformation, of the predestined, redemptive role of God’s chosen people in the Promised Land: providential destiny revealed. The world as God’s “manifestation” and history as predetermined “destiny” had been ideological staples of the strongly providentialist period in England between 1620 and 1660, during which, of course, the initial migration to New England took place. Any genealogy, in short, must begin with the religious sources” (Stephanson, 1995, p. 5).

as várias vertentes protestantes, os puritanos se destacavam por seu separatismo radical. Tendo sido perseguidos na Inglaterra, fundaram nos Estados Unidos a “Nova Inglaterra”, autoproclamando-se bastiões da pura e verdadeira religião, numa terra nova e ilibada (Stephanson, 1995, p. 3).

Apesar do mito fundador dos EUA traçar uma linha direta entre a colonização puritana, desde Plymouth Rock até a independência, outras vertentes do protestantismo foram centrais para o desenvolvimento da nação estadunidense, como os anglicanos no sul. Contudo, o puritanismo do norte teve um papel marcante, porque sua simbologia de excepcionalismo e de separação marcou tão profundamente a nacionalidade norte-americana que sobrevive ainda hoje no imaginário da nação (idem, p. 4).

Figura 2. Ação de Graças em Plymouth



19

<sup>19</sup> Jennie Augusta Brownscombe, Thanksgiving at Plymouth, 1925; Oil on canvas, 30 x 39 1/8 in.; National Museum of Women in the Arts, Gift of Wallace and Wilhelmina Holladay. Os registros históricos afirmam que os peregrinos puritanos e os índios Wampanoag partilharam uma festa de outono celebrando a primeira colheita bem sucedida dos colonos em 1621. No entanto, a sua reunião não se teria parecido com o retrato de Brownscombe – até porque ela incluía cabanas de madeira anacrônicas

Para Stephen P. Rosen (2009), duas culturas bem definidas de colonos deixaram sua marca na formação dos valores norte-americanos e, de certa forma, seus princípios permanecem até hoje: os escoceses e irlandeses (Scots-Irish)<sup>20</sup> e os puritanos. Os Scots-Irish migraram para as colônias inglesas do sul e eram pessoas acostumadas com o clima de guerra de fronteira. Para eles, uma vez na América, honra, dever e reputação eram palavras de ordem e as constantes guerras com os povos indígenas tornaram-se parte do cotidiano (Hendler, 2012). Já os puritanos fixaram-se nas colônias do norte, onde a violência era, também, uma constante.

Porém, a diferença é que, para este grupo, a violência devia ser socialmente autorizada pelo costume, pela lei ou pelos líderes protestantes, datando dessa época uma série de execuções de bruxas, quakers e servos rebeldes. Assim, a guerra devia ser justa, em favor de uma causa, de um ideal (Hendler, 2012). As raízes teológicas da identidade estadunidense, que deram causa a um tipo específico de política interna e posteriormente externa, podem ser encontradas neste período colonial, em que os colonos cristãos interpretam o tempo e o espaço e agem de acordo com noções bíblicas antigas revigoradas pela Reforma Protestante, da predestinação divina e missão redentora do seu povo escolhido na Terra Prometida (Stephanson, 1995, p. 5).

Para os europeus, as terras não ocupadas por membros reconhecidos da cristandade eram, teoricamente, terras livres de serem tomadas. Sempre que possível em termos práticos, eles o fizeram. Os colonizadores cristãos das Américas – incluindo os espanhóis e os portugueses – entendiam os seus empreendimentos como sagrados; mas apenas os puritanos da Nova Inglaterra concebiam o próprio território como sagrado, ou sagrado em potencial. Como portadores designados da verdadeira missão cristã, eles o sacralizaram com sua presença. Esta era a Nova Canaã, uma terra prometida, a ser reconquistada e retrabalhada para a glória de Deus pelas

---

e cocares Sioux. Na realidade, a sua representação do acontecimento icônico reflete a versão idealizada da história que entrou na memória coletiva dos Estados Unidos. Fonte: <https://nmwa.org/art/collection/thanksgiving-plymouth/>

<sup>20</sup> “Clearly, then, the fiercely independent Scots-Irish settlers described in Jim Webb’s book *Born Fighting* (2004) were demographically and culturally dominant in America for many years, and nearly all the early formative years. They were “born fighting” for two reasons. First, they came from a border area that had been constantly at war over control of land, religion and cattle since 1040. Northern Ireland, to which this population was transplanted, was also embroiled in endemic sectarian warfare. They were fiercely loyal to clan and sect, and they knew as if by second nature that survival and success depended on the willingness to fight in response to challenges to property or status. They cultivated reputations for martial skill and prowess, for they knew that concession counted as a display of weakness that would be ruthlessly exploited for all it was worth.” (Rosen, 2009).

forças que Ele mesmo selecionou, o remanescente redimido no deserto (Stephanson, 1995, p. 6, tradução livre<sup>21</sup>)

Os puritanos extraíram da narrativa judaica do Êxodo os elementos teológicos que fundamentaram a colonização e, posteriormente, a identidade estadunidense. Em termos simbólicos, a jornada para a América servia de analogia bíblica como o êxodo do Novo Egito (Inglaterra) para a fundação do Reino de Deus na nova Terra Prometida” (Fonseca, 2007). Para Stephanson (1995), são quatro os principais temas que povoaram o imaginário colonial: 1) eleição e pacto; 2) escolha e apostasia; 3) profecia, revelação e fim da história e 4) território, missão e comunidade.

As ideias de eleição e pacto tem relação com a crença de que Deus teria elegido o povo de Israel para ser seu povo em meio a um mundo decaído e com ele celebra um pacto de fidelidade: se o povo deixasse de adorar outros deuses e obedecesse a suas leis, Deus lhe daria em troca uma terra sem inimigos, em que haveria fartura material e paz. Assim, a migração para este novo território era parte fundamental da aliança. “A marcha através do deserto até o destino prometido é em si profética e reveladora, pois é uma jornada em direção à reconciliação com Deus.” (Stephanson, 1995, p. 7, tradução livre<sup>22</sup>). Mas a conquista do território não é um fim em si mesmo, é um meio pelo qual Deus pretende reconciliar toda a humanidade consigo.

Já as ideias de escolha e apostasia na teologia judaica se referem ao fato de que o pacto de Deus com Israel pode ser quebrado, caso o povo decida desobedecer aos mandamentos instituídos. Assim, a história se define por escolhas entre o certo e o errado, ou seja, uma eterna prova de aptidão. Todo o futuro, não apenas individual, mas também coletivo, depende das escolhas do indivíduo, pelo que a culpa e a ansiedade são instrumentalizadas para produzir um estado permanente de decisões e ações moralmente corretas com vistas ao aprimoramento da realidade (Stephanson, 1995).

---

<sup>21</sup> “For Europeans, land not occupied by recognized members of the Christendom was theoretically land free to be taken. When practically possible, they did so. The Christian colonizers of the Americas – including the Spanish and the Portuguese – understood theirs as sacred enterprises; but only the New England Puritans conceived the territory itself as sacred, or sacred to be. As the appointed bearers of the true Christian mission, they made it so by being there. This, then, was the New Canaan, a land promised, to be reconquered and reworked for the glory of God by his select forces, the saving remnant in the wilderness” (Stephanson, 1995, p. 6)

<sup>22</sup> “The march through the wilderness to the promised Destination is itself prophetic and revelatory, for it is a journey toward reconciliation with God” (Stephanson, 1995, p. 7)

A narrativa cristã se apropria da ideia de que as escolhas definem a cronologia dos acontecimentos, interpretando que os judeus quebraram definitivamente o pacto quando rejeitaram o Messias enviado por Deus. Assim, os cristãos passam a ser o novo povo escolhido para cumprir a missão redentora de Deus na Terra. Os primeiros cristãos (católicos) também falharam e, após a Reforma Protestante, o Puritanos, verdadeiros defensores da pura religião, assumiram a missão e a jornada pela justiça mundial como a Nova Israel (Stephanson, 1995).

Ainda, os conceitos de “profecia, revelação e o fim da história” se referem ao grande interesse dos colonos protestantes em interpretar a realidade em consonância com as escrituras, já que, para eles, a Bíblia constitui não apenas uma autoridade de fé e prática, mas também uma revelação dos acontecimentos que estão por vir. Assim, compreender as escrituras possibilita ao cristão a correta interpretação da realidade, a descobrir a vontade de Deus e o autoriza a cooperar os planos divinos (Stephanson, 1995).

Ser livre era justamente compreender esse destino e conformar-se à direção da vontade divina, ‘fazer do nosso destino a nossa escolha’, como se dizia na época. O destino, então, poderia ser conhecido porque era racional e predeterminado, e porque se possuía a chave para compreendê-lo. Uma vez conhecido o destino com razoável certeza, restava a responsabilidade pessoal de escolher segui-lo ou abandoná-lo (Stephanson, 1995, p. 8-9, tradução livre)<sup>23</sup>.

O livro do Apocalipse fornece a narrativa da batalha mortal e da vitória final das forças do bem sobre as forças do mal, que foi amplamente utilizada por líderes estadunidenses em diferentes períodos (Stephanson, 1995). Neste livro, está descrita a batalha do Armagedom, em que Satanás e seus demônios serão derrotados e presos por mil anos. Este período ficou conhecido na tradição cristã como “o milênio”, durante o qual os cristãos verdadeiros governarão a Terra ao lado de Cristo, em paz e harmonia. Findado o milênio, Satanás será libertado e derrotado definitivamente, quando então ocorrerá o Juízo Final e todos os seres humanos serão julgados e destinados ao paraíso ou ao inferno. Assim, para os Puritanos, a narrativa do milênio significava que o período de lutas e dificuldade enfrentadas na Inglaterra e no Novo

---

<sup>23</sup> “To be free was precisely to understand this destiny and conform to the direction of divine will, to ‘make our destiny our choice’, as it was said at the time. Destiny, then, could be known because it was rational and predetermined, and because one was in possession of the key to understanding it. Once destiny was known with reasonable certainty, there remained the personal responsibility of choosing to follow it or to turn away” (Stephanson, 1995, p. 8-9).

Mundo seria preparatória para as transformações necessárias ao período de paz que viria na sequência (Stephanson, 1995).

A ideia de transformação do território por meio da missão e da comunidade está expressa na crença de que a nova ordem é uma experiência demiúrgica, uma tentativa de arrancar a ordem do caos, um processo que exige esforço e sacrifício humano. E para que a missão seja bem-sucedida é fundamental que a comunidade se organize em torno de princípios sagrados e éticos, opondo-se à tentação do que é selvagem e levando luz às trevas por meio da civilização e da fé. (Henry, 1979; Fonseca, 2007). Havia uma grande ênfase na pureza da comunidade e em determinar quem eram os “de dentro” e quem eram os “de fora”. A demarcação entre o santo e o profano, combinada com as normas de conduta rigorosas, determinavam quem fazia parte da comunidade e quem estava excluído da graça divina. Neste sentido, os povos indígenas norte-americanos tinham apenas a opção de obedecer ao Deus cristão ou serem exterminados (Stephanson, 1995). Desta feita,

Concessões temporárias eram possíveis, mas conceitualmente não havia limites éticos para o que poderia ser feito com eles caso não se submetessem. Para o puritano, o exterior era profano, e o profano era aquilo que tinha que ser superado, conquistado e destruído, território a ser tomado. Toda vitória seria então um sinal tranquilizador de que a Providência tinha de fato escolhido a Nova Inglaterra para bençãos especiais. Quando a varíola devastou a população indígena circunvizinha na década de 1630, John Winthrop pôde assim classificá-la como um favor divino: “Deus consumiu os nativos com uma praga milagrosa”, foi o veredito contundente. (Stephanson, 1995, p. 11) (Stephanson, 1995, p. 11)<sup>24</sup>

No mesmo sentido, Domenico Losurdo (2020) destaca a pungente divergência entre o discurso de “povo escolhido para trazer a liberdade e ser exemplo às demais nações” com o tratamento sangrento conferido pelos puritanos aos indígenas do território norteamericano. Tendo sido abandonada a orientação da Coroa inglesa de conversão dos nativos, seguiu-se o massacre dos povos originários, “identificados como ‘canaanitas e amalecitas’, povos que foram fadados ao extermínio nas páginas do Antigo Testamento” (Losurdo, 2020, p. 35). O genocídio dos povos indígenas se intensificou após a Revolução Americana e a expansão para o oeste,

---

<sup>24</sup> *“Temporary accomodation was possible, but conceptually there were no ethical limits to what might be done to them if they failed to comply. For the Puritan, the outside was profane, and the profane was that which had to be overcome, conquered, and destroyed, territory to be won. Any victory would then be a reassuring sign that Providence had in fact singled out New England for special dispensations. When smallpox devastated the surrounding Indian population in the 1630s, John Winthrop could thus class it as a divine favor: “God hath consumed the natives with a miraculous plague” went the crisp verdict”.* (Stephanson, 1995, p. 11)

quando o Congresso determinou “a completa destruição desse povo enquanto nação [...], incluindo mulheres e crianças” (Ryerson, 1970 apud Losurdo, 2020, p. 35).

Em suma, dois elementos contribuíram para a formação de uma consciência nacional ainda durante o período colonial: i) o milenarismo: interpretação messiânica e providencialista da vontade divina, de que o Reino de Deus precisaria se concretizar no mundo real, em um tempo e espaço específicos; e ii) as ideias iluministas, que serviram não apenas para justificar a luta contra a opressão da metrópole, mas para legitimar um governo cujo poder emanava do povo e não de Deus. Este caldo aparentemente contraditório de visões teológicas e seculares seria o combustível ideológico para o movimento de independência dos EUA em 1776 (Henry, 1979).

### 2.1.2 Período pós-independência (1776-1914)

O princípio liberal de que o consenso dos governados confere legitimidade ao poder político estimula os movimentos de independência nacional, dentre os quais o primeiro foi a Revolução Americana (Losurdo, 2020). O argumento filosófico, inspirado em John Locke, está centrado no direito natural dos indivíduos a constituírem uma sociedade civil livre de tirania, com ênfase no capitalismo e no liberalismo individual (Stephanson, 1995). A base econômico-social na qual se desenvolve a filosofia liberal, portanto, é a do surgimento e consolidação do modo de produção capitalista. A maneira como o Estado e o indivíduo são concebidos pelos pensadores modernos se relaciona intimamente com a busca pelo lucro e a defesa da propriedade individual privada (Mascaro, 2022, p. 122).

Embora a teoria liberal defenda com tanta veemência a liberdade e virtude, a escravidão foi uma peça crucial nos primeiros momentos da formação do capitalismo mundial e o arranque da acumulação. Isto porque a liberdade, igualdade e fraternidade defendida pelos pensadores liberais não se estende a todas as pessoas, mas apenas aos povos considerados cristãos e civilizados. John S. Mill sustenta que “a liberdade vale só para seres humanos na plenitude das suas faculdades, e ela não pode ser reivindicada [...] pelas sociedades atrasadas, nas quais a própria raça pode ser considerada de menoridade” (Mill, apud Losurdo, 2020, p. 263). Neste contexto, o

racismo<sup>25</sup> que fundamenta e legitima o colonialismo e a escravidão também não foi um acidente de percurso, dentro da lógica positivista de evolução da humanidade em direção à paz perpétua, mas se trata de um elemento estrutural que dá suporte ao projeto colonialista e à expansão do modo de produção capitalista.

De fato, a proibição de expansão para o oeste oriunda da Coroa Inglesa soa absurda e sacrílega aos colonos protestantes, como uma negação ao mandamento e à benção da Providência de ‘crescei e multiplicai-vos’.” Igualmente, a desumanização e posterior extermínio dos povos indígenas, constituía, na perspectiva dos colonos protestantes, um direito divino arbitrariamente cerceado pela Inglaterra, que insistia em “um infeliz esforço voltado a conservar como toca de bestas ferozes aquela terra que Deus tem declaradamente concedido aos filhos do homem” (Losurdo, 2020, p. 34). Neste sentido,

A Revolução fez sentido profético. O Novo Mundo poderia ser destacado de forma mais nítida do Velho, reconfirmando que a América era de fato o cumprimento da sagrada promessa, talvez o início do fim, outra vitória no caminho para a conclusão do milênio. A “tirania” inglesa, mais diretamente, poderia ser denunciada nos termos familiares de corrupção e pecado; e assim, por sua vez, a narrativa política poderia ser moldada cada vez mais adequadamente ao formato do Êxodo. Embora esta interpretação religiosa tenha sido enxertada nos acontecimentos revolucionários e não os informasse inicialmente, a ideologia milenarista foi amplamente disseminada através do clero. (Stephanson, 1995, p. 14, tradução livre)<sup>26</sup>.

A independência, portanto, se centrava politicamente na denúncia de uma ordem supostamente tirânica e fundamentava-se no direito natural dos indivíduos a formar uma sociedade civil. Espiritualmente, apoiava-se no direito divino de conquistar o Novo Mundo, forjando uma civilização justa e exemplar. A Declaração de Independência dos EUA traz em seu preâmbulo uma vocação universalista, voltada para “toda a humanidade”, em nome de direitos inalienáveis e a favor de governos democráticos e da rebelião popular contra autoritarismos (Henry, 1979).

---

<sup>25</sup> “*Whether race and racism have been a part of the human condition throughout history is a matter of debate. But there is little question that the emergence of racism as a scientific, profitable, offensive, geopolitical and normative basis for organizing world order came only with the rise of European global dominance, which began in the sixteenth century and morphed into the era of American primacy after the Second World War. Empire and slavery are neither new nor unique to Europe, but the symbiotic and mutually reinforcing link between empire, slavery and racism is a distinct product and feature of the European- and/or US-led world order*”. (Acharya, 2022)

<sup>26</sup> “*The Revolution made prophetic sense. The New World could be demarcated in sharper ways from the Old, reconfirming that America was indeed the fulfilment of the sacred promise, the beginning, perhaps, of the end, another victory on the way to the millennial conclusion. English “tyranny”, more directly, could be denounced in the familiar terms of corruption and sin; and so in turn the political narrative could be cast ever more firmly in the form of Exodus. Although this religious interpretation was grafted onto the revolutionary events did not initially inform them, millenarian ideology was widely disseminated through the clergy*”. (Stephanson, 1995, p. 14).

A Revolução Americana ocasionou um rompante de nacionalismo entre os colonos, unindo sentimentos religiosos a ideais republicanos. Assim, os “pais fundadores” da nação estadunidense, considerados como os patriarcas bíblicos, recheavam seus discursos políticos com as ideias religiosas de nação escolhida, missão redentora e separação do Velho Mundo, ao passo em que secularizaram ao máximo a doutrina religiosa, incluindo conceitos de ciência, comércio, império e paz perpétua, sob a benevolência dos Estados Unidos. (Stephanson, 1995; Medina y Ortega, 1972).

Figura 3. O Progresso Americano<sup>27</sup>



Deflagra-se já neste período a tensão que permeará a política externa estadunidense nos séculos seguintes: o conflito ideológico e material entre o

<sup>27</sup> John Gast, American Progress, 1872. Esta pintura mostra o Destino Manifesto, a crença na expansão dos Estados Unidos para o oeste, do Atlântico ao Oceano Pacífico. Foi amplamente distribuída como uma gravura chamada "Espírito da Fronteira". Os colonos estão se movendo para o oeste, guiados e protegidos pela deusa Columbia, auxiliados por tecnologia moderna, como ferrovias, e levando os nativos americanos e os bisões à obscuridade. Columbia representa a América, vestida com uma toga romana para representar o republicanismo clássico, e traz o Ocidente iluminado e o Oriente escurecido. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:American\\_Progress\\_\(John\\_Gast\\_painting\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:American_Progress_(John_Gast_painting).jpg)

excepcionalismo, o isolacionismo e o intervencionismo. Os Estados Unidos se consideram uma nação exemplar, fruto de uma experiência histórica única, que deveria servir de inspiração às demais, seja por viés religioso ou laico. A partir dessa prerrogativa, duas posições em relação ao mundo exterior se vislumbram: a primeira seria manter uma separação em relação às demais nações corruptas e imorais, entregues à própria sorte para melhor emularem o exemplo estadunidense o melhor que puderem. A outra posição seria impor às nações seu modelo para regenerá-las, intervindo para transformá-las à sua imagem e semelhança, ou pelo menos de acordo com seus interesses (Stephanson, 1995). Sobre o tema, ensina Perry Anderson:

Desde o início, a excepcionalidade e o universalismo formaram um composto potencialmente instável. A convicção no primeiro elemento permitiu a crença de que os Estados Unidos poderiam preservar suas virtudes únicas apenas se permanecessem como uma sociedade à parte do mundo degradado. O compromisso com o segundo elemento autorizou um ativismo messiânico por parte dos Estados Unidos para resgatar esse mundo. A opinião pública poderia abruptamente alternar mais de uma vez entre esses dois polos – “separação” e “intervenção regenerativa” (Anderson, 2015, p. 15).

Assim, as leituras religiosas produzidas no período colonial ganharam novos contornos após a independência, no plano teórico com a assimilação das ideias liberais e no plano territorial com a incorporação de territórios a oeste, para além das treze colônias. Com isso, a noção de fronteira móvel, sendo empurrada sempre na direção do Oceano Pacífico, ganhou um caráter único: era o lugar onde a civilização confrontaria a barbárie, onde a democracia estadunidense seria gestada e as liberdades individuais seriam preservadas. Para Maureen Henry (1979), mais importante do que o desejo material dos EUA por recursos naturais no oeste, o Destino Manifesto tinha uma origem mítica e ideológica, dado que “a expansão na direção do Pacífico parece ter sido vital para o senso de identidade estadunidense”.

De fato, a identidade estadunidense que no início se relacionou com a ideia de êxodo, de distanciamento de um mundo corrompido e conquista da terra prometida, com os virtuosos pioneiros comissionados a expandir as fronteiras da terra da liberdade. Assim que as fronteiras da nação se estabeleceram, começou então o processo de expansão para além de suas fronteiras. Ou seja, findo o expansionismo para o oeste seguiu-se o expansionismo para o sul do continente. Stephanson (1995),

descrevendo obras literárias importantes do final do século XIX<sup>28</sup>, que tinham como mote a temática do imperialismo civilizacional, demonstra que uma característica marcante do protestantismo dos EUA neste período foi a “missão em casa e missão fora de casa”, que absorvem os debates públicos acerca da identidade e do destino da nação estadunidense. Para ele,

A atividade missionária, um traço definidor da vida da igreja americana, atingiu um pico organizacional no final do século: em casa, devido à necessidade de manter a sua posição no meio das novas realidades urbanas de estrangeiros, Catolicismo, corrupção e depravação; no exterior por causa do desejo urgente de espalhar as bênçãos da Palavra em áreas não-cristãs e incivilizadas. Na verdade, os missionários cristãos foram a única característica consistentemente “expansionista” das relações externas americanas após a Guerra Civil: havia fronteiras a ultrapassar e espaços a conquistar [...].

Dentro da civilização anglófona, também estava claro que Deus havia comissionado os Estados Unidos, o império ocidental, como futuro líder. Ele já havia alcançado a liderança em riqueza material e população, bem como o mais alto grau de anglo-saxonismo e do verdadeiro cristianismo. Como não restavam mais continentes ocidentais, parecia que Deus estava “treinando a raça anglo-saxônica” para o clímax histórico. A “raça poderosa” iria “descer sobre o México, sobre a América Central e do Sul, sobre as ilhas do mar, sobre a África e além. Com nada menos do que o destino do mundo em risco, era imperativo que os cristãos americanos escolhessem a justiça e não pervertessem o propósito que receberam, caindo no ateísmo materialista e em outras tentações. Assim, a América realizaria o seu propósito ungido como “o braço direito de Deus na sua batalha contra a ignorância, a opressão e o pecado do mundo”.<sup>29</sup> (Stephanson, 2015, p. 79-80)

---

<sup>28</sup> Uma das obras citadas é “*The Influence of Sea Power upon History*”, escrita em 1890 por Alfred Mahan, professor de direito de Theodore Roosevelt, cujos argumentos principais ele sintetiza nestes termos: “Seen as a whole, then, Mahan’s argument had two main aspects: first, a geopolitical theme of strategic preparedness and naval armament in an expanded theatre of purely U.S. interests, directed against other Western powers (though, by virtue of affinity and necessity, in close cooperation with Britain); and second, a civilizational discourse of conquest and uplifting. Cutting across both, however, was a deep *anxiety* about materialistic degeneration and loss of virtue, a profound sense of foreboding about the advent of mass society. To that extent, there was also doubt about inevitable progress. Discontent with civilization and cultural pessimism was of course not uncommon among the Western intelligentsia of the late nineteenth century. In the United States it touched specially some members of the older, eastern elite, who worried about being swamped by pullulating masses of lowly immigrants and feared that their own “race” and class were becoming dangerously comfortable, even losing the capacity to reproduce. (1995, p. 86)

<sup>29</sup> “*Missionary activity, a defining trait of American church life, reached an organizational peak toward the end of the century: at home because the need to maintain one’s position amid the new urban realities of aliens, Romanism, corruption, and filth; abroad because of the urgent desire to spread the blessings of the Word to non-Christian, uncivilized areas. Indeed, Christian missionaries were the one consistently “expansionist” feature of American foreign relations after the Civil War: there were boundaries to be crossed and spaces to be conquered [...] Within Anglophone civilization, it was clear too that God had commissioned the United States, the westward empire, as the future leader. It had already achieved the lead in material wealth and population, as well as the highest degree of Anglo-Saxonism and true Christianity. Since there were no more Western continents remaining, it seemed that God had been “training the Anglo-Saxon race” for the historical climax. The “powerful race” would “move down upon Mexico, down upon Central and South America, out upon the islands of the sea, over upon Africa and beyond.[...] Nothing less than the destiny of the world being at stake, it was imperative for American Christians to choose righteousness and not pervert one’s given purpose by falling into materialistic*

A partir da Guerra contra a Espanha a expansão estadunidense se estende à América Latina, difundindo-se a narrativa de que os EUA tinham a missão de civilizar e proteger todo o continente, como área de influência exclusiva (Leite, 2023, p 19). A Mensagem Presidencial enviada por James Monroe ao Congresso dos Estados Unidos em 1823 consagrou o que ficou conhecido como “Doutrina Monroe”, que se tornou uma pedra angular da política externa norte-americana. Nela, defendeu-se o isolacionismo estadunidense e a não intervenção europeia em assuntos do continente americano. Posteriormente, passou a ser interpretada como justificativa para intervenções políticas, econômicas e militares na América Latina e a construção da hegemonia estadunidense no continente. Assim,

A Doutrina Monroe afirmava, categoricamente, a existência de dois mundos, confirmando a tradicional política isolacionista norte-americana, mas introduziu um novo elemento ao ampliar o dever de proteção dos EUA a todo hemisfério americano. Qualquer tentativa por parte das potências europeias de estender seu sistema ao hemisfério americano seria reputada perigosa para a paz e a segurança da América, tornando legítimo, portanto, o uso da força por parte dos EUA. Com o passar dos anos, a Doutrina Monroe foi se modificando diante de novos desafios, tornando-se mais ampla em sua aplicação do que seus autores inicialmente contemplavam (Nasser, 2010, p. 38).

A expansão não seria mais das fronteiras, mas sim da própria civilização estadunidense. Assim, tem-se que a Doutrina Monroe foi uma criação dos representantes do movimento imperialista, da diplomacia do dólar, a partir de uma justificativa bíblica e um dever religioso de tutelar e regenerar as nações hereges, atraindo-as ao santuário da democracia estadunidense (Ortega Y Medina, 1972, p. 124). Esta ideia se intensifica a partir do governo de Theodore Roosevelt, que relacionou a Doutrina Monroe ao fortalecimento da Marinha estadunidense, para garantia da defesa nacional e da prosperidade do país (Leite, 2010, p. 283).

Roosevelt concebia o mundo como um palco de disputa entre as raças inferiores e superiores e defendia que seria um dever dos povos civilizados (cristãos, ocidentais e anglófonos) dominar e conter os povos bárbaros, para o bem-estar da humanidade. A ordem e o progresso da humanidade só poderiam ser alcançados com a submissão das raças selvagens às potências civilizadas. Essa ideia de uma “polícia internacional” ficou conhecida como política do “Big Stick”. As intervenções e até

---

*atheism and other temptations. So America would realize its anointed purpose as ‘God’s right arm in his battle with the world’s ignorance and oppression and sin.* (Stephanson, 2015, p. 79-80)

punições nos países da América Latina que ocorreram desde então são justificadas pela necessidade de garantir a independência e segurança destas nações contra a inabilidade de seus próprios governos (Leite, 2010, p. 289-291). Neste sentido,

A história parecia a Roosevelt como um movimento linear da barbárie à civilização, mas através de um estágio intermediário ou transitório de despotismo. Reconhecemos esta visão como sendo essencialmente a de Spencer, mas Roosevelt utilizou-a espacialmente para dividir o mundo real de 1900 em dois: uma esfera de civilização (civilização cristã e ocidental, sendo a versão anglófona a de vanguarda) contra uma esfera de barbárie e despotismo, civilização que obviamente se expandia gradualmente. O Império como dominação civilizada mostrou a necessidade histórica de estabelecer a ordem por meio da força na esfera indisciplinada e, assim, permitir que “espaços desperdiçados” fossem usados no interesse da humanidade. A história americana, de certa forma, foi a história desse processo, exatamente. Uma certa dose de crueldade e brutalidade invariavelmente aderiu à trajetória, e seria inútil, portanto, moralizar sobre esse passado. O resultado foi, em qualquer caso, para o bem. (Stephanson, 1995, p. 106)<sup>30</sup>.

Com efeito, Roosevelt defendeu o direito estadunidense de exercer um papel tutelar e de supervisão sobre os latinos, com a justificativa de fazer avançar a civilização no Novo Mundo, extirpando a degradação das sociedades inferiores pela intervenção, quando se julgasse necessário. “Seu corolário<sup>31</sup> da Doutrina Monroe afirmava o direito de forçar os latinos intemperantes a “obedecer às leis primárias da sociedade civilizada”. Ele estava determinado a tornar a região ‘estável, ordeira e próspera’”. (Hunt, 2009, p. 131).

### 2.1.3 Período das Guerras Mundiais (1914-1948)

<sup>30</sup> “*History appeared to Roosevelt as a linear movement from barbarism to civilization but through an intermediate or transitional stage of despotism. We recognize this view as essentially Spencer’s, but Roosevelt used it spatially to divide the real world of 1900 in two: a sphere of civilization (Christian, Western civilization, the Anglophone version being the cutting edge) against a sphere of barbarism and despotism, civilization of course gradually expanding. Empire as civilized domination showed the historical necessity of establishing order by means of force in the unruly sphere and thus allowing “waste spaces” to be used in the interest of humanity. American history, in a way, was the story of just such a process. A certain amount of cruelty and brutality necessarily adhered to the endeavour, and it was useless, therefore, to moralize about that past. The result was in any case for the best. (Stephanson, 1995, p. 106).*”

<sup>31</sup> O Corolário Roosevelt, de 1904, estabelece que “*All this country desires is to see the neighbouring countries stable, orderly and prosperous. Any country whose people conduct themselves well can count upon our heady friendship. If a nation shows that it knows how to act with reasonable efficiency and decency in social and political matters, if it keeps order and pays its obligations, it need fear no interference from the United States. Chronic wrongdoing, or an impotence which results in general loosening of the ties of civilized society, may in America, as elsewhere, ultimately require intervention by some civilized nation, and in the Western Hemisphere the adherence of the United States to the Monroe Doctrine may force the U.S., however reluctantly, in flagrant cases of such wrongdoing or impotence, to the exercise of an international police power.*”

A retórica religiosa da missão estadunidense de liderar o mundo em direção à justiça e a paz continua muito presente no discurso de seus presidentes ao longo do século XX. Woodrow Wilson, filho de um prestigioso pastor presbiteriano sulista, compartilhava da ideologia do “establishment” norte-americano, de que os novos tempos demandavam uma atuação internacional mais assertiva. Diferentemente de Roosevelt, no entanto, que focava na superioridade da raça anglo-saxônica e da civilização ocidental sobre as demais, Wilson considerava que a expansão imperial cumpriria um serviço moral de ajudar os fracos e oprimidos ao mesmo tempo em que refinaria o espírito americano (Hunt, 2009). Perry Anderson (2015) ensina que

Como nenhum outro presidente antes ou depois dele, Wilson deu voz, em tom messiânico, a cada acorde de presunção no repertório imperial. A religião, o capitalismo, a democracia, a paz e o poder dos Estados Unidos eram um só. ‘Ergam seus olhos para o horizonte dos negócios’, disse ele a vendedores norte-americanos, e, com a inspiração do pensamento de que vocês são norte-americanos e estão destinados a levar a liberdade, a justiça e os princípios da humanidade aonde quer que vão, saiam e vendam bens que tornarão o mundo mais confortável e feliz, e convertam essas pessoas aos princípios da América. [...] Somos escolhidos, e escolhidos de forma proeminente, para mostrar às nações do mundo como elas deverão andar nos caminhos da liberdade" (p.17)

Para cumprir o destino e a responsabilidade dos EUA de resgatar o mundo devastado e transformá-lo, tanto Roosevelt quanto Wilson cultivaram as relações com os países da América Latina no sentido de fortalecer o domínio regional, não apenas pelo comércio, mas também pela intervenção militar. Mas diferentemente do tom de superioridade no discurso de Roosevelt, Wilson manteve uma retórica mais diplomática e paternalista, de manter uma boa vizinhança e “ensinar” os latinos a governar sabiamente. Ainda assim, na prática, suas intervenções foram mais agressivas, tendo “despachado tropas em cerca de dezessete ocasiões para exorcizar os demônios indígenas da instabilidade e da ignorância” (Hunt, 2009, p. 131).

O Cristianismo era para ele mais do que a pedra angular da civilização que parecia ser para Roosevelt; era um fato existencial sempre presente, permeando sua linguagem e dominando sua perspectiva. Afinal, ele era filho de um importante ministro presbiteriano. As passagens messiânicas de Wilson sobre a Liga das Nações parecem uma retrospectiva a uma era anterior de sangue e redenção, a linguagem da transcendência. Ele não estava apenas sendo profético. Ele estava sendo apocalíptico à maneira do século XVII [...] A tentativa de Wilson continua sendo a tentativa mais intrinsecamente americana, a tentativa mais pura e mais puritana, de reformular as relações internacionais no século XX; e esta também pode ser

a razão pela qual ela ainda está tão presente entre nós (Stephanson, 1995, p. 114-115) (Stephanson, 1995, p. 114-115, tradução livre)<sup>32</sup>

Em sua tradição de isolacionismo, a opinião pública estadunidense era, em sua maioria, contrária à participação dos EUA na Primeira Guerra Mundial. Wilson, no entanto, defendia que os EUA teriam a oportunidade de intervir na guerra para exercer o papel de árbitro das nações europeias, para então reconfigurar e finalmente liderar uma nova ordem internacional (Hunt, 2009). Essa atuação teria razões morais e atenderia ao chamado missional de “mostrar às nações do mundo como elas deverão andar nos caminhos da liberdade” (Anderson, 2005, p. 17) e os EUA teria “o privilégio infinito de cumprir seu destino e salvar o mundo” (idem, p. 18). A vitória na guerra seria, portanto, o prelúdio de uma reforma global, em que o sangue do sacrifício faria emergir a paz de uma sociedade internacional redimida (Hunt, 2009).

Apesar da amplidão dos “danos colaterais” provocados por ela, a marcha da ideologia da guerra imperial-religiosa conhece uma nova etapa triunfal com a Primeira Guerra Mundial. Logo depois da intervenção estadunidense, em uma carta ao coronel House, Wilson assim se exprime a propósito dos seus “aliados”: “Quando a guerra tiver acabado, poderemos submetê-los ao nosso modo de pensar pelo dato de eles estarem, entre outras coisas, financeiramente em nossas mãos”. O elemento de *Realpolitik* na política externa de Wilson é evidente. Isso não o impede de travar a guerra como uma cruzada, inclusive no sentido literal do termo, destinada a fazer triunfar no mundo a causa da paz, da democracia e dos valores cristãos [...]. E, de novo, interesses materiais e geopolíticos, ambições hegemônicas e imperiais e boa consciência missionária e democrática fundem-se em uma unidade indissolúvel e irresistível (Losurdo, 2010, p. 110).

A decisão de entrar na Guerra, para além da agressão alemã que afundou navios comerciais estadunidenses, foi impulsionada pela Revolução de Fevereiro da Rússia, em que o poder imperial czarista foi derrubado por forças populares (Stephanson, 1995). Havia o temor de que despontava uma nova ordem mundial, à revelia dos EUA. Os catorze pontos de Wilson significaram uma tentativa de contrapor a denúncia de Lenin contra o imperialismo e os tratados secretos, bem como criar uma “frente democrática” em prol da segurança coletiva e da paz perpétua (Stephanson, 1995; Anderson, 2005).

---

<sup>32</sup> “Christianity was for him more than the cornerstone of civilization it appeared to be for Roosevelt; it was an always-present existential fact, pervading his language and dominating his outlook. After all, he was the son of a formidable Presbyterian minister. Wilson’s messianic passages about the League of Nations read like a throwback to an earlier era of blood and redemption, the language of transcendence. He was not merely being prophetic. He was being apocalyptic in a seventeenth-century manner [...] Wilson’s remains the most quintessentially American attempt, the purest and most puritanical attempt, to recast international relations in the twentieth century; and this may also be the reason it is still very much with us” (Stephanson, 1995, p. 114-115)

Contudo, a participação dos EUA na Primeira Guerra Mundial não trouxe benefícios materiais concretos à nação estadunidense, levando o globalismo milenar de Wilson a um fim abrupto. Assim, logo após a guerra, os EUA mergulharam em uma postura isolacionista, que se intensificou com a crise de 29. Esta posição de isolamento foi abandonada na 2ª GM, pois havia o temor de que caso Hitler fosse derrotado, a guerra iria fortalecer o bloco britânico na Europa, ou pior, o bloco socialista. Assim, a entrada dos EUA na guerra teve dois objetivos: garantir que o mundo fosse transformado em um lugar seguro para o capitalismo em geral; e, dentro do mundo do capitalismo, garantir que os Estados Unidos reinassem supremos. (Anderson, 2005, p. 24-25).

Para Perry Anderson (2005), três questões preocupavam Washington em relação ao final da Segunda Guerra Mundial: 1) o avanço dos movimentos de resistência ao capitalismo na Europa; 2) o avanço da influência da URSS na Europa e 3) garantir um acordo pós-guerra satisfatório aos interesses dos EUA na Europa, ou seja, que não houvesse barreiras às exportações norte-americanas aos países devastados pela guerra. Estes três elementos se relacionavam, em última análise, com a preocupação sobre um potencial enfraquecimento do capitalismo no mundo. O comunismo era muito mais perigoso do que o fascismo, porque o fascismo defendia a propriedade privada dos meios de produção, mas o comunismo queria extingui-la. Assim, URSS deveria ser tratada como aliada durante a guerra, mas deveria ser contida assim que a guerra acabasse.

Neste sentido, Franklin D. Roosevelt e seus sucessores, assim como Woodrow Wilson, apelavam ao discurso apocalíptico e missional do destino da nação escolhida para ser líder do “mundo livre” contra o “Império do Mal”. Com o fim da guerra, o inimigo não era mais a corrupção moral dos povos bárbaros, mas sim o comunismo. Nas palavras de Stephanson (1995, p. 124, tradução livre), “uma força satânica, dedicada a destruir cada princípio americano solidamente comprovado, estava atuando pelo mundo, inclusive assustadoramente dentro de casa”.

A épica batalha bíblica do bem contra o mal começou contra os poderes satânicos do Papado, migrou contra a tirania da Coroa Inglesa, depois contra o nazismo, então contra o comunismo e nas últimas décadas se voltou contra o terrorismo. E provavelmente continuará a ser travada em qualquer lugar, a qualquer tempo, contra quem forem os novos inimigos dos interesses estadunidenses. Neste sentido, Domenico Losurdo nos recorda que

Como se vê, na história dos Estados Unidos, a religião é chamada a desempenhar em nível internacional uma função política de primeiro plano. Estamos na presença de uma tradição política que se exprime com uma linguagem explicitamente teológica. Mais que as declarações dadas pelos chefes de Estado europeus, as “doutrinas” de tempo em tempo enunciadas pelos presidentes estadunidenses fazem pensar nas encíclicas publicadas e nos dogmas proclamados pelos pontífices da Igreja católica. Os discursos inaugurais dos presidentes são verdadeiras cerimônias sagradas<sup>33</sup>. [...] Até a aniquilação atômica de Hiroxima torna-se ocasião para elevar um hino ao Onipotente, que fortaleceu clara e justamente sua confiança no povo eleito, garantindo-lhe o privilégio da terrível nova arma de destruição em massa. O presidente Truman assim argumenta: “Agradecemos a Deus por tê-la colocado à nossa disposição, e não dos nossos inimigos, e pedimos que ele nos guie para usá-la segundo as suas disposições e o seus desígnios.” Como se vê, a legitimação e a assistência divina são garantidas também para as novas Hiroximas que poderiam verificar-se no futuro.” (2010, p. 111-112).

Esta sessão demonstrou que a religião protestante está na raiz da construção da identidade estadunidense, de seu comportamento internacional e na natureza da hegemonia que se consolidou ao longo dos séculos. “O destino manifesto” e a crença na excepcionalidade dos EUA e de seu chamado para tutelar e liderar as demais nações rumo à liberdade e à justiça fazem parte do inconsciente nacional, legitimando e justificando a intervenção contra quem quer que seja o novo inimigo. A sessão seguinte discorre acerca da teoria marxista da religião e do papel do fenômeno religioso na manutenção do modo de produção capitalista e da ordem global, não apenas como instrumento das classes dominantes a serviço da dominação, mas também como produto das condições materiais e culturais das formações sociais.

## 2.2 Teoria Marxista da Religião

A palavra “religião” tem origem latina, comumente relacionada ao verbo “re-ligare”, que teria a conotação de ligar alguém a algo, ou um compromisso a que

---

<sup>33</sup> O autor dá dois exemplos de apenas dois discursos presidenciais, apesar de que a lista poderia ser muito maior. “Em 1953, depois de convidar seus ouvintes a inclinar sua cabeça diante do ‘Deus Todo-Poderoso’, dirigindo-se diretamente a ele, Eisenhower exprime esse desejo: ‘Que em tudo possa redundar para o bem do nosso amado país e para a tua glória, amém.’. Nesse caso, salta aos olhos com particular evidência a identidade que existe entre Deus e a América do Norte. Meio século depois, o quadro não mudou. Sabemos de que modo Clinton iniciou seu discurso inaugural. Vejamos como o conclui. Após citar a sagrada ‘Escritura’, o novo presidente termina: ‘Do alto desta celebração ouvimos um chamado ao serviço no vale. Escutamos as trombetas. Fizemos a mudança de guarda. E agora, cada um ao seu modo e com a ajuda de Deus, devemos responder ao chamado. Obrigado e que Deus abençoe a todos nós’. De novo, os Estados Unidos são celebrados como a ‘cidade na colina’, a cidade bendita de Deus. No discurso proferido logo depois de sua reeleição, Clinton sente a necessidade de agradecer a Deus por tê-lo feito nascer estadunidense”. (Losurdo, 2010, p.112)

alguém esteja ligado. Ela está presente principalmente nos idiomas cuja história se vincula historicamente ao cristianismo, sendo que centenas de outras línguas não possuem um termo único para definir o fenômeno religioso. O termo “religião” possui, portanto, uma localidade histórica, geográfica e cultural e “é esta situação particular que lhe dá o significado... um significado rico, sem dúvida, mas por isso mesmo complexo, variável, multivocal e obscuro” (Maduro, 1980, p. 28).

A religião é um tema recorrente na filosofia ocidental, sendo a crítica da religião uma herança da etapa iluminista da filosofia moderna<sup>34</sup>. Diferentemente dos demais filósofos que se propuseram a criticar a religião, Karl Marx e Friedrich Engels desenvolveram uma ciência materialista da história, propondo uma análise sistêmica e radical da sociedade, fornecendo um relato holístico de todos os aspectos da vida social e suas causas profundas, a fim de identificar como eles podem ser transformados (Rockhill, 2021). Isto se estende ao fenômeno religioso, que representa um aspecto relevante para compreender e transformar a realidade social, pelo que não pode ser tratado pelas análises que se pretendem críticas simplesmente como algo a ser combatido ou negligenciado.

A crítica à religião não se origina em Marx, nem configurou uma inovação no pensamento ocidental, já que desde o período pré-socrático havia exemplos de pensadores críticos à religião (heréticos medievais, materialistas, iluministas, enciclopedistas, dentre outros). O método da crítica marxista é que se mostra inovador, porque não parte de uma perspectiva metafísica nem idealista, mas sim historicamente social (Lowy, 2007). A religião é um fenômeno que se situa dentro dos conflitos sociais, não acima deles, nem no vácuo. "Qualquer religião que possamos imaginar é uma realidade situada dentro de um contexto humano específico: um espaço geográfico, um momento histórico e um meio ambiente social concreto e determinado." (Silva, 2010, p. 109).

Assim, a religião que une determinada sociedade está relacionada ao modo de produção ou uma vida coletiva, não à superioridade dessa sociedade, nem nos sentimentos dos indivíduos. Existe uma limitação de pensamento, de comunicação e

---

<sup>34</sup> Alysson Mascaro ensina que a filosofia moderna se divide em três grandes períodos históricos, o Renascimento, o Absolutismo e o Iluminismo. Assim, “*deve-se ainda lembrar, mesmo no período histórico da Idade Moderna convive, também, o espectro da filosofia do direito medieval, de cunho teológico, desdobrado nas lutas da Reforma e da Contrarreforma. Quanto à teologia medieval, o Absolutismo, de alguma maneira, é seu sucessor, e o Iluminismo seu antípoda. Tais filosofias se põem em embate, a primeira em decadência e a segunda em ascendência.*” (Mascaro, 2021, p. 115).

de prática da religião, a variar em cada formação social, ou seja, nenhuma religião trabalha sobre uma matéria social informe, mas sempre numa sociedade já estruturada, construída historicamente pela ação humana (Silva, 2010). A seguir o tema da religião e seu papel na difusão da ideologia do capital será analisado a partir do pensamento de alguns autores marxistas, para compreensão mais aprofundada do papel na construção e manutenção (ou mesmo derrubada) do modo de produção capitalista, que fundamenta o imperialismo estadunidense.

### 2.2.1 Marx e Engels – Religião como Produto do Modo de Produção

Marx contribui com o debate alemão da religião em ‘Crítica da Filosofia do Direito de Hegel’, de 1843-1844, obra de transição do “jovem Marx” ao seu período de maturidade política e intelectual, em que ele contrapõe o idealismo de Hegel com o materialismo de Feuerbach. A ‘introdução’ inicia com a constatação de que “a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica”, porque “desengana o homem a fim de que ele pense, aja, configure a sua realidade como um homem desenganado, que chegou à razão”. Assim, a crítica à religião é o início de toda crítica, porque desloca o foco de um “sol ilusório”, que gira em torno do homem, de um “mundo invertido” que aparenta o real, e coloca o foco na própria existência humana, no “mundo do homem” (Marx, 2010, p. 145).

É nesta obra também em que se encontra a frase talvez mais célebre quando se discute marxismo e religião, que é “a religião é o ópio do povo<sup>35</sup>”. Esta ideia não é originária de Marx, mas circulava correntemente entre os círculos filosóficos da época e denota a ambiguidade entre as funções da religião de prover alívio para o sofrimento humano e ao mesmo tempo levar à alienação da essência humana (Lowy, 2007, p.). Nessa época o ópio era um medicamento utilizado para alívio de dores insuportáveis e não tinha a conotação negativa que adquiriu posteriormente. Ainda assim, a expressão conota também a função apassivadora e paralisante que a religião exerce quando promete uma vida melhor em outra dimensão, em troca da obediência,

---

<sup>35</sup> O parágrafo completo é: “A miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real e, de outro, o protesto contra ela. A religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo.” (Marx, 2010, p. 176)

neutralizando no oprimido a dor, a raiva e a indignação que seriam combustíveis para a transformação social.

A partir da ideologia alemã o método materialista histórico é desenvolvido e a religião passa a ser tratada como uma das manifestações da ideologia, ou seja, “da produção espiritual de um povo, da produção de ideias, representações e consciência, necessariamente condicionadas pela produção material e as correspondentes relações sociais” (Lowy, 2007). Marx defende ainda que o abandono da ilusão religiosa só seria possível com a superação da condição que faz com que essa ilusão seja necessária e desenvolve a ideia de que a religião seria dissipada quando base econômica e social alienante que dá suporte à religião fosse superada. Assim, a religião seria um fenômeno secundário, que seria invariavelmente superado juntamente com o modo de produção capitalista (Boer, 2019, p. 143).

Roland Boer ensina que, para Marx, a primeira etapa da revolução seria a crítica da religião, que termina com o aprendizado de que o homem é o ser mais alto para o homem, sendo, portanto, um imperativo categórico superar todas as relações em que o homem é degradado, escravizado, abandonado e desprezado (Marx, 1844, apud Boer, 2019, p. 97). A Reforma Protestante poderia ser considerada como a primeira fase de uma revolução, por ter possibilitado a libertação dos camponeses da escravidão feudal, além de uma transformação subjetiva em termos de convicção e devoção. Neste sentido, Marx antecipa o que será dito por Weber, sobre a relação intrínseca entre o protestantismo a vitória da classe burguesa. Mas a Reforma não foi uma revolução completa, porque deu causa ao surgimento de outro tipo de escravidão (Boer, 2019, p. 98).

No primeiro volume de “o Capital” Marx trata pouco do tema da religião, a não ser em uma nota de rodapé acerca do papel decisivo da religião na sociedade feudal e em poucas passagens que fazem alusão à relação entre o protestantismo e a acumulação primitiva. Em sua obra prima, Marx também relaciona a religião ao fetichismo da mercadoria. Por fim, nos Grundrisse também existe a sugestão de uma relação entre o capitalismo e a difusão da moral protestante, ainda antes de Weber (Lowy, 2007).

Engels, ao contrário, se dedicou por mais tempo à compreensão do fenômeno religioso do que Marx, talvez em razão de sua criação profundamente religiosa. Ele relaciona a religião à luta de classes, analisando manifestações

históricas religiosas, como o comunismo cristão<sup>36</sup>, a teologia feudal, a reforma protestante, o protestantismo burguês e os plebeus hereges. Em “A guerra camponesa da Alemanha”, ele defende que a igreja católica, tanto no nível dos fieis quanto no nível do clero, não é homogênea, portanto foi campo de disputa tanto de movimentos conservadores quanto revolucionários. Assim, ele percebe que a religião pode ter um papel de legitimar a ordem existente mas também o papel tipicamente revolucionário de questionar e transformar esta mesma ordem (Lowy, 2007).

### 2.2.2 Gramsci e Althusser – Religião como Ideologia

Antonio Gramsci também dedica boa parte de suas reflexões e de sua produção escrita à temática da religião. Ele enxerga a ideologia e a religião não apenas como fenômenos meramente derivados do modo de produção – como a maioria das análises economicistas – mas como fenômenos capazes de *produzir* efeitos na realidade, ou seja, que tem um papel ativo na manutenção ou na subversão da ordem social (Lowy, 2007). Em “Cadernos do Cárcere”, ele define a religião como crença, dependência e relação: crença em uma ou mais divindades pessoais transcendentais, dependência em relação a estas divindades e relação com elas, expressa em ritos e atos de culto (La Rocca, 2017).

Para Gramsci a religião, principalmente o cristianismo, é a mais gigantesca utopia que a história criou, que tenta resolver as contradições da vida material de forma mitológica. Ele entende que o cristianismo seria o germen da revolução, pois afirma, pela primeira vez, que somos todos iguais, irmãos e livres. Ao perceberem que na realidade não somos iguais, irmãos e livres, é que os homens realizaram todas as revoluções (Lowy, 2007). Gramsci também se interessa pelo sucesso milenar do cristianismo, que ele atribui ao fato de que esta religião elaborou uma “reforma intelectual e moral” e uma concepção do mundo que corresponde aos interesses das camadas populares, o que lhe garante consenso e hegemonia social (La Rocca, 2017, p. 321). No texto “O Partido Comunista”, de 1920, Gramsci afirma que

---

<sup>36</sup> Engels estuda o cristianismo primitivo e faz uma relação entre os comunistas revolucionários e o socialismo científico. Ele também estuda a relação entre o puritanismo inglês e a revolução gloriosa e os princípios de emancipação defendidos por Thomas Munzer e os anabatistas. “*Graças a sua análise do fenômeno religioso do ponto de vista da luta de classes, trouxe à luz o potencial de protesto da religião e abriu caminho para uma nova aproximação – distinta tanto da filosofia da Ilustração quanto do neo-hegelianismo – da relação entre religião e sociedade*”. (Lowy, 2007).

O cristianismo representa uma revolução na plenitude de seu desenvolvimento, uma revolução que chegou às suas consequências extremas, até a criação de um novo e original sistema de relações morais, jurídicas, filosóficas, artísticas” (apud La Rocca, 2015, p. 321)

O tema da teologia e da reforma espiritual impulsionada pelo cristianismo também interessou a Louis Althusser no início de sua jornada intelectual (1946-1951). De fato, sua vivência religiosa foi uma das condições para o desenvolvimento de sua filosofia, e essa variável altera como lemos e como usamos Althusser em análises filosóficas e políticas. Conhecer seus escritos católicos confere aos leitores deste teórico uma perspectiva mais rica de sua obra. Em “As a Matter of Fact”, de 1949, Althusser afirma que a Igreja é uma instituição híbrida (acomodada ao capitalismo, mas carregando vestígios do feudalismo), em franca decadência. Por ter se adaptado à ideologia burguesa, assumiu uma posição política conservadora e reacionária, e por isso aliou-se a regimes fascistas e rejeitou movimentos socialistas e de libertação nacional. Para pregar as boas novas novamente, a igreja precisaria ser transformada, ou seja, absorvida pelo processo revolucionário, e se engajar numa aliança com a classe trabalhadora (Hamza, 2016; Boer, 2019).

O problema da religião seria o fato dela estar destacada da realidade, alienada, em razão do modo de produção capitalista, que é onde deve haver uma revolução. Assim a emancipação da igreja passa pela transformação do capitalismo através do movimento dos trabalhadores. Ele faz ainda uma analogia entre a revolução socialista e a revolução espiritual, num esforço de incluir a dimensão religiosa nas abordagens marxistas da revolução. Assim, enquanto Marx entende que a religião será superada com a extinção das classes sociais, Althusser, em seus escritos iniciais, advoga que a própria religião poderia ser transformada ao atravessar o processo revolucionário, emancipada juntamente com a classe trabalhadora. Para tanto, deveria ser destruída em várias dimensões – em seus conceitos de fé e de teologia, seu sistema moral, sua teoria da família, da educação, da paróquia, dentre outras (Hamza, 2016; Boer, 2019).

Percebe-se, portanto, que já nos primórdios de sua jornada intelectual, Althusser localiza a religião no campo da ideologia. Para ele, a revolução precisa operar na dimensão subjetiva, para que toda a existência humana - que agora está alienada - possa ser reconstruída na "verdade". Esta verdade não poderia ser apropriada por contemplação filosófica (idealismo), mas pela prática (materialismo).

Logo, para além da transformação revolucionária da igreja, Althusser defende a necessidade de uma revolução na vida espiritual (Boer, 2019).

Para Althusser, o próprio das ideologias é impor-se ‘violentamente, brutalmente, às consciências livres dos homens, interpelando os indivíduos de tal modo que estes se encontrem obrigados de fato a reconhecer livremente que essas ideias são verdadeiras’. [...] Assim, a ideologia está longe de ser mera “espiritualidade”, a sua materialidade é absoluta, pois que os indivíduos já são sempre já sujeitos, isso é, sempre já sujeitados a uma ideologia. (Sampedro, 2023, p. 100).

Posteriormente, Althusser dedica boa parte de sua obra para compreender o funcionamento da ideologia no processo de subjetivação do indivíduo e sua conformação não apenas às normas jurídicas, mas à própria dinâmica de funcionamento do capitalismo. Assim, ele localiza as instituições religiosas dentre os Aparelhos Ideológicos de Estado, entendendo que a teoria da ideologia não é apenas o estudo de ideias, mas de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas. Estas relações pressupõem uma divisão de trabalho, em que cada indivíduo reconheça seu lugar na produção como natural. O mecanismo por meio do qual esta normalização ocorre é a sujeição, em que o indivíduo se configura como sujeito e se sujeita às normas da estrutura social e a um Sujeito absoluto e abstrato (Deus, Humanidade, Nação, etc.). Este mecanismo é operacionalizado pelo conjunto de instituições concretas (Albuquerque, 2022).

### 2.2.3 Bloch e Mariátegui – Religião como fator de transformação

Assim, como Althusser, outros teóricos buscaram aliar psicanálise ao marxismo para compreender questões superestruturais e a função da utopia para o sucesso da revolução. Dentre eles, destaca-se Ernest Bloch, conhecido como o “teólogo da revolução”, que afirma que a religião é “uma das formas mais significativas de consciência utópica, uma das expressões mais ricas do princípio da esperança<sup>37</sup>” (Lowy, 2007). No mesmo sentido, afirma Alysso Mascaro (2018, p. 96) que “todo o

---

<sup>37</sup> “On the road which first leads to the treasures where moth and rust doth corrupt, and only then to those which stay awhile. This road is and remains that of socialism, it is the practice of concrete utopia. Everything that is non-illusory, real-possible about the hope-images leads to Marx, works – as always, in different ways, rationed according to the situation – as part of socialist changing of the world. The architecture of hope thus really becomes one on to man, who had previously only seen it as dream and as high, all too high pre appearance, and one on to the new earth. Becoming happy was always what was sought after in the dreams of a better life, and only Marxism can initiate it. This provides fresh access to creative Marxism, even pedagogically and in terms of content, and from new premises, of a subjective and objective kind.”(Bloch, 1996, p. 54).

arco dos ramos da filosofia – filosofia da estética, política, do direito, da religião – está orientado, para Bloch, de acordo com o problema da utopia, e tem por ambiente de diálogo o marxismo”.

Ernst Bloch é o primeiro autor marxista que trocou radicalmente a estrutura teórica –sem abandonar a perspectiva marxista e revolucionária. De forma similar a Engels, distinguiu duas correntes sociais opostas: por um lado, a religião teocrática das Igrejas oficiais, ópio dos povos, um aparelho mistificador a serviço dos capitalistas; pelo outro, a secreta, subversiva e herética religião dos albigenses, husitas, de Joaquim de Flores, Thomas Münzer, Franz von Baader, Wilhelm Weitling e Leon Tolstoi. Entretanto, distintamente de Engels, Bloch negou-se a ver a religião unicamente como um “manto” de interesses de classe: criticou expressamente esta concepção. [...] . Através de sua capacidade de antecipação criativa, a escatologia judaico-cristã – universo religioso favorito de Bloch– contribui a dar forma ao espaço imaginário do ainda não–existente (Bloch, 1959; 1968 apud Lowy, 2007, p. 310)

José Carlos Mariátegui também relaciona a crença religiosa e a crença revolucionária, postulando que o homem é um animal metafísico, que precisa de um significado, um mito, uma fé, uma esperança, de eternidade, o que nem a razão nem a ciência suprem. A crença superior e a esperança sobre-humana é o que move o homem a grandes realizações na história. “É preciso propor-lhe uma fé, um mito e uma ação”, assevera. “A força dos revolucionários não está baseada em sua ciência, mas sim em sua crença, sua paixão, seu desejo. É uma força religiosa, mística, espiritual”. E ainda: “a emoção revolucionária é uma emoção religiosa. As motivações religiosas se mudaram do céu para a terra. Não são mais divinas, mas sim humanas e sociais” (Mariategui, 1925).

Portanto, podemos perceber que muitos pensadores marxistas se propuseram a discutir o fenômeno e o sentimento religioso para além de sua função tipicamente instrumental de manutenção da ordem posta, mas compreender sua força revolucionária. A análise mais aprofundada de movimentos sociais que tiveram a religião como força propulsora levou diversos intelectuais e militantes a questionarem se de fato a religião teria apenas a função de alívio para a dor da opressão e se sua abolição seria realmente imprescindível à felicidade do povo. Ou se, ao contrário, a religião poderia contribuir com a construção de um mundo “com coração”, conferindo significado à resistência popular e esperança de transformações estruturais e definitivas, ainda neste mundo – e não apenas no próximo (Ugalde, 1980).

### 2.3 Otto Maduro – Religião como estratégia hegemônica de estabilidade social

Para Otto Maduro (1980), a religião é produto dos conflitos sociais, mas também terreno relativamente autônomo de conflitos sociais. Ou seja, é uma realidade parcialmente produzida pelas relações sociais, a partir da luta de classes, e sofre influência dos conflitos sociais. Mas ao mesmo tempo desenvolve uma dinâmica conflitiva própria, exercendo influência sobre a estruturação e o desenvolvimento das disputas entre e intra classes. Assim, para este autor, a sociedade atua sobre a religião, a religião atua sobre si mesma e também atua sobre a sociedade. Maduro se dedica a compreender, portanto, o condicionamento religioso das lutas sociais, qual o impacto, os efeitos e a incidência dos fatores religiosos sobre os conflitos sociais, especialmente no que se refere à realidade latino-americana.

A “visão de mundo” de determinado grupo, a partir de uma experiência coletiva complexa, é o que orienta e limita as ações humanas de produção, reprodução e transformação das relações sociais. É interesse, portanto, da sociedade, que seus membros atuem de acordo com uma mesma cosmovisão, para que se orientem em relativa harmonia. A religião proporciona esta unidade de cosmovisão e, conseqüentemente, de comportamento em comunidade, que se transforma, ao longo do tempo, em uma construção subjetiva da experiência objetiva de determinado grupo social.

Em assim fazendo, a religião estabelece as linhas de demarcação, as inclusões e exclusões, as associações e oposições que possibilitarão a organização comunicável da experiência passada de uma coletividade. Assim, cada religião – como trabalho de transformação do socialmente vivido em socialmente pensado – definirá, para certos grupos sociais, o pensável e o impensável, o desejável e o indesejável, o útil e o prejudicial, o importante e o secundário, o urgente e o postergável, o proibido, o permitido e o obrigatório, o evidente e o discutível, o absoluto e o relativo (Maduro, 1980, p. 154).

Assim, a religião organiza de maneira compreensível e comunicável a experiência coletiva de um grupo social, constituindo, portanto elemento fundamental da consciência e da identidade desse grupo. “Os crentes *conhecem* o mundo, percebem-se e o pensam *através* de sua visão religiosa do mundo e, por isso mesmo, atuam sobre o mundo” (Maduro, 1980, p. 155). Para a teoria funcionalista, a religião cumpre sempre um papel de secularização psicológica, coesão social, sacralização da estrutura social, manutenção e equilíbrio harmonioso interno de cada sociedade. Maduro, defende ao contrário, que as funções sociais de determinada religião podem

variar conforme a história, a estrutura e a conjuntura de determinado grupo social. A mesma religião pode inclusive desempenhar funções contraditórias e conflitivas em um mesmo grupo social. Na história da América Latina, a religião cristã funcionou majoritariamente como obstáculo para a autonomia das classes trabalhadoras e instrumento da hegemonia das classes burguesas<sup>38</sup> (1980, p. 160).

Isto porque as classes burguesas possuem condições materiais para posicionar a religião a serviço da consolidação e expansão de seu domínio. Para tanto, sua estratégia se orienta para realizar alianças com os setores que organizam a sociedade e para desarticular os movimentos sociais que ameaçam sua posição. O campo religioso será cooptado para produção de uma narrativa que legitime, sacralize e apresente como vontade divina a dominação em curso e essa forma de organização social. Do mesmo campo religioso, virá a produção de práticas e discursos que desqualifiquem, deslegitimem, dessacralizem e apresentem como indesejável pelas forças sobrenaturais os movimentos ameaçadores da posição dominante da classe burguesa (Maduro, 1980, p. 162).

Os esforços para garantir a atuação religiosa a favor da ordem existente ocorrem em diferentes níveis. No nível econômico, são outorgados privilégios para incorporar o clero à direção da sociedade e criar obrigações contratuais implícitas em relação à classe dominante. No nível jurídico-político, são criados dispositivos legais que favorecem as linhas religiosas mais favoráveis à estratégia hegemônica capitalista e que dificultem o crescimento dos movimentos religiosos contrários a seus interesses. No nível educacional-cultural, procura-se fortalecer processos e instituições culturais cujas ideias estejam em consonância com a manutenção e reprodução do status quo, muitas vezes delegando membros do clero à direção de instituições educacionais e culturais, para que haja uma “correia de transmissão (e sacralização) da mesma mentalidade” (Maduro, 1980, p. 163). Por fim, no nível das estratégias repressivas, podem ser hostilizadas e até proibidas manifestações religiosas contra hegemônicas ou simplesmente insubmissas.

---

<sup>38</sup> Em outros períodos e grupos sociais, a religião cristã também desempenhou o papel de inflamar a luta e o clamor social por transformações estruturais, fortalecer laços de solidariedade entre os oprimidos e se opor à injustiça, incentivar a esperança de um mundo melhor. Os exemplos históricos são amplos, complexos e cheios de contradições, mas podemos perceber a função motivadora da religião desde a igreja primitiva e sua resistência à opressão do Império Romano, passando pelos movimentos sociais de calvinistas e anabatistas contra a opressão feudal, pela atuação de militantes pentecostais contra o racismo e o apartheid nos EUA e chegando aos movimentos da teologia da libertação na América Latina.

Se todas essas estratégias setoriais de auto-reprodução ampliada das classes dominantes conseguirem – em uma sociedade determinada – prolongar-se ao longo de muitas gerações, sem fracassos nem interrupções significativas, então, ali, o mais provável é que o clero desenvolva uma tal compenetração, tal identificação, tal sentimento de dívida e respeito pelas classes dominantes que – imperceptível e inconscientemente – a sua produção religiosa se há de fazer sempre mais convergente com a estratégia geral das classes dominantes, isto é, há de se estruturar de maneira cada vez mais favorável à hegemonia das classes dominantes e mais desfavorável às lutas contra a dominação. (Maduro, 1980, p. 164)

A religião, portanto, é uma construção em um processo dialético – e não estático, que pode ser direcionada a conservar ou a transformar a ordem, a partir de estruturas internas ou evoluções cismáticas, com elementos autoritários ou igualitários. Ela é um sistema cultural e simbólico que oferecem explicações de mundo tendentes à estabilidade, mas também podem veicular forças de desarticulação. Pode ficar a favor da paz ou da violência, impulsionar a concórdia ou a revolta (Ferreira, 2020, p. 281). A religião é, ao mesmo tempo, *produto* dos conflitos sociais e *terreno* de conflitos sociais relativamente autônomos, ou seja, os conflitos sociais influenciam profundamente a religião, mas a religião também atua sobre eles, “fortalecendo o poder da classe dominante ou então como força deslegitimadora que estimula a construção de uma nova sociedade” (Ugalde, 1980, p. 20).

## 2.4 Conclusões do Capítulo

A ideologia do capital é a água em que o peixe nada e respira, mas não nota. É a língua materna de todos os membros do modo de produção capitalista, pela qual se constituem sujeitos e se relacionam com as mercadorias e uns com os outros. É mais do que uma visão de mundo e uma verdade aprendida, é uma estrutura inconsciente que antecede nossas ações, comportamentos, pensamentos e sentimentos e se reforça historicamente pela repetição. A religião é um dos aparatos que contribui para a interiorização da ideologia, como ocorreu com o catolicismo durante o feudalismo e agora ocorre com o protestantismo no capitalismo. No entanto, a religião não é um fenômeno simples e unívoco, que funciona apenas como instrumento nas mãos da classe dominante, ela também pode ser objeto de disputa na luta de classes para produzir transformações sociais.

Para além da formatação do indivíduo em sujeito adaptado ao capitalismo, no caso dos Estados Unidos, a religião protestante foi combustível tanto para a

formação das colônias, quanto para forjar a unidade necessária à luta pela independência da colônia inglesa. Ainda, o protestantismo validou o comportamento expansionista para o Oeste, com o genocídio dos povos indígenas que se seguiu. Por fim, legitimou a narrativa segundo a qual esta nação seria a liderança nata para os demais países do Ocidente e justificou o imperialismo em relação aos países do Sul Global, em especial à América Latina.

Assim, este capítulo procurou demonstrar que vieram de suas raízes religiosas os conceitos estadunidenses de separação, excepcionalidade e exemplo, e que estas ideias profundamente arraigadas tiveram um impacto decisivo na construção da identidade nacional dos EUA e da sua atuação com as demais nações e povos, pautando seu comportamento não apenas em relação às nações europeias, mas ainda como tutor e punidor dos povos considerados profanos e idólatras, como latinos, negros e indígenas. Apesar da secularização da doutrina puritana pelos colonos revolucionários, a fim de conformá-la à racionalidade moderna a partir do movimento de independência, a força do conteúdo religioso da missão e do destino manifesto da nação estadunidense ainda permanecem atuantes no inconsciente coletivo e em sua política interna e externa. Neste sentido,

No início do século XIX, os americanos recorreram aos elementos conflituosos do tremendo diálogo tri centesimal e construiriam com eles uma doutrina justificadora do seu poder, da sua superioridade e do seu imperialismo predestinado. A herança histórico-religiosa inglesa passa quase inteiramente para as colônias americanas e condiciona a formulação da tese missionária, política, econômica e espiritual. Com a independência, os colonos secularizarão ao máximo a doutrina, o que acabará sendo o que conhecemos como destino manifesto ou evidente (*manifest*); isto é, um destino pré-ordenado que correspondia à antiga teologia puritana, tão discriminatória, que estabelecia a nítida divisão entre homens (também raças e nações) escolhidos e homens reprovados. Nem é preciso dizer que a nós, católicos e hispano-americanos, caberíamos estar no segundo lote: razão mais que suficiente para penetrarmos no segredo íntimo da doutrina, supondo que ela, quando formulada e aplicada pelos americanos, produziu em nós feridas ainda não totalmente cicatrizadas. (Ortega Y Medina, 1972, p. 9-10, tradução livre)<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> *“Los norteamericanos recogerán al iniciarse el siglo XIX los elementos conflictivos del tremebundo diálogo tricentesimal y construirán con ellos una doctrina justificativa de su poder, de su superioridad y de su predestinado imperialismo. La herencia histórico-religiosa inglesa pasa casi íntegra a las colonias americanas y condiciona la formulación de la tesis misional, política, económica y espiritual. con la independencia los colonos secularizarán al máximo la doctrina, que acabará siendo la que conocemos como destino patente o evidente (manifest); es decir, un destino preordinado como correspondía a la vieja teología puritana, tan discriminatoria, que estableció la tajante división entre hombres (también razas y naciones) elegidos y hombres réprobos. Ni qué decir tiene que a nosotros, em tanto que católicos e hispano-americanos, nos tocaría estar em el lote segundo: razón más que suficiente para que penetremos em el secreto íntimo de la doctrina, supuesto que ella, al ser formulada y aplicada por los norteamericanos, nos produjo heridas todavía no del todo cicatrizadas”.* (Ortega Y Medina, 1972, p. 9-10)

Em outras palavras, procurou-se abordar conceitos fundamentais da construção da política externa estadunidense, associando a dinâmica da estratégia e da diplomacia com a expansão do domínio dos EUA pelo globo, bem como o vocabulário ideológico característico que possibilita e justifica a ideia messiânica de alcançar e manter o domínio mundial. Foram investigadas as relações entre religião e a política externa, como as ideias de “Destino Manifesto”, Doutrina Monroe e o Corolário Roosevelt. Religião, democracia e comércio são temas intrinsecamente relacionados na retórica da vocação da nação, bem como a ideia de ativismo messiânico para resgatar um mundo degradado. Assim teologia estadunidense e a ideologia do capital se entrelaçam, tanto na formação do Estado americano quanto em sua política externa.

Por fim, discorreu-se acerca da teoria marxista da religião, a partir do pensamento de alguns teóricos marxistas e críticos que analisam o fenômeno religioso não apenas enquanto um instrumento a serviço dos interesses da classe dominante, mas em seu potencial de contribuir com a luta dos oprimidos contra a exploração. A religião é, portanto, um terreno árido de disputa da luta de classes. Deste modo, apesar de desempenhar, em muitos momentos, papel favorável ao fortalecimento e organização dos oprimidos contra a dominação, a religião pode ser intencionalmente instrumentalizada pelas classes capitalistas imperiais para hegemonizar ideologicamente a classe trabalhadora.

De fato, durante a Guerra Fria, a religião protestante foi eficientemente cooptada para garantir os interesses burgueses, ao disseminar e introjetar ideias e comportamentos favoráveis à dominação do capital e aos interesses do imperialismo estadunidense na América Latina, como se verá a seguir.

## CAPÍTULO 3 - A RELIGIÃO PROTESTANTE COMO ARMA DE GUERRA PSICOLÓGICA ESTADUNIDENSE

Como foi visto nos capítulos anteriores, imperialismo é um sistema complexo de dominação, é o “framework” a partir do qual deve ser analisada a luta de classes que trespassa as fronteiras dos Estados. A ideologia capitalista, que é construída a partir dos Aparelhos Privados do Estado, é responsável por construir no nível do inconsciente e formatar no nível social o indivíduo que aceita a exploração voluntariamente. A religião é uma das fontes de atuação da ideologia, na medida em que ela projeta valores, sentimentos, afetos, pensamentos e desejos. Como também foi visto, o imperialismo e a própria identidade estadunidense estão fortemente arraigados na religião protestante, pelo que a análise da construção da hegemonia dos Estados Unidos e sua atuação na América Latina podem ser mais precisamente compreendidos a partir da relação entre estas estruturas.

O objetivo deste capítulo é demonstrar que os Estados Unidos, como potência hegemônica em ascensão a partir da 2ª Guerra Mundial, dedicaram esforços propositais no sentido de expandir e difundir não apenas seu capital, mas com ele sua visão de mundo, que tem por premissa basilar sua excepcionalidade e superioridade, bem como sua missão messiânica de exemplo de liberdade e democracia. A religião protestante foi utilizada como uma das armas da guerra psicológica, cumprindo o papel de impulsionar e legitimar a atuação imperialista dos EUA na América Latina, a fim de moldar a opinião e o comportamento da população doméstica e latino-americana a favor dos interesses da classe capitalista e obstacularizar a possibilidade de organização da classe trabalhadora em torno de projetos emancipatórios.

A primeira sessão vai analisar a política externa estadunidense, construída em torno do anticomunismo, vinculando o socialismo ao ateísmo e à autocracia, de um lado, e de outro o capitalismo às ideias de liberdade religiosa e democracia. A segunda sessão investiga os fóruns, associações e conselhos criados para planejar a atuação imperial ideológica e religiosa e colocar em prática as ações deliberadas. Por fim, investiga-se a concretude destas ações, a partir do exemplo do capitalista Nelson Rockefeller, de uma organização religiosa paradigmática (o Instituto Linguístico de Verão) e da expansão das missões interdenominacionais e instituições protestantes, em especial as pentecostais, que foram implantadas no Brasil durante a Guerra Fria.

### 3.1 Política Externa e Projeto Hegemônico Estadunidense, Guerra Psicológica e Anticomunismo

Antes da 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos oscilavam entre um nacionalismo isolacionista ou um nacionalismo intervencionista (Anderson, 2005; p 30). Com o fim do confronto, os interesses das classes dominantes convergiram para uma síntese durável, que é o projeto de reorganizar o mundo de acordo com os interesses estadunidenses, que caracteriza o imperialismo em sua fase pós-fordista (Anderson, 2005; p 31). A Guerra Fria inaugura esse período em que os Estados Unidos reconfiguram sua atuação internacional, não apenas para se opor à União Soviética, enquanto inimiga do “livre mercado”, mas também para expandir sua influência econômica, política e ideológica e se consagrar como liderança à frente do chamado “mundo livre”.

A União Soviética e o socialismo passaram a ser as grandes ameaças que justificavam a intervenção militar, os golpes, as operações encobertas da CIA, as prisões arbitrárias e em geral a atuação despótica dos EUA dentro e fora de suas fronteiras. Mas qual seria a real ameaça que o socialismo e a União Soviética apresentavam à população estadunidense, que justificaria tamanho gasto militar e medidas tão drásticas? Para William Ibdon (2008), embora as divergências econômicas e políticas fossem importantes, o receio de que o comunismo extinguiria a religião e a moral e impor a ateísmo a todas as pessoas do mundo foi o motivo que levou a população a apoiar a luta do governo estadunidense para “conter” o comunismo. Mas nada indica que a União Soviética ou mesmo o socialismo alguma vez tiveram este objetivo. O motivo real que impulsionou os EUA a combater a ideologia socialista foi garantir os interesses político-econômicos da classe dominante e impedir que a classe trabalhadora se fortalecesse e se insurgisse contra a opressão.

Sobre a substituição do inimigo nazista da 2ª Guerra Mundial pelo inimigo do socialismo durante a Guerra Fria, Perry Anderson (2015, p. 27) sustenta que a União Soviética configurava a maior ameaça ao projeto hegemônico estadunidense, porque expressava não apenas uma alternativa ao capitalismo e à propriedade privada dos meios de produção, mas sua negação e superação em todo o planeta. A URSS, no entanto, tinha uma política externa mais defensiva, tentando se reconstruir

após as grandes perdas da 2ª Guerra Mundial<sup>40</sup> e construir o socialismo num só país, firme na premissa de que o capitalismo estava fadado ao fracasso, por suas próprias contradições e pela disputa interimperialista. Já os Estados Unidos, embora utilizassem amplamente o slogan de “contenção” dos soviéticos, na prática tinham uma atuação agressiva, e não defensiva: seu objetivo não era apenas conter o inimigo, mas destruí-lo (idem, p. 35).

A “doutrina de contenção” foi formulada por George F. Kennan, que defendia uma abordagem mais contundente contra os perigos do comunismo. Sobre o tema, ensina Saunders (2018, p. 52)

Em seu famoso artigo “X”, na revista *Foreign Affairs*, ele expos a tese que dominou os primeiros anos da Guerra Fria. Afirmando que o Kremlin estava decidido a dominar “todas as brechas e frestas disponíveis (...) na bacia do poder mundial”, com sua “ideologia fantástica” ele propôs uma política de “força de oposição inabalável” e de “contenção” firme e vigilante. Como parte dessa política, defendeu o “desenvolvimento máximo das técnicas de propaganda e guerra política”, as quais, como diretor da Equipe de Planejamento Político (cujas incumbências eram supervisionar a contenção político-ideológica da Europa), ele estava em perfeitas condições de implementar. “O mundo era nossa ostra”, escreveu Kennan sobre esse cargo, tempos depois. Num discurso na Escola Nacional de Guerra, em dezembro de 1947, foi Kennan quem introduziu o conceito de “mentira necessária”, como um componente vital da diplomacia norte-americana do pós guerra (2008, p. 53-54).

Assim, a destruição total do inimigo soviético não deveria ocorrer no campo bélico, mas principalmente na arena ideológica. Isto porque a organização da classe trabalhadora em torno de objetivos nacionalistas e emancipatórios configurava um grande obstáculo ao expansionismo imperialista e à hegemonia dos EUA. Portanto, a contenção da ideologia marxista-leninista estava no foco da atuação das elites transnacionais estadunidenses, que almejavam expandir seus lucros por todo o continente, em especial através da extração de recursos naturais estratégicos, como petróleo e minérios<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> “A Alemanha e a Itália foram derrotadas nos campos de batalha da Europa durante a Segunda Grande Guerra, na qual morreram 420 mil soldados dos Estados Unidos, enquanto a União Soviética perdeu entre 18 milhões e 24 milhões de pessoas (civis e militares), o equivalente a 13,6% - 14,2% de sua população, calculada em cerca de 168,5 milhões, àquela primeira metade dos anos 1940.” (BANDEIRA, 2021, p. 52)

<sup>41</sup> Sobre a relevância da América Latina e o Caribe para a expansão do capital estadunidense, Atilio Boron revela que “Somos a região do mundo melhor dotada de recursos naturais: com 7% da população mundial, dispomos de algo entre 42 e 45% da água doce da Terra. Somos, além disso, o pulmão do planeta, donos da metade da biodiversidade mundial, sede de enormes depósitos de petróleo, gás e minerais estratégicos e de terras extraordinariamente bem dotadas para a produção de todo tipo de alimentos de origem vegetal ou animal. Essa incrível provisão atiza o apetite do império estadunidense

Gradualmente, no entanto, a peça central da ideologia imperial norte-americana passou de “contenção” para “segurança”, que teria um efeito e alcance mais abrangente. “Essa palavra se tornou o slogan-chave que liga a atmosfera interna e as operações externas em uma única frente e garante a passagem do New Deal para a Doutrina Truman”. Neste contexto, foi promulgada a “Lei de Segurança Nacional” com o objetivo de enfrentar o perigo da subversão e do comunismo (Anderson, p. 39).

No mesmo mês, a Lei de Segurança Nacional criou o Departamento de Defesa (não mais da Guerra), o Estado-Maior Unificado, o Conselho de Segurança Nacional e - a pièce de résistance - a Agência Central de Inteligência (CIA na sigla em inglês). Em torno desse complexo institucional se desenvolveu a ideologia permanente de segurança nacional que preside o império norte-americano até os dias de hoje. Se a profundidade do seu domínio no imaginário nacional foi um produto da Guerra Fria, os temores nos quais a ideologia se baseava tiveram uma longa pré-história em cenários alarmistas de vulnerabilidade por parte dos EUA a ataques externos em uma aplicação dos perigos estrangeiros, de Lodge a Roosevelt, passando por Wilson. Mascando estratégias de ataque como exigências de defesa, nenhum tema foi mais bem calculado para preencher a potencial lacuna existente entre os sentimentos populares e os intentos da elite. O estudo de maior autoridade da entrada do governo Truman na Guerra Fria oferece uma crítica da concepção “expandida” da segurança nacional que acabou por dominar Washington. A ideologia da segurança nacional, ao estilo norte-americano, no entanto, era inerentemente expansionista. (Anderson, 2005, p. 40)

Em relação à América Latina, Kennan, enquanto conselheiro do Departamento de Estado dos EUA, em uma carta<sup>42</sup> redigida em março 1950 e endereçada ao presidente Truman, manifestou uma grande preocupação com o aparente descaso da administração com o avanço do comunismo no continente. Embora não houvesse indícios de uma revolução socialista iminente, os comunistas haviam conquistado posições importantes na região. Ele recomendou a elaboração de estudos e de um plano sobre o movimento comunista na América Latina, bem como medidas coercitivas para pressionar os governos contra “atividades antiamericanas”, que deveriam ser aplicadas cuidadosamente para não causar o efeito oposto, ou seja, inflamar o discurso de que os EUA seriam imperialistas e intervencionistas (Silva,

---

de subordinar, a qualquer custo, um país como a Venezuela, cujas reservas comprovadas de petróleo são as maiores do mundo, hoje superiores à Arábia Saudita. Um continente que conta com 80% das reservas mundiais de lítio [...], reservas que se encontram inacreditavelmente concentradas na Bolívia. [...] Teriam de ser muito ignorantes os administradores imperiais (e não o são) para ser indiferentes diante de uma realidade tão exuberante como a que a nossa região oferece. Por isso, desde o início de sua vida independente, os Estados Unidos consideraram essa parte do mundo como seu “quintal”, sua zona de segurança. E por isso também tanto Fidel quanto Che não se cansaram de dizer que a América Latina e o Caribe eram a “retaguarda estratégica do império”. (2020, p. 128-129)

<sup>42</sup> Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950-55Intel/d4>

2020, p. 37). As ações também intencionavam desarticular qualquer movimentação social que organizasse a classe trabalhadora em prol de pautas nacionalistas e emancipatórios (Silva, 2020, p. 24-26).

Temendo perder a possibilidade de controlar e expropriar a riqueza dos países latino-americanos, as elites corporativas estadunidenses preocupavam-se profundamente com as ideias revolucionárias e nacionalistas que se difundiam entre a classe trabalhadora e consideravam esta questão como tema de segurança nacional. Assim, a política externa estadunidense durante a Guerra Fria refletiu essa preocupação, e a atuação preventiva contrarrevolucionária na América Latina foi cuidadosamente planejada e organizada, no nível político, econômico e ideológico nos EUA com o apoio das elites e governos nacionais latino-americanos. O anticomunismo foi o elemento que uniu setores políticos e econômicos com interesses diversos em torno de um mesmo projeto hegemônico de base capitalista. A organização que ficou responsável pela guerra psicológica e por combater o comunismo foi a CIA (Agência Central de Inteligência).

### 3.1.1 Departamento de Estado e Guerra Psicológica

Na tese intitulada “Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais (1936-1964)”, Vicente Gil da Silva (2020) analisa o papel da CIA e outros organismos criados pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos como braço oculto tanto do governo quanto das elites corporativas para consecução dos objetivos imperialistas ideológicos no continente americano durante a 2ª Guerra Mundial e a Guerra Fria. Ele demonstra que embora a atuação desses organismos de inteligência e guerra psicológica seja difícil de perscrutar, em razão da confidencialidade de seus documentos, esta atuação encoberta oferece uma fonte crucial para compreender como os planos genéricos de construção e manutenção da hegemonia estadunidense se materializaram – de maneira encoberta e sombria – na América Latina, a partir dos artifícios da Guerra Psicológica.

O autor demonstra que os estrategistas estadunidense utilizavam as expressões “guerra psicológica”, “guerra de propaganda” e “guerra política” para designar uma parte acessória das operações militares da guerra comum. A partir da Guerra Fria, contudo, estas expressões passaram a designar todo tipo de ação não

militar que tivesse o objetivo de moldar a opinião de um grupo estrangeiro tanto amigável quanto hostil, em favor da política externa estadunidense (2020, p. 42-42). No mesmo sentido, Saunders (2008, p. 16-17) define a guerra psicológica como sendo “o uso planejado, por parte de uma nação, da propaganda e de outras atividades diferentes do combate, que transmitam ideias e informações destinadas a influenciar as opiniões, atitudes, emoções e comportamentos de grupos estrangeiros de forma a apoiar a consecução dos objetivos nacionais”.

O termo “propaganda”, ainda para Saunders (2008, p. 16-17), refere-se a “qualquer esforço ou movimento organizado para disseminar informações ou uma doutrina particular, por meio de notícias, argumentos especiais ou apelos destinados a influenciar o pensamento e as ações de qualquer grupo considerado” e que o tipo mais eficaz de propaganda seria aquela em que “o sujeito se move na direção que você deseja por razões que acredita serem dele”. Ela afirma ainda ser inegável a utilização destas estratégias na política externa estadunidense, tendo em vista que inúmeros documentos governamentais e os dados da diplomacia cultural do pós-guerra valem-se amplamente estes conceitos (idem).

A estratégia da Guerra Psicológica estadunidense para combater o comunismo começou a ser desenvolvida já na 2ª Guerra Mundial, pelo Escritório de Assuntos Secretos (OSS – Office of Strategic Services), criado em 1941, que havia recrutado seus agentes do coração do establishment empresarial, político, acadêmico e cultural dos EUA, que provinha das mais poderosas instituições e famílias estadunidenses. Com efeito, as elites financeiras, corporativas, acadêmicas e culturais norte-americanas estavam todas representadas nas fileiras do OSS (Saunders, 2008, p. 49). O chefe deste escritório, general Donovan, num relatório de 1945, revelou que já nesse período se descortinava a compreensão estadunidense acerca da importância da disputa psicológica para consecução dos objetivos nacionais, por meio da fabricação de consentimento por métodos “pacíficos” e da utilização de propaganda para desgastar posturas hostis (Saunders, 2018, p. 31).

Assim, o Departamento de Estado dos Estados Unidos, sob a administração de Harry Truman, criou, em 1947, o Conselho de Segurança Nacional (National Security Council – NSC<sup>43</sup>), para aconselhar e auxiliar o presidente em

---

<sup>43</sup> De acordo com o site do órgão (disponível em: <https://www.whitehouse.gov/nsc/>), o NSC é presidido pelo Presidente dos Estados Unidos seus participantes regulares são o Vice-Presidente, o Secretário

matéria de segurança nacional e política externa, bem como coordenar essas políticas entre várias agências governamentais. No mesmo ano, este Conselho criou CIA (Central Intelligence Agency), como sucessora da OSS, com o objetivo inicial de “coordenar as informações militares e diplomáticas”. Para Saunders, a criação da CIA “marcou uma reforma drástica dos paradigmas tradicionais da política norte-americana”, já que institucionalizou as ideias de ‘mentira necessária’ e ‘desmentido plausível’. Para ela, estas estratégias produziram a longo prazo “uma camada invisível de governo cujo potencial de abusos, dentro e fora do país, nunca se deixou inibir por qualquer sentimento de responsabilidade”. (idem, p. 46-47).

Para que a CIA pudesse concretizar a “política de contenção” da União Soviética a estratégia hegemônica dos Estados Unidos, suas funções foram gradativamente se expandindo. Assim, já em dezembro de 1947 o Conselho de Segurança Nacional expediu a diretriz NSC-4, de 1947, que autorizava esta agência a empreender “atividades psicológicas sigilosas” que apoiassem as políticas anticomunistas norte-americanas. Em junho de 1948 a diretriz NSC-10/2, redigida por Geroge Kennan, autorizava a propaganda, a guerra econômica e a ação preventiva direta, incluindo medidas de sabotagem, anti-sabotagem, demolição e evacuação, subversão contra Estados hostis e auxílio aos movimentos clandestinos de resistência, guerrilhas e grupos de libertação de refugiados (Saunders, 2008, p. 53). Em 1949 foi aprovada pelo Congresso estadunidense a Lei da Agência Central de Informações, que aumentou o orçamento deste organismo de 4,7 milhões de dólares para 82 milhões de dólares, além de autorizar o diretor da CIA a gastar estes recursos sem precisar prestar contas. A quantidade de funcionários da CIA subiu ainda de 203 em 1949 para 2.812 em 1952 (Saunders, 2008, p. 54-55), o que demonstra o grande pacto nacional em torno do projeto imperialista ideológico dos Estados Unidos.

A diretriz do Conselho Nacional de Segurança NSC 5412/2 estabeleceu que as atividades externas abertas do Governo dos Estados Unidos deveriam ser complementadas por operações secretas, no interesse da paz mundial e da segurança nacional dos EUA, diante “das cruéis atividades secretas” da URSS, seus

---

de Estado, o Secretário do Tesouro, o Secretário de Defesa, o Secretário de Energia, o Procurador-Geral, o Secretário de Segurança Interna, o Representante dos Estados Unidos da América nos Estados Unidos na ONU, o Administrador da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional, o Chefe de Gabinete do Presidente e o Assistente do Presidente para Assuntos de Segurança Nacional. O Presidente do Estado-Maior Conjunto é o conselheiro militar do Conselho, e o Diretor de Inteligência Nacional é o conselheiro de inteligência

países satélite e dos grupos comunistas, que pretendem desacreditar e derrotar os objetivos dos Estados Unidos e de outras potências ocidentais. Assim, para não criar outra agência apenas para desenvolver estas atividades secretas, a CIA ficou encarregada de conduzir operações de contra-espionagem e ações correlatas fora dos EUA em tempos de paz. Para tanto, esta normativa cria, dentro da CIA, o Escritório de Projetos Especiais (Office of Special Projects – OSP), para coordenar tais atividades secretas<sup>44</sup>.

Esta diretriz foi complementada pela normativa n. 5412/2, que esclarece que operações secretas conduzidas pela CIA através do Escritório de Projetos Especiais deveriam incluir: a) Criar e explorar problemas abstrusos para o comunismo internacional; prejudicar as relações entre a URSS e a China comunista e entre estas e os seus satélites, complicar o controle dentro da URSS, da China comunista e dos seus satélites e retardar o crescimento do potencial militar e económico do bloco soviético; b) Desacreditar o prestígio e a ideologia do Comunismo Internacional e reduzir a força dos seus partidos e outros elementos; c) Combater qualquer ameaça de um partido ou indivíduos que respondam direta ou indiretamente ao controle comunista para alcançar o poder dominante num país do mundo livre; d) Reduzir o controle comunista internacional sobre qualquer área do mundo; e) Fortalecer a orientação dos povos e nações do mundo livre para os Estados Unidos, acentuar, sempre que possível, a identidade de interesse entre esses povos e nações e os Estados Unidos, bem como favorecer, quando apropriado, aqueles grupos que genuinamente defendem ou acreditam no avanço de tais interesses mútuos e aumentar a capacidade e a vontade de tais povos e nações para resistir ao comunismo internacional e f) Em áreas dominadas ou ameaçadas pelo Comunismo Internacional,

---

<sup>44</sup> “As used in this directive, “covert operations” are understood to be all activities (except as noted herein) which are conducted or sponsored by this Government against hostile foreign states or groups or in support of friendly foreign states or groups but which are so planned and executed that any US Government responsibility for them is not evident to unauthorized persons and that if uncovered the US Government can plausibly disclaim any responsibility for them. Specifically, such operations shall include any covert activities related to: propaganda, economic warfare; preventive direct action, including sabotage, anti-sabotage, demolition and evacuation measures; subversion against hostile states, including assistance to underground resistance movements, guerrillas and refugee liberation groups, and support of indigenous anti-communist elements in threatened countries of the free world. Such operations shall not include armed conflict by recognized military forces, espionage, counter-espionage, and cover and deception for military operations”. A diretriz está disponível para consulta em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950-55Intel/d292>

desenvolver a resistência clandestina e facilitar operações secretas e de guerrilha e garantir a disponibilidade dessas forças em caso de guerra (tradução livre)<sup>45</sup>.

Em 1952 foi criado, também por Harry Truman, o Conselho de Estratégia Psicológica (Psychological Strategy Board - PSB), para integrar as ações de diversas agências governamentais em matéria de guerra psicológica. Derivado deste órgão, em 1954, foi criado o “Grupo de Estudo em América Latina” (Working Group on Latin America), para planejar a estratégia de guerra psicológica nesta região (Silva, 2020, p. 42). Segundo Silva, “este grupo tinha a função de descobrir como estava o avanço do comunismo na América Latina e repassar as informações para todas as agências” (idem, p. 47). Em relação à atuação dos Estados Unidos em combater o comunismo na América Latina, Silva ensina ainda que

O Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSC) aprovou a instrução NSC 16, reconhecendo que o governo norte-americano tinha tomado medidas para o “intercâmbio de informações sobre atividades comunistas” e criado “canais para garantir o aumento do fluxo de informações” com os governos da América Latina. A instrução orientava o governo a “encorajar medidas para reduzir a ameaça comunista nas Américas, mas sem entrar em acordos anticomunistas com outras repúblicas americanas” (Instrução NSC 16, 22/09/1950). O não comprometimento do governo norte-americano com um programa coerente de combate ao comunismo na América Latina gerava polêmica entre oficiais do Departamento de Estado (2022, p. 33).

Em fevereiro de 1953, o diretor da CIA, Allen W. Dulles, produziu um relatório alarmante alertando o presidente Eisenhower acerca dos perigos da disseminação do comunismo na América Latina, que fazia deteriorar não apenas a relação entre os Estados Unidos, mas a própria situação política e econômica nos países do continente americano, que se assemelhavam aos movimentos revolucionários da Ásia (Silva, 2020, p. 39). Silva entende que a principal preocupação dos estrategistas estadunidenses era definir como se poderia influenciar as sociedades latino-americanas para que as mudanças que já ocorriam nestes países atendessem aos interesses dos Estados Unidos (idem, p. 40).

Assim, o Conselho de Segurança Nacional aprovou o plano intitulado “Plano Básico de Operações contra o Comunismo na América Latina” (Outline Plan of Operations Against Communism in Latin America), em 1954, definindo um programa

---

<sup>45</sup> Esta normativa está disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950-55Intel/d250>

integrado e concentrado para auxiliar os governos latino-americanos a combaterem o comunismo em seus países, com instruções a serem seguidas e agências encarregadas dessas ações (Silva, 2020, p. 48). As políticas incluíam:

a) Consultas prévias e rotineiras com os governos latino-americanos sobre temas a serem debatidos na ONU e outros fóruns internacionais; b) Contato direto entre as embaixadas norte-americanas e os governos locais para informar sobre eventos e atividades comunistas e sobre transporte de materiais estratégicos para o bloco soviético e para a distribuição de análises relacionadas ao comunismo; c) Atividades dos EUA na área trabalhista<sup>35</sup>; d) Programas efetivos de propaganda de autoria identificada e não-identificada sobre o comunismo, tais como os da United States Information Agency (USIA); e) Assistência financeira emergencial concedida à Guatemala e à Bolívia e programas de cooperação técnica na região; f) Planejamento na área de defesa mútua, cooperação militar e treinamento e assistência financeira reembolsável militar; g) Outros métodos disponíveis de cooperação contra o comunismo incluindo apoio de inteligência às embaixadas norte-americanas” (Silva, 2020 p. 47-48).

O objetivo principal deste plano de cooperação entre o Governo dos Estados Unidos e os governos dos países latino-americanos era fazer com que os governos latino-americanos associassem o comunismo com rebelião, e que teria um “caráter destrutivo, fraudulento, subversivo e brutal” (Silva, 2020, p. 48). Ainda, deveriam relacionar grupos nacionalistas que faziam oposição aos Estados Unidos, em especial frentes de libertação nacional com a União Soviética e a ameaça do comunismo. Ainda, demonstrando claramente o que foi discutido no capítulo 1 acerca dos Aparelhos Privados de Ideologia de Louis Althusser, o Plano dispunha ainda sobre a necessidade de influenciar grupos da sociedade civil nos seguintes termos:

Além das questões que impactavam as relações dos Estados Unidos com os governos latino-americanos, o plano dava importância a iniciativas de influência sobre grupos da sociedade civil, com o objetivo de estimular, “nos partidos políticos, Igreja, Forças Armadas, sindicatos, estudantes e juventude, intelectuais e educadores, empresários, mulheres, trabalhadores rurais e grupos-chave locais”, por meio de “todas as ações de autoria identificada e não-identificada, com apoio de inteligência”, uma compreensão sobre a “natureza subversiva, conspirativa, fraudulenta e brutal da ação comunista, e de seu propósito básico de servir à intervenção do bloco soviético às custas do bem-estar do povo de seu país”. Esperava-se que esse público, posteriormente, disseminasse essa “compreensão” junto ao “público em geral dos países latino-americanos”. (Silva, 2020, p.49)

Os agentes que compunham estes organismos encarregados da guerra psicológica eram representantes das classes mais abastadas do império. Semelhantemente aos agentes da OSS, que eram majoritariamente jovens de famílias ricas e bem relacionadas do império, que ansiavam por participar da guerra sem correr qualquer risco físico, as fileiras da CIA foram preenchidas por “uma elite histórica – os

integrantes da Ivy League que exerciam influência em conselhos diretivos, instituições acadêmicas, nos grandes jornais e meios de comunicação, nos escritórios de advocacia e no governo da América” (Saunders, 2008, p. 50)<sup>46</sup>.

Bastian van Apeldoorn (2014) defende, justamente, que a estratégia geopolítica de um Estado é elaborada e conduzida por membros da classe dominante, ou seja, por um grupo de pessoas que compartilham uma relação próxima com os meios de produção e é sobre esta base que se desenvolvem as práticas coletivas. Assim, a atuação do Estado é sempre a atuação de indivíduos particulares, que agem dentro de um contexto social. Assim, o agente que elabora e aplica as políticas públicas (internas ou externas) está submetido a forças sociais que objetivam a reprodução da ordem e a hegemonia de sua classe. Assim, para este autor,

Ao longo da história da política externa dos EUA, a política externa dos grandes decisores de estratégias da América esteve intimamente ligada ou poderia mesmo ser considerada como membro da elite corporativa da América, o que ajuda a explicar o fato de os EUA terem seguido consistentemente uma estratégia geopolítica amplamente servindo os interesses da fração de orientação transnacional do capital americano que domina estas redes corporativas de elite<sup>47</sup> (tradução livre).

No mesmo sentido, Saunders (2008) analisa que os criadores das leis que colocaram em marcha a estratégia dos Estados Unidos em matéria de política externa eram

Internacionalistas, ardorosos e competitivos, esses homens tinham uma confiança inabalável em seu sistema de valores e em seu dever de estendê-lo aos demais. Eram os patrícios da era moderna, os paladinos da democracia, e não viam nisso nenhuma contradição. Essa era a elite que dirigia a política externa norte-americana e moldava a legislação do país. Dos centros de estudos avançados às fundações, das diretorias aos corpos de associados de clubes masculinos, esses mandarins interligavam-se por suas filiações institucionais e pela crença comum em sua própria superioridade. Sua tarefa era estabelecer e, em seguida, justificar a *Pax Americana* do pós-guerra. E eles eram sólidos defensores da CIA, cujo pessoal vinha sendo rapidamente composto por seus amigos da escola, do empresariado ou do “antigo espetáculo” do OSS (Saunders, 2008, p. 52)

---

<sup>46</sup> “Muitos deles provinham de um grupo de cerca de cem famílias abastadas de Washington, conhecidos como os “habitantes das cavernas”, que defendiam a preservação dos valores episcopalianos e presbiterianos que haviam guiado seus ancestrais. Escolados nos princípios de um intelecto robusto, de habilidade atética, de polítesse oblige, e de uma sólida ética cristã (...), formados nas virtudes cristãs e nos deveres do privilégio, eles despontavam acreditando na democracia, mas temerosos do igualitarismo irrefreado. Invertendo a célebre declaração de Willy Brandt, “somos os eleitos do povo, não os eleitos”, eles eram os eleitos que não tinham sido eleitos.” (Saunders, 2008, p. 50).

<sup>47</sup> “Throughout the history of US foreign policy America’s foreign policy of grand strategy- makers have been closely linked to or indeed could themselves be regarded as members of America’s corporate elite, which helps to account for the fact that the US has consistently pursued a geopolitical strategy broadly serving the interests of the transnationally oriented fraction of American capital that dominates these corporate elite networks” (Apeldoorn, 2014).

Assim, fica claro que o imperialismo estadunidense não mediu esforços para planejar minuciosamente uma linha de ataque ideológico ao comunismo na América Latina, e para elaborar um plano de ação centralizado, eficiente e bem coordenado, levado a cabo por diversos organismos governamentais de guerra psicológica, que logrou conter o avanço das ideias comunistas e influenciar governos, grupos e indivíduos do continente americano a aceitar e defender os interesses estadunidenses em matéria de política externa. Contudo, cumpre ainda discorrer brevemente acerca do papel reservado à religião na análise da política externa anticomunista dos Estados Unidos durante a Guerra Fria e como ela desempenhou as funções de legitimação da Guerra Psicológica e de angariar apoio da população estadunidense a esse projeto ideológico de dominação global.

### 3.1.2 Guerra Fria, Religião e Anticomunismo

A religião protestante serviu ao mesmo tempo como justificativa para a Guerra Fria e como instrumento de disseminação do anticomunismo dentro e fora de suas fronteiras, segundo o ex conselheiro do Departamento de Estado, William Inboden, que escreveu a tese “Religion and American Foreign Policy, 1945 – 1960: The Soul of Containment<sup>48</sup>”. Como justificativa, porque difundiu-se a crença de que o socialismo seria um sistema político ateu que pretendia eliminar a liberdade religiosa em todo o mundo e, portanto, a Guerra Fria seria uma luta entre as nações que criam em Deus e as nações que queriam exterminar a fé cristã. Como instrumento, porque a cruzada contra o inimigo ateu aliciava todo o povo estadunidense a manter o apoio doméstico para as medidas drásticas necessárias ao sucesso da Guerra Fria e incluía um projeto de construção de instituições e alianças entre líderes políticos, religiosos e empresários, além do envio de missionários (Inboden, 2008). O mesmo autor afirma que

---

<sup>48</sup> Este livro é na verdade uma apologia à política externa estadunidense em sua guerra sagrada contra o comunismo, já que o autor foi Diretor Sênior de Planejamento Estratégico Nacional do Conselho de Segurança na Casa Branca e no Departamento de Estado como membro da equipe de Planejamento e no Escritório Internacional de Liberdade Religiosa durante o governo Bush II.

A estrutura básica da teologia diplomática da América era a seguinte. Deus dotou a humanidade de direitos e liberdades básicos e dotou o mundo de uma ordem moral transcendente. A União Soviética – ateia, naturalista, totalitária – opôs-se mortalmente a estes princípios. Embora os Estados Unidos não fossem perfeitos, foram abençoados – não apenas com liberdade, mas com poder. E Deus chamou a América a usar a sua liberdade e o seu poder para um propósito mais elevado, um propósito que incluía resistir à União Soviética e refazer o mundo.(2008, p. 5, tradução livre)<sup>49</sup>.

Jeremy Gunn (2009), no mesmo sentido, defende que uma “religião civil estadunidense”, paralela à religião institucional, foi forjada durante a Guerra Fria, com textos sagrados, rituais, santos próprios e ideais teístas. Para ele, esta religião nacional estaria alicerçada sobre três componentes: um governo teísta, a devoção a uma supremacia militar e a ideia de que capitalismo é sinônimo de liberdade.

O primeiro elemento da religião civil fica evidenciado na quantidade de alusões a Deus e aos valores cristãos em discursos de presidentes e ministros estadunidenses. Houve, neste período, por exemplo, um aumento sem precedentes de dias oficiais de oração, declarações públicas sobre a crença em Deus e discussões sobre a religião judaico-cristã. Além disso, inseriu-se no juramento à bandeira a expressão “under God” e nas notas de dólares a expressão “in God we trust”, que também virou um slogan nacional. Para o autor, o teísmo defendido pelo governo depois de 1947 “não surgiu como resultado de um exame de consciência nacional nas profecias de Jeremias ou nos ensinamentos de Jesus no Sermão da Montanha, mas como uma reação contra o professado ateísmo da URSS” (Gunn, 2009, p.9, tradução livre).

O segundo elemento, da supremacia militar, é menos evidente, já que acordos de desmilitarização seriam o caminho mais óbvio após a devastação causada pela 2ª Guerra Mundial. No entanto, com o advento da Guerra Fria, o público estadunidense passou a aceitar a mobilização militar como uma característica permanente da identidade nacional. Enquanto o aparato bélico da URSS era retratado como expansionista, violento e designado para escravizar os países vizinhos, seu

---

<sup>49</sup> “*The basic outline of America’s diplomatic theology [was the following]. God has endowed humankind with basic rights and freedoms, and had endowed the world with a transcendent moral order. The Soviet Union – atheistic, naturalistic, totalitarian – set itself in mortal opposition to these principles. Though the United States was not perfect, it was blessed – not only with liberty, but with power. And God called America to use its liberty and its power for a higher purpose, a purpose that included resisting the Soviet Union and remaking the world*” .(Inboden, 2008, p. 5).

próprio complexo industrial militar era descrito como um meio para promover a liberdade, a paz e a democracia. Neste sentido, Gunn (2009) afirma que

A liberdade foi cada vez mais retratada como “um presente de Deus para a humanidade”, e os militares dos EUA como os protetores dessa liberdade. [...] Os americanos de todo o espectro político começaram a declarar que seu poder militar deveria ser “incomparável”. Muito depois do colapso da União Soviética, os líderes políticos, tanto da esquerda como da direita, continuaram a assumir a importância da supremacia militar americana no mundo, como se qualquer outra possibilidade fosse impensável. Embora a retórica pública continuasse a referir-se a Deus e à religião como a “primeira linha de defesa”, os dólares dos contribuintes americanos seriam cada vez mais dedicados à defesa militar. Depois de 1957, os dólares foram estampados com “In God We Trust”, mas o principal destino desses dólares foi o Pentágono. Os americanos louvaram ao Senhor, mas compraram a munição.” (Gunn, 2009, p. 10, tradução livre)<sup>50</sup>.

O terceiro elemento desta religião se solidificou com as alianças criadas entre economistas e capitalistas defensores do livre mercado e os religiosos conservadores contra o comunismo, “numa união espiritual poderosa forjada pela primeira vez entre o ideal americano de liberdade e o sistema econômico do país”. Enquanto nas décadas de 1920 e 1930 o termo “capitalista” havia sido pejorativo para designar uma pessoa gananciosa, a partir dos anos 50 “capitalista” passou a ser considerado uma benção divina. Passou-se a defender inclusive que o “capitalismo” bíblico estaria contido nos Dez Mandamentos. Gunn observa que o evangelista Billy Graham, sem dúvida um dos pregadores mais famosos do século passado, sem citar exatamente nenhum texto bíblico, declarava que Jesus havia ensinado “o valor da propriedade privada”. Assim, o capitalismo e a livre iniciativa receberam a chancela de uma doutrina econômica sancionada religiosamente e uma “arma de liberdade para combater os males do socialismo e do comunismo”. (Gunn, 2009, p. 10)

Segundo Rodrigo Netto, o Departamento de Estado dos EUA considera que as organizações religiosas cumprem o importante papel de reforçar a hegemonia política, cultural e econômica estadunidense. Ainda, a política religiosa estatal, “parece servir também à desestabilização e corrosão da imagem mundial de países

---

<sup>50</sup> “Freedom was increasingly described as “God’s gift to mankind,” and the U.S. military was portrayed as the protector of that freedom.[...] Americans across the political spectrum began to declare that the American military should be “second to none.” Long after the Soviet Union collapsed, political leaders from both the left and the right have continued to assume the importance of American military supremacy in the world as if any other possibility were unthinkable. Although public rhetoric would continue to refer to God and religion as the “first line of defense,” American taxpayer dollars would increasingly be devoted to military defense. After 1957 dollars were emblazoned with “In God We Trust,” but a principal destination for those dollars was the Pentagon. Americans praised the Lord but purchased the ammunition.” (Gunn, 2009, p. 10).

não alinhados, sobretudo aqueles que reivindicam o título de socialistas” (2022, p. 257). Com efeito, a ideia de “liberdade religiosa” apregoada pelos governantes e representantes dos Estados Unidos é utilizada para difamar nações não alinhadas a seu projeto hegemônico, pelo que a ampla documentação diplomática analisada por este autor demonstra que o tema ‘liberdade religiosa’ se refere quase que exclusivamente à União Soviética e ao Leste Europeu, “enquanto outros estados notoriamente cerceadores desta liberdade, como a Arábia Saudita, são quase que completamente omitidos” (idem, p. 258).

Existiu também uma orientação de políticas públicas no sentido de “implementar programas para encorajar comunidades religiosas a considerar favoravelmente políticas e programas dos Estados Unidos” (Netto, 2022, p. 261). O pesquisador, depois de analisar cerca de 500 documentos da diplomacia americana disponibilizada pela Wikileaks, concluiu que

A análise dos documentos diplomáticos norte-americanos mostra de maneira clara a instrumentalização política da religião, manobrada ao sabor de interesses geopolíticos. Especificamente, uma seletiva e oportunista política mundial de direitos humanos revela que as pressões feitas pelo Departamento de Estado em favor da liberdade religiosa tiveram como alvo preferido não necessariamente os locais em que esta liberdade era e continua sendo severamente restrita, mas sim países rivais e/ou que pretendia trazer para sua esfera de influência. Da mesma forma, é revelado de maneira patente como as organizações religiosas sediadas nos Estados Unidos são as principais beneficiárias das ações do Departamento de Estado ainda sob o pretexto de promover globalmente a liberdade de culto, de fato um direito humano” (p. 285).

A luta contra o comunismo na América Latina não foi travada unicamente pelo Departamento de Estado, pelo Conselho de Segurança Nacional, pela CIA e seus escritórios. Esta agência, à frente do projeto ideológico hegemônico dos Estados Unidos, contou com o apoio direto ou indireto de outras agências e departamentos governamentais mas principalmente com o suporte de diversas organizações privadas, inclusive religiosas. Assim, a sessão seguinte analisa as alianças entre o governo estadunidense, sua elite capitalista e organizações religiosas na consecução de sua guerra psicológica contra o comunismo na América Latina. Estas alianças buscaram difundir a visão de mundo segundo a qual os Estados Unidos seriam os líderes naturais para levar a liberdade a todas as nações, em sua luta apocalíptica contra o comunismo. À medida em que se aprofunda no exame, ficam evidentes os interesses imperialistas de expansão do capital, expropriação das riquezas e exploração dos trabalhadores latino-americanos.

### 3.2 Luta de Classe, Planejamento e Alianças Político-Econômico-Religiosas contra o Comunismo

Uma das características do imperialismo, segundo Lenin, é “a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que dividem o mundo entre si” (2021, p. 114). A “contenção” da ideologia comunista não ocorreu apenas no plano discursivo: diversos autores apontam para a existência de alianças forjadas entre os setores políticos, empresariais e ideológicos da nação estadunidense para consolidar e expandir o alcance da exploração capitalista em todo o planeta, em oposição não apenas ao comunismo mas até aos projetos nacionalistas dos países do sul global. Assim, Virgínia Fontes, analisando o imperialismo no período pós-Segunda Guerra Mundial, relata a criação de uma organização internacional imperialista, liderada pelos Estados Unidos e seu arsenal militar, “explicitamente direcionada para conter tanto iniciativas revolucionárias nos planos domésticos, quanto as fortes probabilidades de guerras interimperialistas, deslocando-as para terceiros países” (2010, p.157).

René Dreifuss (1986), no mesmo sentido, defende a existência de uma “Internacional Capitalista”, que seria a aliança entre as elites orgânicas transnacionais em torno de um projeto político, econômico e ideológico para perpetuação de seus privilégios e conquista de novas posições, não apenas dentro dos Estados Unidos, mas a nível internacional. Para tanto, ele analisa quem são os membros da classe capitalista que definem a estratégia para desarmar, cooptar e liquidar seus adversários, como traduzem seu capital econômico e intelectual e como traduzem suas ligações pessoais e familiares em capacidades político-organizacionais e lideram a classe capitalista em torno de um projeto de luta política. Ele investiga qual é o arsenal de recursos e preparo institucional, organizacional e pessoal para as ações político-ideológicas que arquitetam nos bastidores, ou seja, para além do jogo eleitoral, já que a luta política não é apenas aquela ostensiva, mas principalmente aquela travada na normalidade do dia a dia. Assim,

Quando falamos de estratégia e tática políticas, relações de força e poder (correlação de força entre adversários sociais), temos em mente dois elementos inerentes à ação política: seu caráter premeditado e a sua intencionalidade planejada. Estamos, portanto, salientando a consciência da ação e a ação política consciente. E para que essa intencionalidade e premeditação seja eficaz e efetiva, é necessário dotá-la de organização, informação, análise e operacionalização. [...] Ao nos referirmos às noções de estratégia e tática políticas, portanto, estamos apontando para a capacidade de certos agentes coletivos de visualizar objetivos globais e de

operacionalizar a condução das ações requeridas em todos os campos para alcançar suas metas, face à resistência de forças sociais e políticas adversas (Dreifuss, 1986, p. 12).

Na tese de doutorado intitulada “O Partido da Fé Capitalista”, Rodrigo Netto defende que, para atingir seu plano de domínio, a classe capitalista, liderada por essa elite orgânica, construiu um consórcio empresarial-religioso, em conchavo com o governo estadunidense, desde o início da Guerra Fria, “para o benefício da preeminência mundial dos interesses político-econômicos dos Estados Unidos” (2023, p. 82). Ele analisa diversos fóruns criados com vistas a planejar ações político-religiosas de forma sistemática, regular e de longo prazo, dentro e fora dos EUA, para disputar com o bloco socialista a liderança hegemônica mundial. Ele entende que a repetição de atores do campo empresarial, estatal e religioso dessas agremiações demonstra que as ações ideológicas não se tratam de iniciativas isoladas e desconexas, mas sim de um projeto organizado e deliberado pelas classes capitalistas para manter e aprofundar seu domínio.

### 3.2.1 Fóruns e Conselhos para Formulação e Execução da Guerra Psicológica na América Latina

As principais associações criadas com o objetivo de planejar a atuação político-ideológica a favor dos interesses das classes dominantes e da hegemonia estadunidense no continente americano, de acordo com René Dreifuss (1986, p. 63), foram o Council on Foreign Relations (CFR), o Committee for Economic Development (CED), a Comissão Trilateral e o Council for Latin America. Ele observa ainda a existência de uma “pirâmide de poder global”, já que vários membros destas organizações também integram outras semelhantes, atuando, portanto, de maneira coordenada. Dentre eles, merece destaque o Council on Foreign Relations, cujo propósito era “analisar, formular, acompanhar e avaliar iniciativas e diretrizes estratégicas (privadas ou públicas) indispensáveis para sustentar a crescente projeção do capitalismo norte-americano” (Dreifuss, 1986, p. 34) e reuniu “banqueiros, militares e burocratas de Estado, intelectuais e figuras de destaque da mídia num novo formato político e intelectual” (Silva, 2020, p. 38).

O CFR também analisou o perigo do comunismo na América Latina, por meio do seu “Grupo de Estudo sobre as Relações Inter-Americanas”, que elaborou um relatório em que recomendava ao governo dos EUA que tivesse paciência contra golpes de estado e ditaduras latino-americanas, porque seriam intercorrências naturais no processo de transição de regimes totalitários em direção a democracias constitucionais (Silva, 2020, p. 35).

Muitos dos membros destes conselhos também integraram organizações de caráter religioso, demonstrando que a religião também fez parte do arsenal político-ideológico da atuação desta elite orgânica na consecução de seus objetivos de classe (Netto, 2022, p. 310). Embora a existência de um conluio em prol dos interesses de agentes políticos e empresários não seja novidade nas sociedades capitalistas, a participação regular de atores do campo religioso nessa articulação pela manutenção do modo de produção capitalista e da hegemonia estadunidense à frente do imperialismo ocidental pode parecer deslocada. Otto Maduro<sup>51</sup> esclarece, no entanto que os esforços de uma classe dominante tendem a se intensificar sobre o campo religioso justamente porque a religião exerce uma influência profunda sobre o comportamento das massas. A atuação das elites em aliança com os religiosos busca, assim

De um lado, conseguir do campo religioso a produção de práticas e discursos que legitimem, sacralizem, apresentem como desejada pelas forças sobrenaturais e meta-sociais essa mesma dominação, essa forma de organização da sociedade mantida e propugnada pelas classes dominantes. Mas, por outro lado, os esforços dessa classe (ou bloco) sobre a atividade religiosa em sua sociedade visarão conseguir do campo religioso a produção de práticas e discursos que desqualifiquem, contralegitimem, dessacralizem, apresentem – em suma – como não querido pelas forças sobrenaturais e meta-sociais o conjunto de indivíduos, grupos e movimentos diretamente ameaçadores da posição dominante daquela mesma classe. No mínimo, toda classe dominante tentará conseguir do campo religioso que este não produza práticas ou discursos que possivelmente favoreçam a luta de certas classes subalternas contra a hegemonia dos dominantes. (Maduro, 1995, p. 162).

No mesmo sentido, Willian Inboden (2008, p. 33-34; 37) demonstra que, com o fim da 2ª Guerra Mundial e a possibilidade de uma reorganização das potências mundiais e do papel de cada nação nessa nova ordem, os líderes da igreja protestante estadunidense claramente se organizaram para participar e influenciar o debate público e os rumos da política externa estadunidense, a fim de moldar a ordem

---

<sup>51</sup> Para este autor, a classe dominante utiliza 5 estratégias para cooptar a religião para atingir seus interesses. Estas estratégias são econômicas, jurídico-políticas, educativo-culturais e familiares. (talvez eu explique melhor essas estratégias, ou talvez já falei disso no capítulo 2)

nascente com suas convicções de como seria um mundo justo. Para tanto, similarmente às organizações e conselhos criados para planejamento da estratégia política e econômica, várias comissões religiosas interdenominacionais passaram a surgir, a fim de participarem do debate público e mobilizarem seus membros na grande cruzada contra o comunismo.

Assim, o Conselho Federal de Igrejas<sup>52</sup> (Federal Council of Churches – FCC) criou uma Comissão para debater a nova ordem mundial na Organização das Nações Unidas (ONU). A Comissão, chefiada por John Foster Dulles<sup>53</sup>, recebeu o nome de “Comissão pela Paz Durável e Justa”, e conseguiu incluir quatro emendas (dentre as nove sugeridas) na Carta da ONU de 1945. Estas emendas tinham relação com os propósitos morais da ONU enunciados no preâmbulo da Carta, o compromisso de desenvolver o direito internacional consuetudinário, a formação de um Conselho Tutelar para assistir a transição dos povos colonizados à democracia e uma declaração de direitos humanos universais. Com a rendição do Japão, a FCC proclamou o despertar de um novo começo em um novo mundo, em que todos os cristãos são chamados a alcançar uma ordem mundial justa (Inboden, 2008, p. 31).

John Foster Dulles foi uma figura central da Guerra Fria. Era a ponte entre a FCC e o Presidente Truman, com quem se reunia para discutir questões de política externa. Era partidário de uma política agressiva em relação à URSS e irmão mais velho de Allen Dulles, o diretor da CIA. Até 1934 era um conhecido apoiante de Hitler. Foi ainda secretário de Estado na administração de Dwight Eisenhower de 1953 a 1959. Ocupou cargos diplomáticos, participou em conferências e negociações de tratados internacionais e foi um dos principais impulsionadores da OTAN. Profundamente religioso, Dulles considerava a ideologia soviética a raiz de todos os males estadunidenses. Para Dulles,

O comunismo soviético tinha pretensões globais, reivindicando uma visão universal para a natureza da história, as relações humanas e a ordem correta da sociedade. Esse modelo conflitava em todos os pontos com a própria ideologia capitalista democrática judaico-cristã. Dulles viu essas duas visões como fundamentalmente inconciliáveis, já que “as liberdades pessoais que os soviéticos tirariam constituem a nossa herança política e religiosa mais querida.” [...] Dulles declarou que a “demonstração mais significativa” que os americanos poderiam fazer de sua resolução contra os soviéticos “estaria no

---

<sup>52</sup> O Conselho Federal de Igrejas, oficialmente Conselho Federal de Igrejas de Cristo na América, foi uma associação ecumênica de denominações cristãs criada nos Estados Unidos em 1908. Representava as tradições Anglicana, Batista, Ortodoxa Oriental, Luterana, Metodista, Morávia, Ortodoxa Oriental, Católica Nacional Polonesa, Presbiteriana e Reformada do Cristianismo. Fundiu-se com outros órgãos ecumênicos em 1950 para formar o atual Conselho Nacional de Igrejas.

<sup>53</sup> John Foster Dulles

nível religioso”. Confrontado com tal fortaleza espiritual, o Kremlin logo veria a futilidade do conflito “contra um povo que acredita que as suas liberdades fluem do seu Criador e que também use essas liberdades com a restrição imposta pelo mandamento divino”. Dulles também apelou a medidas mais tangíveis, como o reforço da Força militar americana e aumento da ajuda internacional. (Inboden, 2008, p. 36, tradução livre)<sup>54</sup>

Na Conferência do Conselho Federal de Igrejas, em março de 1946, o Presidente Harry Truman anunciou aos ouvintes que “para que a civilização, como a conhecemos, sobreviva, os americanos precisariam ter a força espiritual e mais magnitude do que o poder gigante da bomba atômica”. Para tanto, seria necessário um “avivamento moral e espiritual” da nação e uma “renovação da fé religiosa”, sem o que “estaremos perdidos”. Ele exortou, na ocasião, a igreja protestante, a Igreja Católica e a sinagoga judaica para unirem-se em uma só irmandade em prol deste projeto. Esta tática de unir o campo religioso numa estratégia comum contra o socialismo não foi acidental, mas sim uma estratégia cuidadosamente planejada (Wallace, 2013). Assim,

Na Casa Branca, na Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) e no Vaticano, entre outros lugares, foram formuladas estratégias que envolviam a Conselho de Segurança Nacional (NSC), o Conselho de Estratégia Psicológica (PSB), o Conselho de Coordenação de Operações (OCB), a Agência de Informação dos EUA (USIA) e a Fundação para a Ação Religiosa na Ordem Social e Civil. Estas estratégias procuraram moldar a narrativa da Guerra Fria como um jogo moral, colocando o bem contra o mal, a liberdade contra a escravidão, a democracia temente a Deus contra o comunismo ímpio e despótico. Os atores deste drama incluíam líderes políticos e governamentais religiosos devotos, clérigos ávidos e obsequentes, magnatas da mídia com simpatia religiosa, piedosos barões dos negócios e agentes secretos sombrios (Wallace, 2013, p. 163, tradução livre<sup>55</sup>).

Com efeito, os mesmos indivíduos aparecem ligados a organizações religiosas, empresariais e cargos públicos, planejando a política externa

---

<sup>54</sup> “Soviet communism had global pretensions, claiming a universal vision for the nature of history, human relations, and the right ordering of society. This model conflicted at all points with America’s own ideology of Judeo-Christian democratic capitalism. Dulles saw these two visions as fundamentally irreconcilable, since “the personal freedoms which [the Soviets] would take away constitute our most cherished political and religious heritage [...] Dulles declared that the “most significant demonstration” that Americans could make of their resolve against the Soviets “is at the religious level.” Confronted with such spiritual fortitude, the Kremlin would soon see the futility of conflict “against a people who believe that their freedoms flow from their Creator and who also use those freedoms with the restraint which is enjoined by divine commandment.” Dulles also called for more tangible measures such as bolstering American military strength and increasing foreign aid.” (Inboden, 2008, p. 36)

<sup>55</sup> “At the White House, the U.S. Central Intelligence Agency (CIA), and the Vatican, among other places, strategies were formulated that involved the National Security Council (NSC), the Psychological Strategy Board (PSB), the Operations Coordinating Board (OCB), the U.S. Information Agency (USIA), and the Foundation for Religious Action in the Social and Civil Order. These strategies sought to shape the Cold War narrative as a morality play pitting good against evil, freedom against enslavement, God-fearing democracy against godless, despotic Communism. The actors in this drama included devoutly religious government and political leaders, eager and compliant clerics, religiously sympathetic media moguls, pious business barons, and shadowy covert operatives” (Wallace, 2013, p. 163)

estadunidense e a atuação internacional das corporações. A coalizão entre a religião e o programa geopolítico dos Estados Unidos, culmina com a elaboração de estratégias globalmente articuladas para intervenção ideológica, inclusive com o uso das forças armadas. Neste plano de expansão global, a América Latina foi considerada uma área estratégica (Dreifus, 1986). Neste sentido, várias conferências que reuniam presidentes e outros membros do governo americano, religiosos e intelectuais foram realizadas a partir da década de 1950 para organizar um plano de combate à ideologia comunista.

A “Foundation for Religious Action in the Social and Civil Order (FRASCO)” foi uma conferência nacional realizada anualmente a partir de 1954 que contou com membros da cúpula estatal dos EUA, acadêmicos, empresários e líderes religiosos. Seu objetivo declarado (anexo 1) foi discutir as “fundações espirituais da democracia americana”. No convite enviado a figuras selecionadas<sup>56</sup>, justificava-se a necessidade deste fórum de discussão em razão do comunismo ser a maior ameaça existente atualmente contra a civilização estadunidense e seu estilo de vida. Para os organizadores da Conferência, embora as dimensões econômica e política do comunismo já estivessem sendo diligentemente combatidas pelos EUA e seus aliados, a dimensão ideológica ainda precisava ser endereçada. Isto porque a ideologia comunista oferecia para os povos do Terceiro Mundo um ideal de esperança, paz, democracia, liberdade, reforma, progresso e satisfação econômica. As “nações livres” estariam falhando em ganhar a lealdade das nações neutras e o coração e as mentes da população. Uma contraofensiva ideológica e uma cruzada espiritual seriam necessárias para prevenir a expansão da tirania ateuista e desumana do Comunismo.

O objetivo da Conferência, portanto, era unir os religiosos<sup>57</sup> dos Estados Unidos, independentemente da crença específica ou denominação, na construção de um programa de oposição ao Comunismo e afirmação das ideias da “verdadeira

---

<sup>56</sup> CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. General CIA Records. *National Conference on the Spiritual Foundations of American Democracy*. Document Number (FOIA) / ESDN (CREST): CIA – REDP80R01731R001200070075-4. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP80R01731R001200070075-4.pdf>. Acesso em 23/06/2024

<sup>57</sup> “A figura religiosa mais proeminente envolvida com a FRASCO foi, sem dúvida, o pastor fundamentalista Billy Graham, que teria servido como grande articulador de religiosos conservadores de inúmeras procedências que convergiram para ela e outras iniciativas semelhantes. [...] Além da FRASCO, Graham aparece na reunião com Henry Kissinger e outros religiosos e empresários em 1971 para debater o Vietnã e questões referentes à presença norte-americana no extremo Oriente. Em 1988 aparece ele, novamente, como codiretor honorário da Laymen’s National Bible Association. Há vasto material documental atestando os contatos de Graham com todos os governos norte-americanos pelo menos desde os anos 1950.” (Netto, 2022, p. 288-289).

Democracia”, com os seguintes propósitos: 1) promover a confiança dos povos de que o suporte basilar da liberdade humana é a verdade religiosa; 2) promover e encorajar a resistência a qualquer tentativa de destruir a fé religiosa para escravizar as mentes; 3) conscientizar a população acerca das forças malignas dedicadas à destruição da religião; 4) fazer da verdade religiosa a força que promove a liberdade e o bem comum em todas as nações utilizando todos os meios educacionais e informacionais legítimos para atingir os objetivos aqui propostos.

Em termos de área de alcance do projeto, nos EUA a união dos religiosos deveria reavivar a população para a consciência dos fundamentos espirituais da democracia e a importância da religião nos assuntos domésticos e estrangeiros, bem como da real natureza do Comunismo, que seria de ganhar e escravizar as mentes dos homens. Deveria portanto ser organizada nacionalmente uma vigorosa cruzada espiritual, baseada na primazia divina e expressa nas convicções de uma lei moral, na dignidade do homem, na liberdade e num sistema econômico ordenado que ofereça suporte material para as famílias, sem cair no erro do estatismo e do coletivismo. Em relação aos outros países, deveriam ser forjadas alianças contra a tirania do Comunismo e em favor da emancipação política e econômica, o que tem sido minado em razão da propaganda Comunista e na falta de visão dos líderes estadunidenses sobre a importância de vencer a guerra sobre a mente dos homens. Parece curioso que a característica mais malévola que os organizadores atribuem ao Comunismo (a tentativa de conquistar e dominar a mente dos homens) seja justamente o que eles se propõem a fazer em relação à sua própria população e aos povos estrangeiros.

Por fim, o convite enumera os 6 métodos de operação para atingir esses objetivos: 1) uma conferência nacional sobre os fundamentos espirituais da democracia estadunidense, a ser realizada em novembro de 1954; 2) programas de leitura, rádio e televisão para explicar a verdadeira natureza da ameaça comunista a ser distribuída nacionalmente; 3) preparação de literatura sobre a perseguição religiosa dentro dos países da “Cortina de Ferro”. Além de ser distribuída livremente, esta literatura deverá ser compilada em boletins bi-semanais e enviada para todas as igrejas para serem publicadas em seus próprios jornais, divulgadas em programas de rádio e de televisão, além de livrarias e escolas. Esta literatura também deverá ser traduzida e distribuída para outras partes do mundo. 4) Aprofundar e expandir as alianças com mais líderes religiosos em outros países, no esforço de trazê-los para

mais perto da causa de preservar a liberdade e combater o Comunismo; 5) encorajar períodos de oração diária pedindo ajuda a Deus para restaurar a liberdade dos milhões de escravos comunistas; e 6) buscar apoio de outros grupos e indivíduos para se tornarem membros da Fundação.

Os temas das palestras da conferência envolviam basicamente a discussão sobre as bases bíblicas da democracia, a necessidade da fé para o fortalecimento da democracia e uma discussão sobre alternativas democráticas à dialética marxista. À Fundação para Ação Religiosa na Ordem Civil, se somaram outras iniciativas semelhantes, como a “Foreign Aspects os US National Security”, o “Council for National Policy”, o “Laymen’s National Bible Associations”, a “Comissão da Liberdade”, dentre outras, todas com o propósito de discutir e formular ações que integrassem a propaganda pró-capitalismo e pró-Estados Unidos à religião protestante, em países do Terceiro Mundo. Esta grande articulação político-econômico-ideológica deu causa à criação de uma narrativa religiosa gradualmente construída no imaginário popular do mundo ocidental, sobre os perigos do Comunismo, e teve reflexos decisivos na Guerra Psicológica imperialista travada pelo capital estadunidense na América Latina, como se verá a seguir.

### 3.2.1 Nelson Rockefeller como articulador do imperialismo ideológico na América Latina

Quando se fala em imperialismo, normalmente este fenômeno é associado a um Estado específico. Mas a análise mais aprofundada do fenômeno demonstra que é interesse da classe capitalista que seu domínio se expanda para outras regiões. Como Lênin exorta, já em 1910: “Não é por conta de sua particular maldade que os capitalistas dividem o mundo, mas porque o patamar de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obter lucros” (Lenin, 2021, p. 99). A dimensão da luta de classes no fenômeno imperialista pode ser observada mais a fundo quando se investiga quem são os agentes que planejam e executam a estratégia expansionista.

Os capitalistas estadunidenses do ramo extrativista, por exemplo, organizaram a expansão de seu capital em direção à América Latina a partir de alianças entre si, alianças com o governo dos EUA e alianças com organizações

religiosas. Seu objetivo, para além de mapear e extrair a riqueza dos territórios inexplorados do continente americano, era conter o avanço do comunismo na região, que inflamava os trabalhadores à insurgência contra a opressão capitalista. Assim, os missionários, além de mapear a região e aprender as diversas línguas dos povos latino-americanos, cumpriam a função de pacificar os indivíduos, exortando-os a se submeterem às autoridades e aguardarem a recompensa divina por seu sofrimento no pós-morte.

Assim, os missionários que vieram para a América Latina nos primeiros anos da Guerra Fria foram financiados não apenas por suas igrejas em seu zelo de evangelizar os povos isolados, mas também por empresários interessados no mapeamento do territórios e posterior exploração das riquezas e da pacificação da classe trabalhadora do continente americano. A atuação da Companhia Standard Oil e sua cooperação com organizações protestantes, Departamento de Estado dos EUA e a CIA é um exemplo interessante para analisar o imperialismo das classes capitalistas estadunidenses, com vistas à expansão de seus lucros na América Latina e no Brasil.

O fundador da companhia de refinamento de petróleo “Standard Oil” foi John D. Rockefeller, o primeiro bilionário estadunidense e membro assíduo da igreja batista. Ele fundou esta empresa em 1870, em Ohio, e em 1900 já controlava 90% do petróleo nos EUA. A medida em que a corporação se expandiu para o Oeste, John Rockefeller realizou parcerias com missões protestantes (especialmente da Igreja Batista) para evangelizar os povos indígenas estadunidenses, coletar informações e intermediar negociações de compra de terras por valores irrisórios para posterior venda por valores altíssimos ou para a exploração dos territórios em busca de minérios. Ele também financiou pregadores que exortavam os trabalhadores de suas fábricas e minas a terem “pensamentos mais elevados” do que a agitação sindical, como Dwight L. Moody, precursor do evangelista Billy Graham, que exortavam os trabalhadores a serem disciplinados, obedecerem às autoridades e não se envolverem com assuntos mundanos, como a política (Colby, Dennet, 1995, p. 15).

A figura 1 demonstra que a expansão para o Oeste dos Estados Unidos foi precedida pelo envio de missionários protestantes para pacificar os indígenas e mapear as regiões a serem conquistadas.

Figura 4. Missões Protestantes para Indígenas nos Estados Unidos



58

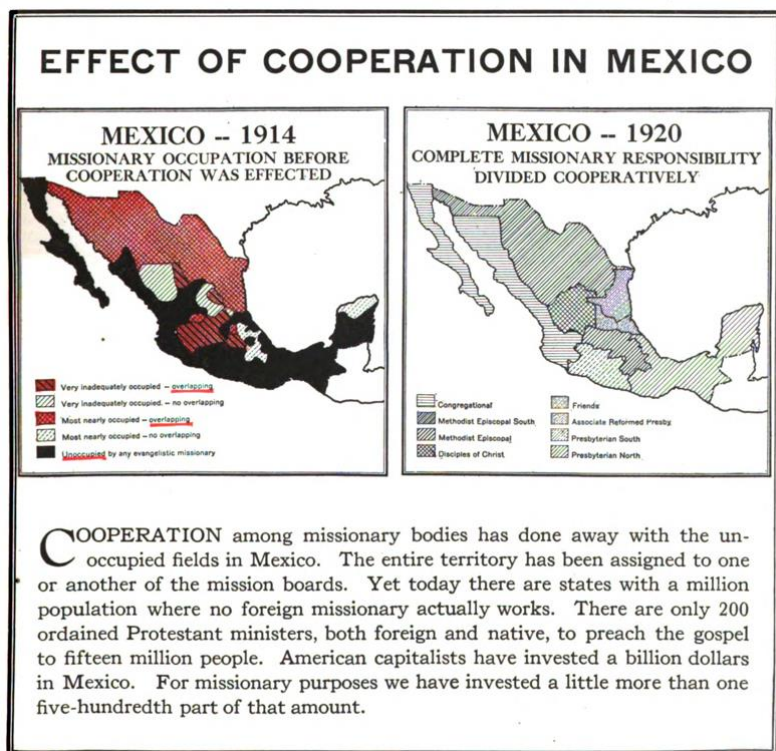
Nos anos 20 a Standard Oil tinha mais de 500 mil acres de propriedade na Venezuela e 200 mil acres no México e aumentou sua expansão para outros países da América Latina, como Guatemala, Bolívia e Colômbia. A América Latina era vista como um “campo aberto” para suas operações. A atuação no Guatemala se tornou um caso modelo da companhia, quando a fundação enviou uma junta de médicos e enfermeiros à região para conter doenças e epidemias que se alastravam em razão das péssimas condições de trabalho impostas pela exploração capitalista estadunidense, a “Rockefeller’s International Health Board”. Esta comissão médica trabalhou em cooperação com as tropas guatemaltecas da fronteira, o que possibilitou a declaração de estado marcial na região e que revolucionários mexicanos fossem colocados em quarentena, impossibilitando a influência sobre os trabalhadores guatemaltecos (Colby, Dennet, 1995, p. 36). Esta estratégia bem sucedida de envio

<sup>58</sup> Fonte: Interchurch World Movement, World Survey, American Volume (New York, Interchurch Press, 1920) p, 128 Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=msu.31293500304476&seq=127> Esta figura demonstra a utilização de missionários para a expansão capitalista para o Oeste. Nas palavras do próprio Nelson Rockefeller “o desafio do Ocidente, simbolizado pelos índios e pelas terras virgens que eles defendiam, foi enfrentado não apenas por tropas e ferrovias; os missionários religiosos financiados pelo Avô e os missionários seculares enviados pela grande fundação do Avô desempenharam papéis vitais” (Colby p. 6, tradução livre).

de ajuda médica para tratamento de epidemias tropicais, para alívio das doenças que se alastravam pelo continente em razão das péssimas condições de trabalho e da destruição do meio ambiente pelas corporações extrativistas, se expandiu por toda a América Central e com ela a área de influência da companhia petrolífera. As comissões médicas enviadas pelas próprias corporações não questionavam a causa dos males sociais, não inflamavam os trabalhadores a exigirem melhores condições de trabalho, mas resolviam os problemas mais graves, garantindo que eles pudessem voltar a trabalhar mais rapidamente.

A Revolução Russa de 1917 trouxe às classes capitalistas a preocupação de que uma ameaça concreta a seus interesses se espalhava pelo mundo. Um relatório de 1920, elaborado por uma comissão de agências missionárias estadunidenses, denominada “Interchurch World Movement”, demonstra a percepção estadunidense de que os capitalistas e a igreja protestante deveriam trabalhar em conjunto para a expansão em direção à América Latina. A figura 2 evidencia a cooperação bem sucedida entre várias denominações protestantes para evangelização do México (apontadas no gráfico como “ocupação missionária”) e a exortação aos empresários para investirem mais na obra missionária. A figura 3 mostra a relação apontada pelo relatório entre o aumento do comércio e do envio de missionários estadunidenses para a América Latina, exortando os empresários a exportarem não apenas mercadorias, mas também a religião protestante.

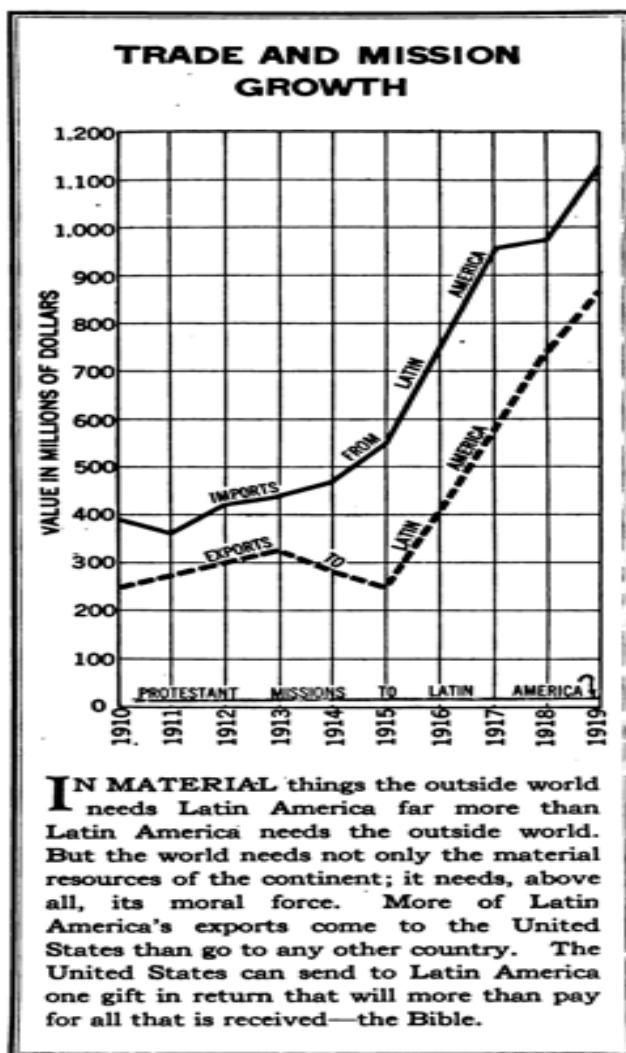
Figura 5. Efeito da Cooperação no México



59

<sup>59</sup> Fonte: Interchurch World Movement, World Survey, American Volume, p. 396 (New York, Interchurch Press, 1920) Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=msu.31293500304476&seq=127>

Figura 6. Crescimento das Missões e do Comércio



60

A crise de 29 acentuou o receio de que, em razão do desemprego e das péssimas condições de vida, as classes trabalhadoras poderiam se revoltar contra o sistema e que o internacionalismo proletário alcançasse as nações do sul global. Assim, em 1930 foi criada nos EUA uma frente cristã que aliou líderes corporativos e organizações protestantes para elaborar uma estratégia de evangelização de trabalhadores do terceiro mundo, denominada “Laymen’s Foreign Missions Inquiry”. Essa Comissão apresentou em 1932 um relatório, chamado “Rethinking Missions”, em que foi apresentada a situação dos trabalhadores, como “sinistra”, em razão das insurgências na China, Índia e Japão, em que estudantes estavam em revolta e o

<sup>60</sup> Fonte: Interchurch World Movement, World Survey, American Volume, p. 401 (New York, Interchurch Press, 1920) Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=msu.31293500304476&seq=127>

comunismo circulava de maneira “desenfreada” e os missionários e seus Conselhos não pareciam saber como dirigir os seus próprios esforços e atividades (Colby, Dennet, 1995, p. 40)

O cristãos fundamentalistas da Associação, contudo, não aprovaram o relatório, que indicava como possíveis soluções: acabar com a segregação das culturas asiáticas e incentivar elementos da fé asiática que fossem compatíveis com a fé cristã; menos proselitismo religioso e mais programas voltados à educação, medicina e agricultura; mais cooperação e eficiência entre as missões para evitar sobreposição e desperdício de força missionária; e transferência gradual do poder às igrejas indígenas. Isto porque esta melhora nas condições dos povos evangelizados poderia atrapalhar os interesses capitalistas na região (Colby, Dennet, 1995, p. 40).

Neste mesmo período, a Standard Oil migrou sua atuação no México para a Venezuela, já que a região mexicana estava passando por agitação política, em que presidente do México, Lázaro Cárdenas del Río, do Partido de la Revolución Mexicana, estatizou as propriedades de companhias de petróleo estrangeiras. Assim, as agitações dos trabalhadores eram a principal preocupação dos capitalistas estadunidenses que atuavam na Venezuela, em que até os militares foram influenciados pelo discurso nacionalista e comunista, que levavam automaticamente a uma posição anti-EUA e anticapitalista. (Colby; Dennet, 1995, p. 90).

A partir da década de 30 Nelson Rockefeller, neto de John Rockefeller esteve à frente dos negócios da família. Como seus quatro irmãos, ele fora criado em meio a tradições batistas, “orando, decorando versículos e cantando hinos todos os dias”. Nelson Rockefeller veio a se tornar um poderoso articulador político e precursor da Guerra Psicológica na América Latina, além de ter sido o Secretário assistente de Estado para a América Latina no governo de Franklin Roosevelt. Ele foi entusiasta do desenvolvimento capitalista na América Latina, especialmente durante o programa “Point Four” do presidente Harry Truman. Sob o governo de Eisenhower ele foi a ligação pessoal do presidente com a CIA como assistente especial para a estratégia da Guerra Fria e a guerra psicológica. Assim, foi confidante/conselheiro para vários presidentes e empresários nos assuntos de inteligência da América Latina. No campo privado, expandiu os negócios de seu avô, tornando-se dono de latifúndios, bancos, minas e redes de supermercados. Para Colby e Dennett (1995),

Ele inaugurou a Guerra Fria antes mesmo dela ter sido declarada, fundindo a unidade hemisférica contra os soviéticos na Conferência Pan-Americana de 1945 e na conferência fundadora das Nações Unidas daquele ano. Seu sucesso em estabelecer as bases jurídicas para um pacto militar regional abriu caminho para a Organização dos Estados Americanos (OEA), para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e para o Tratado do Sudeste Asiático (SEATO), que se tornou a 'raison d'être' para a guerra no Vietnã. Ali estava um aliado comprovado contra os comunistas, fossem nacionais ou estrangeiros.<sup>61</sup> (1995, p. 5).

Nelson Rockefeller expressou sua preocupação em relação à influência comunista na América Latina ao presidente Franklin D. Roosevelt, pelo que foi nomeado para o recém-criado cargo de Coordenador de Assuntos Interamericanos . (Office of the Coordinator of Inter-American Affairs - OCIAA)<sup>62</sup>, em 1941. Ele acreditava também que a América Latina poderia fornecer recursos naturais e minérios necessários para a indústria bélica estadunidense (Colby, Dennett, 1995, p. 108). A princípio, a OCIAA coordenava relações comerciais e culturais entre os EUA e países da América Latina, mas logo começou a difundir propaganda anticomunista e a controlar a imprensa em toda a América, a partir dos interesses do Departamento de Defesa estadunidense. Assim, a OCIAA preencheu o vácuo que havia na América Latina em notícias e entretenimento com sua própria propaganda, produzindo notícias, desenhos políticos e filmes que retratavam a visão estadunidense dos fatos, tanto em relação a si mesma, como em relação aos governos latinoamericanos (Colby, Dennett, 1995, p. 112; Haines, 1977, p.379-380).

Coordenada por Nelson Rockefeller, então com 32 anos de idade, a principal função da OCIAA era “difundir nossa mensagem” para persuadir as nações Latino-americanas a seguirem a liderança dos Estados Unidos, em oposição aos poderes do Eixo, e integrar a economia e política americanas àquelas dos Estados Unidos em um sistema Pan Americano. Além disto, a OCIAA pretendia, com um projeto bem sucedido, prevenir revoluções na América Latina, combater agentes do Eixo e expandir o comércio dos EUA. Tudo isto deveria ser feito sem dar a impressão de que os EUA estariam interferindo de qualquer maneira com os assuntos internos das nações soberanas. Para atingir esses objetivos, Rockefeller e seus assistentes desenvolveram um

---

<sup>61</sup> “*He had launched the Cold War before it had even been declared, fusing hemispheric unity against the Soviets at the Pan American Conference in 1945 and that year’s founding conference of the United Nations. His success in laying the legal foundation for a regional military pact paved the way for the Organization of American States (OAS), for the North Atlantic Treaty Organization (NATO), and for the Southeast Asia Treaty (SEATO), which became the raison d’être for the war in Vietnam. Here was a proven ally against communist, whether homegrown or foreign*” (Colby, Dennett, 1995, p. 5).

<sup>62</sup> O Escritório de Assuntos Interamericanos foi criado para promover relações comerciais entre os EUA e as demais nações do continente americano, além de conter a propaganda alemã e italiana na região. Entre suas tarefas estava o treinamento, pelo FBI estadunidense, da polícia secreta das nações amigáveis e o incentivo dos governos a censurar propaganda nazi-fascista. Ao mesmo tempo, a América Latina foi inundada de propaganda pró-Estados Unidos. Em 1943 a CIAA tinha o orçamento de 38 milhões de dólares e 1400 funcionários (HAYNES, 1977).

programa multifacetado de persuasão ideológica, cultural e financeira. Tendo recebido o orçamento inicial de 3.5 milhões de dólares do Fundo Emergencial do Presidente, a OCIAA veio a ser, em 1942, uma agência com operações de 38 milhões de dólares (Haynes, 1977, p. 379-380)..

A figura 7, extraída dos arquivos da OCIAA, demonstra a inundação de propaganda pro-EUA na América Latina

Figura 7. Imprensa da OCIAA



Rockefeller's CIAA influence over Latin America's press during World War II was extensive.

Source: CIAA Files, U.S. National Archives.

Durante a 2ª Guerra Mundial, Nelson Rockefeller continuou à frente da OCIAA e da guerra psicológica na América Latina, fornecendo informações estratégicas e difundindo propaganda imperialista, similarmente ao que a OSS (Office of Strategic Services), fazia na Europa. As atividades da Divisão para a América Latina da OSS se restringiam a fornecer informação aos países do Eixo ao FBI e à OCIAA, para ajudar nos programas de guerra econômica e contra-inteligência, mas sempre com vistas a beneficiar as grandes corporações. A figura abaixo, extraída dos arquivos da OCIAA, demonstra a inundação de propaganda pro-EUA na América Latina

De todas as agências dos EUA, a CIAA pode ter sido a mais preparada quando a guerra realmente chegou. Em toda a América Latina, a equipe da CIAA era liderada por executivos eficientes. Já com as mãos nas alavancas do poder local, esses empresários facilitaram a transição da CIAA para operações em tempo de guerra. Mas Nelson pagou um preço pela sua prontidão. Ele já tinha adquirido a reputação de ser politicamente demasiado tímido nos seus programas econômicos, demasiado orientado para as empresas americanas e insuficientemente orientado para as necessidades econômicas dos países em que operavam. “A maioria dos problemas”, recordou um membro do pessoal da CIAA, “foram inicialmente abordados do ponto de vista empresarial. Eles refletiam o ponto de vista de que não se deve fazer nada que perturbe os negócios.” (Colby, Dennett, 1995, p. 113, tradução livre<sup>63</sup>).

Apesar de ter ocupado várias posições de destaque dentro do establishment estadunidense, o interesse principal de Nelson Rockefeller era beneficiar suas próprias operações comerciais, expandindo seus negócios para a América Latina e explorando o petróleo que supostamente existiria na bacia Amazônica. Contudo, desde Getúlio Vargas, a legislação doméstica previa que apenas empresas brasileiras poderiam extrair e refinar o petróleo brasileiro. O governo Truman, em apoio às classes dominantes dos EUA, pretendia alterar este tipo de política nacionalista em toda América Latina. As nacionalizações, como as que ocorreram no governo de Cárdenas, no México, não seriam mais toleradas. “A administração Truman estava decretando efetivamente que todas as economias,

---

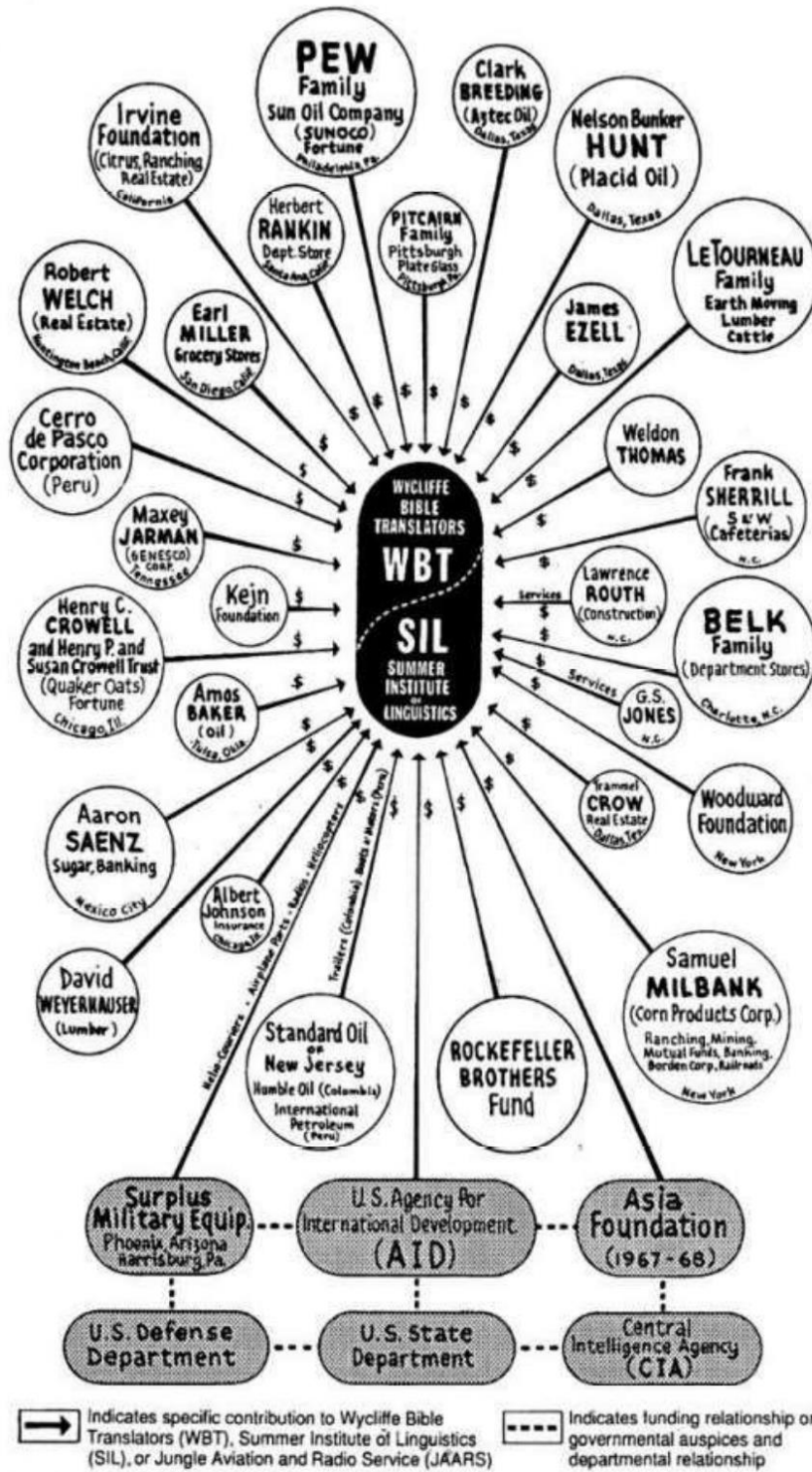
<sup>63</sup> “Of all U.S. agencies, the CIAA may have been the most prepared when war actually came. Throughout Latin America, the CIAA team was headed by efficient business executives. With their hands already on the levers of local power, such businessmen facilitated the CIAA’s transition to wartime operations. But Nelson paid a price for his readiness. He had already gained a reputation for being politically too timid in his economic programs, too oriented toward American businesses and not enough toward the economic needs of the countries in which they functioned. ‘Most problems’, one CIAA staff member remembered, ‘were approached from a business point of view at first. They reflected a viewpoint that you mustn’t do anything to disturb business.’” (Colby, p. 113).

recursos, indústrias, comércios e mercados do mundo deviam estar abertos à penetração das corporações americanas” (Colby; Dennett, 1995, p. 189).

À frente da OCIAA, Nelson Rockefeller também incentivou a realização de expedições arqueológicas financiadas pelo governo estadunidense na América Latina para colher dados e informações em costumes e mapeamento dos recursos naturais da região. A única barreira para a coleta de informações era a língua dos povos latino-americanos, pelo que Rockefeller contratou linguistas para ajudar nas expedições e pacificar os indígenas. Dentre eles, estavam muitos missionários, que haviam trabalhado na América Latina nas décadas anteriores.

O principal missionário e linguista estadunidense neste período era William Cameron Townsend. Após trabalhar por 16 anos com populações indígenas no Guatemala, Townsend fundou duas organizações missionárias, o Instituto Linguístico de Verão (Summer Institute of Linguistics – SIL), na década de 30, para treinar linguistas que catalogassem as línguas dos povos indígenas latino-americanos e, pouco tempo depois, a Wycliff Tradutores Bíblicos (Wycliffe Bible Translators – WTB), para traduzir a bíblia em todas essas línguas. Esta organização religiosa será analisada mais a fundo na sessão seguinte. A figura abaixo mostra que esta organização foi majoritariamente financiada por companhias extrativistas estadunidenses.

Figuras 8. Maiores Financiadores da SIL e da WTB



**Major Donors to SIL/WBT (includes Jungle Aviation and Radio Service [JAARS])**  
 Sources: WBT/SIL Records, Foundation Center reports, and U.S. government records.

Os milionários e bilionários estadunidenses tinham vários motivos para doar quantias expressivas a organizações religiosas. A mais evidente era esquivar-se do pagamento de alguns impostos. Mas a escolha das organizações recaía naquelas que atendiam a seus interesses mais amplos (Netto, 2022, p. 724). O impulso missionário, com raízes antigas no Destino Manifesto, era ainda latente na visão de mundo dos capitalistas estadunidenses. Assim como John D. Rockefeller tinha feito grandes contribuições às missões protestantes para expansão de seu domínio para o Oeste, a terceira geração Rockefeller continuava a exportar a ideia missionária e seus tentáculos capitalistas para além das fronteiras dos EUA (Colby; Dennett, 1995, p. 212).

Na década de 70, Nelson Rockefeller foi nomeado pelo presidente Richard Nixon para coordenar um relatório que sugerisse diretrizes para a “política dos EUA em relação à América Latina”, com especial atenção aos perigos da Teologia da Libertação (Ugalde, 1980, p. 12). Foi criada então a “Confederação Anticomunista Latino-Americana”, que denunciou o poder subversivo da Teologia da Libertação e não mediu esforços para destruir seus adeptos, porque percebeu o grande potencial de transformação das ideias marxistas aliadas ao sentimento religioso. Concluiu-se que a influência revolucionária dentro da igreja teria poder de desenvolver, em última análise, uma consciência de justiça social não apenas para os católicos, mas para todos os latino-americanos, ricos ou pobres, civis ou militares, o que não era aconselhável. (Ugalde, 1980, p. 15). A Teologia da Libertação foi duramente combatida pelos governos fascistas da América Latina com a ajuda da CIA, como demonstra Vishay Prashad (2020, p. 99-100):

Não muito depois das rumações de Nixon sobre o catolicismo, Hugo Banzer, da Bolívia, com conselhos de seu chefe de segurança nazista Klaus Barbie, instou seu Ministério do Interior a elaborar um plano contra a Teologia da Libertação. O Ministério do Interior de Banzer estava cheio de fascistas do movimento Falange da Bolívia; por vários anos, o ministério foi dirigido pelo coronel fascista Andrés Selich Chop, [...] cuja unidade executou Che Guevara em 1967. Em 1975, o ministério era dirigido por Juan Pereda Asbún, que substituiria Banzer na cadeira de ditador. Pereda trabalhou em estreita colaboração com a CIA para elaborar o que seria conhecido como o “Plano Banzer”, um ataque direto à Teologia da Libertação. A inteligência boliviana, junto à CIA e aos serviços de inteligência de 10 outros países da América Latina, começou a compilar dossiês sobre os teólogos da libertação, plantar literatura anticomunista nas igrejas para fechar e expulsar qualquer publicação progressista da Igreja e prender e expulsar padres

e freiras estrangeiros que acreditavam na Teologia da Libertação. [...] A violência se intensificaria para o assassinato. Em El Salvador, onde padres e freiras passaram a residir nas favelas, os paramilitares religiosos fascistas circularam uma convocatória simples – *haz pátria, mata um cura* (seja patriota, mate um padre).

Assim, percebe-se que o sucesso da Guerra Fria exigia não apenas armamentos para operações militares, tratados e instituições internacionais que garantissem o domínio econômico, mas também políticas e estratégias de eliminação de qualquer ideologia ameaçadora dos interesses hegemônicos dos EUA em todo o continente.

### 3.3 A Organizações religiosas na América Latina a serviço do Imperialismo Estadunidense durante a Guerra Fria

A expansão do capital-imperialismo estadunidense depois da 2ª Guerra Mundial está associada à expansão de organizações cristãs conservadoras na América Latina a partir da atividade missionária, de maneira intencional, buscando afastar os países do bloco socialista, o que Netto chama de “proselitismo hegemônico capitalista” (2022, p. 82-83). No mesmo sentido, Virginia Fontes ensina que “as pregações como as executadas pelas organizações religiosas evangélicas vindas dos Estados Unidos não poderiam deixar de assumir um caráter hegemônico afinado com os interesses do capital” (2010, p. 85). Assim,

O missionarismo é um importante componente da expansão global de manifestações religiosas oriundas dos Estados Unidos, e em menor grau da Europa, e de todo o ideário que nelas se embutiu, por vezes com a explícita intenção de utilizá-las como frentes de ação política, pelo menos após finais da década de 1940. Embora o missionarismo evangélico retroceda até o século XIX, não se podendo dizer que conserve desde sempre as mesmas características, no contexto da Guerra Fria a ação de missionários norte-americanos passa progressivamente a se articular com o movimento mundial de hegemonia cultural e econômica do seu país natal. Fato que estimulou, por exemplo, a intensificação dos tons anticomunistas e legitimadores do capitalismo do proselitismo divulgado por esses religiosos” (Netto, 2022, p. 237).

A partir de um Congresso realizado no Panamá em 1916, diversas organizações religiosas dos EUA e da Europa deliberam que a América Latina deveria ser alvo de ação missionária. Apesar de muitos missionários e igrejas independentes

terem se instalado no continente desde então, é só a partir da Guerra Fria que se intensifica a vinda de missionários para a América Latina com o apoio (direto ou indireto) do governo dos EUA e de corporações privadas, especialmente as extrativistas. Como visto na sessão acima, a religião e o trabalho missionário são vistos pela classe dominante como um dos vários meios de controlar movimentos sociais, além de possibilitar o desenvolvimento de “programas favoráveis às prioridades políticas e econômicas dos Estados Unidos” (Netto, 2022, p. 529).

### 3.3.1 O Instituto Linguístico de Verão (SIL) e sua atuação na América Latina na primeira década da Guerra Fria

Uma organização religiosa paradigmática do movimento imperialista ideológico estadunidense em relação à América Latina é o Instituto Linguístico de Verão (Summer Institute of Linguistics – SIL). Esta organização foi fundada por Cameron Townsend, um missionário estadunidense que iniciou sua carreira missionária no Guatemala, na década de 30, onde trabalhou por 16 anos em meio a povos maias. Esta população falava mais de 22 línguas e diversos outros dialetos. Townsend relata que um indígena lhe perguntou numa ocasião “se seu Deus é tão grande, por que ele não fala a minha língua?”. A partir deste dia, Townsend decidiu criar sua própria organização, focada em traduzir a bíblia para línguas não catalogadas. Com o apoio de empresários e políticos como a família Rockefeller, a SIL se tornou uma das maiores organizações missionárias do mundo<sup>64</sup> (Hallum, 1996, p.19-20).

Nos anos 40, Townsend e sua família se deslocaram para o México onde o instituto foi criado, com um nome e fachada científicos para encobrir seus interesses religiosos. Com a alegação de criar escolas bilíngues e traduzir as línguas dos povos

---

<sup>64</sup> Para Melo: “O Instituto Linguístico de Verano” dispõe de fartos recursos para aplicação em seus programas na América Latina. Embora não se conheça com precisão o volume das disponibilidades que manipula, as cifras do custeio de operações dão uma idéia aproximada de sua magnitude. Com efeito, apurou-se que, em 1981, por exemplo, foram gastos 35 milhões de dólares na movimentação daquela gigantesca engrenagem em diversos países católicos latinos. O “Verano”, em termos de pessoal ativo, é a maior missão religiosa dos Estados Unidos. Em sua órbita de ação, além da América Latina, estão ainda a Indonésia, Austrália, Nova Zelândia e Filipinas e todo o Sudeste asiático não comunista” (Melo, 1994, p. 262-263). De acordo com o site da organização, até março de 2022 a SIL participava de 1.631 projetos linguísticos ativos em 98 países. Estes projetos impactariam mais de 855 milhões de pessoas em 1.341 comunidades locais. O trabalho da SIL reuniria mais de 4.200 funcionários de 84 países que trabalham ao lado de milhares de parceiros locais e voluntários comunitários em todo o mundo. Disponível em: <https://www.sil.org/about>

indígenas isolados, Townsend recebeu apoio do governo de Manuel Cárdenas, que inclusive se tornou um amigo próximo do missionário e pagou o salário de alguns dos tradutores estadunidenses. A organização cresceu com o recrutamento de vários linguistas estadunidenses que eram treinados no México durante as férias de verão. Neste período Townsend criou também a organização “Wycliffe Bible Translation”, que mostrava a face religiosa da organização, o que atraía financiamento de igrejas e fieis estadunidenses<sup>65</sup>. Townsend declarou que a América apresentava um campo vasto para pesquisa lingüística e que seu instituto poderia treinar mais de 500 jovens linguistas em duas décadas entre as tribos indígenas das três Américas. (Colby, Dennett, 1995, p. 71). Por meio destas duas organizações, Townsend negociou contratos com vários governos latino-americanos na década de 40 e 50 para tradução das línguas nativas, mapeamento do território e pacificação de comunidades indígenas isoladas. Para tanto, recebia patrocínio de diversas corporações e o apoio do governo Para Colby e Dennett,

Os missionários americanos sempre acompanharam as empresas americanas no estrangeiro, mas o clima político na América Latina do pós-guerra deu à nova colheita de tradutores e educadores missionários de Townsend um apelo especial aos embaixadores dos EUA encarregados de garantir mercados e recursos para a economia americana. Se a tendência para a nacionalização dos recursos na América Latina fosse interrompida, o desenvolvimento econômico através de uma infusão maciça de capital dos EUA, acompanhado pela expansão da ajuda americana e de influências culturais como a representada pela SIL, era vital. (Colby, Dennett, 1995, p. 199, tradução livre)<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> “O “*Summer Institute of Linguistics (SIL)* e *Wycliffe Bible Translators (WBT)* fazem parte do mesmo grupo missionário evangélico. A WBT é quem se dirige para o público evangélico americano, recolhendo fundos, recrutando candidatos para o SIL e se apresentando como uma missão interdenominacional. O SIL, por sua vez, é quem se apresenta aos governos e às academias dos países onde atua. Para esse público os membros do SIL se apresentam como lingüistas americanistas. A legitimidade da identidade de lingüista americanista para a intelectualidade na América Latina foi seu salvo-conduto para entrar nos países por meio de convênios com os governos. A dupla identidade e, correlata a esta, a dupla estrutura institucional, foi a forma de harmonizar dois grupos de apoio à missão, ideologicamente contraditórios. Enquanto o apoio nos países da América Latina partia de intelectuais de esquerda, o apoio do público “de casa” vinha de evangélicos fundamentalistas brancos do Sul dos Estados Unidos.” (Barros, 2004, p. 3)

<sup>66</sup> “*American missionaries had Always accompanied American businesses abroad, but the political climate in postwar Latin America gave Townsend’s new crop of missionary translations and educators a special appeal to U.S. ambassadors who were charged with securiting markets and resources for the American economy. If the drift toward the nationalization of resources in Latin America was to be arrested, economic development through a massive infusion of U.S. capital, accompanied by the expansion of American aid and cultural influences such as that represented by SIL, was vital*” (Colby, Dennett, 1995, p. 199).

Depois do sucesso no México, a SIL começou a atuar em diversos outros países da América Latina, principalmente os da bacia Amazônica, Peru, Equador, Colômbia e Brasil <sup>67</sup>. A necessidade de penetração dos missionários e linguistas a regiões distantes e inóspitas fez com que, em 1955 fosse criado o “*Jungle Aviation and Radio Service*” (JAARS), um serviço de aviação a serviço de missionários. Cameron Townsend fez contato com vários políticos para conseguir o dinheiro para financiar a compra de aviões que entrariam na floresta amazônica levando tradutores e linguistas para aprender as línguas dos indígenas e traduzir a bíblia para essas línguas. Ele contactou políticos e empresários que tinham interesse em explorar a floresta amazônica. (Colby; Dennet, 1995; Lima; 1987; Stoll,1985). Ele também se aliou a evangelistas fundamentalistas (como Billy Graham), que tinham interesse de expandir o protestantismo para a América Latina, especialmente aos povos indígenas isolados, que eram considerados selvagens. Um dos slogans da SIL era “de selvagem a cidadão” (Cobly; Dennett, 1995, p. 484), como ilustram as figuras abaixo, que constam em um dos folhetos de apresentação do instituto para patrocinadores estadunidenses numa feira de 1964.

---

<sup>67</sup> “*Ninguna otra misión cristiana en la Amazonía se iguala a la red del Instituto Lingüístico de Verano. Se compone de especialistas lingüísticos, de puestos misionales vinculados a la base por aviación y radio y, con frecuencia, de sistemas de escuelas bilingües. De los cinco avances amazónicos del ILV – el primero en el Perú, luego Ecuador, Bolivia, Brasil y Colombia– el del Perú ha marcado la vida de la mayor cantidad de gente*” (Stoll, 1985, p. 148)

Figura 9 - Folheto da SIL/WBT



## MASSACRE


**I** was an unhappy savage chief. I used to cut off heads at the shoulders, then cut down the back of the head for scalping. I loved to kill — I took many heads. We went on raids. We speared, we killed, we hated . . . We set fire to the houses . . . ”

PANEL 1 23' x 10'

Chief Tariri learned from his

forefathers to hate, and kill, and shrink the heads of his enemies. He plundered and murdered in an isolated corner of the great Amazon River basin. He was consumed with hatred for neighboring tribes, and the white intruders whose occasional visits troubled the waters of the seven rivers where he ruled supreme.

Figura 10 – Folheto da SIL/WBT



**THE MESSAGE**

A broken spear on an open Book in Panel 3 epitomizes the power which stopped Chief Tariri in his cruel tracks. The impact of the Word of God in his own language penetrated the Shapra Chief's murderous heart and sharply changed the direction of his hateful life. The miraculous transformation, resulting in good works and the evangelization of fellow tribesmen, eloquently depicts the dramatic change being wrought around the world in primitive tribes where Bible translators work. The Bible translated into the mother tongue of tribesmen has unlimited power to completely alter a savage way of life.



**THE MISSION**

WYCLIFFE BIBLE TRANSLATORS, INC. is an interdenominational, non-sectarian mission devoted to sharing the Bible with minority groups (like Tariri's tribe of Peru) by translating it into their own unwritten languages. This specialized task requires scientific training.

THE SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTICS, with academic courses on three university campuses in the USA and in England, Australia, and Germany, prepares linguistic pioneers for the exacting but rewarding task of reducing unwritten languages to writing, and translating the Scriptures into them.

JUNGLE AVIATION AND RADIO SERVICE, the air arm of Wycliffe, overcomes geographic barriers to isolated tribal areas, like the prohibitive jungle fastness of Tariri's Amazonian tribe.

WYCLIFFE BIBLE TRANSLATORS, INC.  
Box 1960, Santa Ana, California, USA

68

Lima (1994, p. 66-67) aponta que a partir dos anos 60, a SIL foi denunciada por ativistas indígenas e antropólogos de adulterar a tradução da bíblia com enxertos falsos relativos ao conceito de autoridade e à supremacia de raças, para garantir maior docilidade e obediência dos povos indígenas. Ainda, foram acusados de fazer profecias de iminentes tragédias ambientais para que os indígenas abandonassem ou vendessem suas terras por preços irrisórios, em benefício de corporações multinacionais em busca de exploração de minérios e executivos do agronegócio, para criação de gado. Ainda, pairam sobre a organização acusações de cooperação com militares em repressão a guerrilhas e movimentos revolucionários, facilitando a

<sup>68</sup> Parte do folheto de divulgação da SIL – “From Savaget o Citizen”. Disponível em: <https://www.worldsfairphotos.com/nywf64/booklets/savage-to-citizen.pdf>

entrada de tropas em áreas de difícil acesso e indicando os indivíduos envolvidos em atividades revolucionárias. Ele explica que

Os missionários forneceram às tropas mapas da área de operação dos guerrilheiros de uma precisão incrível. Os militares receberam, inclusive, todos os dados sobre a composição étnica da população nativa e localização de fontes de produção, acompanhados de informações muito exatas sobre os grupos indígenas que apoiavam os guerrilheiros. Ideologicamente, as equipes missionárias do "Verano" são visceralmente anticomunistas. Sua doutrinação estabelece mesmo uma ligação entre a ação diabólica de Satanás e o comunismo ateu e materialista. A pregação religiosa faz-se paralelamente ao proselitismo político, usando os estudos lingüísticos apenas para mistificar os dois objetivos. Em verdade, o trabalho do "Verano" é sectário e nada tem de científico, servindo tão somente para confundir e descaracterizar línguas, culturas e crenças dos povos indígenas, onde quer que seja desenvolvida. Carecem, todavia, de comprovação as acusações de que a entidade seja subvencionada pela Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos. Embora as evidências sejam fartas, nada se provou de concreto até agora, conquanto necessitem também de explicação a enorme desproporção entre o dinheiro gasto pelo "Verano" para sustentar a sua gigantesca máquina e os modestos recursos obtidos com a simples venda da Bíblia em dialetos estranhos. (Lima, 1994, p.67)

No mesmo sentido, Hallum (1987) afirma que

Membros do Instituto Linguístico de Verão realizaram tarefas humanitárias nas terras altas da Guatemala sob direção militar na década de 1980, como parte da campanha para pacificar os campesinos recrutados pelos guerrilheiros. Os linguistas do SIL foram, de fato, essenciais para a implementação de objetivos militares num país que fala vinte e duas línguas. Como explicou um desses missionários: "Conhecíamos a língua e por isso fomos transportados de helicóptero... éramos uma ponte entre os militares e o povo." Rios Montt era visto como um "irmão na fé"; não importava o fato de que os seus soldados conduziam uma campanha implacável de "terra arrasada", queimando mais de quatrocentas aldeias e matando milhares de supostos contra-insurgentes. Os sobreviventes desta onda de terrorismo, que foi mais intensa em 1982, foram então reassentados em "aldeias modelo" como parte da estratégia de pacificação (Hallum, 1987, p. 21-22, tradução livre)<sup>69</sup>.

Outras denúncias envolvem o apagamento da cultura dos povos evangelizados, como denunciou a antropóloga americana Laurie Hart, em um artigo de 1973 intitulado "História dos Tradutores Wycliffe: Pacificando as Últimas Fronteiras.", em que ela acusa a SIL de neocolonialismo, já que a estratégia da

<sup>69</sup> "Members of the Summer Institute of Linguistics conducted humanitarian tasks in the Guatemalan highlands under military direction in the 1980s as part of the campaign to pacify villagers being recruited by guerrillas. The SIL scholars were, in fact, essential to implementing military goals in a country with twenty- two spoken languages. As one such missionary explained, "We knew the language and so we were helicoptered in ... we were a bridge between the military and the people."7 Rios Montt was seen as a "brother in the faith"; never mind the fact that his soldiers were conducting a ruthless "scorched earth" campaign of burning over four hundred villages and killing thousands of suspected counterinsurgents. Survivors of this wave of terrorism, which was most intense in 1982, were then resettled in "model villages" as part of the pacification strategy". (Hallum, 1987, p. 21-22)

organização seria de “desculturalizar” os povos indígenas para que pudessem ser reconstituídos como cidadãos da cultura dominante (apud Aldridge, 2019). Lima também entende que as missões protestantes como a SIL não se prestam apenas a evangelizar os povos “não alcançados” mas buscam “introjetar no pensamento indígena valores característicos do *“american way of life”*. Estes mecanismos de dominação ideológica são profundamente disruptivos à ordem tribal. (p.148) e, em muitas vezes, etnocida. A SIL também foi acusada de enfraquecer as autoridades tradicionais dos líderes indígenas e substituí-las por um indígena convertido ao cristianismo. (Aldridge, 2019; Colby e Dennett, 1994). Na obra intitulada *“Pescadores de hombres o fundadores de império? El Instituto Lingüístico de Verano en America Latina”* (2005), David Stoll analisa a fundo esta organização em cada uma de suas filiais na América Latina, avaliando que

Num seminário, cientistas sociais e estudantes confrontam John Alsop, diretor da filial, com a acusação de que o SIL é “o principal instrumento de penetração imperialista e ideológica que procura dividir as comunidades indígenas... para controlar politicamente o país”. . [...] A Aliança queria que o SIL fosse expulso como parte da sua campanha pela educação bicultural não alienante. Vários conselhos supremos – Otomi, Tlahuica, Matlatzinca, Mazahua – também exigiram a expulsão, alegando que o Instituto era divisionista e etnocida (Stoll, 2005, p.352, tradução livre<sup>70</sup>).

Analisando diretamente documentos confidenciais parcialmente disponibilizados pela CIA, Rodrigo Netto (2022, p. 238-239) aponta ainda para várias evidências do envolvimento desta agência com a SIL. Ele cita que entre os documentos da CIA aparece um artigo de Bill Wallace, que descreve como a SIL funcionava como uma fachada para operações de espionagem, que seus linguistas colaboravam com a coleta de informações sobre movimentação suspeita de insurgência, além de facilitar a exploração de riquezas das terras indígenas ilegalmente. Ele descreve ainda outros artigos da revista *“Studies In Intelligence”* que aparecem nos arquivos da CIA, em que dois missionários da SIL são citados como exemplos de agentes de inteligência treinados para realizar atividades no exterior.

---

<sup>70</sup> “En un seminario, científicos sociales y estudiantes enfrentan a John Alsop, director de la filial, con la acusación de que el ILV es «el principal instrumento de penetración imperialista e ideológica que pretende dividir a las comunidades indígenas... para controlar políticamente al país». [...] La Alianza quería que el ILV fuera expulsado como parte de su campaña en pro de una educación bicultural no alienante. Varios consejos supremos –Otomi, Tlahuica, Matlatzinca, Mazahua– exigían también la expulsión, alegando que el Instituto era divisionista y etnocida” (Stoll, 2005, p.352).

A partir das diversas denúncias de envolvimento da CIA com organizações religiosas, esta agência foi forçada a emitir uma declaração, em fevereiro de 1976, em que se comprometia a não contratar nem pagar jornalistas e missionários protestantes para operações de inteligência e contrainsurgência (anexo 2). Este compromisso não se estenderia, no entanto, a missionários e jornalistas de outras nacionalidades ou àqueles que quisessem prestar informações voluntariamente<sup>71</sup>. Os anexos 2, 3 e 4 se referem a matérias jornalísticas arquivadas pela própria CIA denunciando o envolvimento da agência com missionários na América Latina. O anexo 5 é um pedido elaborado pela Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana dos EUA ao Presidente George Bush para que a CIA deixe de contratar missionários para suas operações, tanto estadunidenses quanto de outras nacionalidades, nem para qualquer objetivo de política externa.

Matthew Avery Sutton (2019), no livro “Double Crossed – the missionaries who spied for the United States during the second world war” analisa a relação estreita que uniu missionários e a OSS durante a 2ª Guerra Mundial. Ele investiga mais particularmente o percurso de dois missionários estadunidenses, William Alfred Eddy e Stephen Penrose, e que vieram a ser agentes secretos durante a 2ª Guerra Mundial e foram depois integrados ao Departamento de Estado, quando a guerra acabou e a OSS foi extinta. No último capítulo do livro, Sutton demonstra que a CIA, sucessora da OSS, continuou a utilizar mão de obra religiosa para atingir seus objetivos, agora em tempo de paz, durante a Guerra Fria.

Por fim, cabe ressaltar que, de maneira geral, os missionários foram instrumentalizados para pacificar os povos oprimidos ao mesmo tempo em que disseminavam sua religião sem possuírem plena consciência das estratégias elaboradas e dos interesses capitalistas a que serviram. Sobre o tema, advoga Anne Hallum (1987, p. 26) que a maioria missionários que ela entrevistou para sua pesquisa eram “politicamente ingênuos”, desinformados sobre a política hemisférica, alienados tanto da cultura doméstica quanto da cultura estrangeira, tornando-os suscetíveis de

---

<sup>71</sup> CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. General CIA Records. *The cia has had relationships with individuals in many walks of American life. These relationships, many of a voluntary and unpaid nature, have reflected the desire of Americans to help their country.* Document Number (FOIA) / ESDN (CREST): CIA–CIA-RDP88-01315R000300090044-5. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP88-01315R000300090044-5.pdf> Acesso em 24.06.2024

manipulação por parte dos governos e por seus líderes organizacionais, que “têm agendas políticas que não são amplamente compreendidas pelas tropas missionárias”. Assim, ela afirma, “é fácil para os missionários de campo tornarem-se peões nas lutas pelo poder político”, o que ela considera ser uma “inocência culpável”.

A partir das análises sobre o funcionamento da ideologia, no capítulo 2 desta dissertação, pode-se concluir que os missionários são eles mesmos sujeitos à constituição ideológica inconsciente, reproduzindo valores, práticas, desejos e opiniões que lhe foram inculcados desde a infância pelos Aparelhos Ideológicos do Estado – família, escola, religião, notícias, partidos políticos e outras instituições públicas e privadas – para corresponderem aos interesses da classe dominante. A partir de sua atuação na sociedade, continuam a reproduzir a ideologia que dá suporte à manutenção e expansão do modo de produção capitalista em sua fase imperialista.

#### 3.4.2 Pentecostalismo e Ideologia Capitalista

A miséria da classe trabalhadora é, ao mesmo tempo, necessária à exploração capitalista, porém um estopim para a organização de uma revolta contra a classe dominante. De fato, como demonstra a teoria marxistas da dependência<sup>72</sup>, o subdesenvolvimento das nações periféricas é o elemento estrutural da expansão do capitalismo e do desenvolvimento das nações centrais. Assim, não existe interesse da classe dominante em resolver o problema da pobreza, mas apenas em gerenciá-la, por meio de pequenas concessões que garantam a pacificação social. Em outras palavras, é necessário que a força de trabalho seja fraca e disciplinada para que não se organize em prol de sua libertação. O imperialismo, portanto, depende de uma estratégia não apenas econômica e política, mas também ideológica de controle dos

---

<sup>72</sup> Rui Mauro Marini afirma que “De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações. Verifica-se aqui o mesmo fenômeno que se observa no interior das economias industriais: o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida que começam a jogar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação [...] Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. E nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana.” (Marini, 2017, p. 331 e 336).

trabalhadores explorados do Sul global. Neste sentido, a religião e a ajuda humanitária (muitas vezes combinadas) são duas frentes utilizadas pela burguesia para pacificar os trabalhadores, possibilitando a manutenção e expansão do modo de produção capitalista globalmente. Sobre o tema, afirma Sara Diamond que,

A “ajuda humanitária” e as “operações psicológicas” são duas áreas de “guerra total” onde a Direita Cristã serve melhor os objetivos da política externa dos EUA. Agindo como benfeitores “privados” ou como agentes do governo dos EUA, os fornecedores “humanitários” da Direita Cristã e promotores da ideologia anticomunista usam a religião para mascarar a natureza agressiva e cínica dos projetos “humanitários”. Disfarçada de evangelismo missionário, a componente da “guerra espiritual” da contra-insurgência escapa à atenção séria dos ativistas anti-intervenção que estão justificadamente preocupados em impedir formas mais massivas e diretas de militarismo dos EUA. É duvidoso, contudo, que a contra-insurgência possa ser eficaz sem o uso da religião. Como a condução de “operações psicológicas” depende da interpretação e manipulação bem-sucedidas das crenças e práticas culturais profundamente arraigadas de uma população-alvo, o uso funcional da religião simplesmente deve ser abordado por qualquer pessoa que pretenda compreender e pôr fim à “operação total” de guerra<sup>73</sup> (Diamond, 1990, p.162, tradução livre).

Mais especificamente sobre a ajuda humanitária como estratégia de controle das populações vulneráveis, Anne Hallum entende que

A pacificação refere-se geralmente a tentativas de controlar e possivelmente conquistar comunidades rurais através da distribuição de assistência humanitária (principalmente alimentos, roupas e medicamentos) no contexto de conflitos de contra-insurgência. A pacificação é frequentemente descrita como “conquistar corações e mentes”. Estabilização é o termo que a AID [a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional] utiliza para designar os seus esforços para apoiar governos economicamente aliados no terceiro mundo. . . . Nem a estabilização nem a pacificação podem ser corretamente rotuladas como uma estratégia de desenvolvimento. São estratégias para controlar crises políticas e econômicas. (Hallum, 1987, p. 21, tradução livre<sup>74</sup>)

---

<sup>73</sup> “Humanitarian aid” and “psychological operations” are two areas of “total war” where the Christian Right serves U.S. foreign policy objectives best. Acting either as “private” benefactors or as agents of the U.S. government, Christian Right “humanitarian” suppliers and promoters of anti-communist ideology use religion to mask the aggressive, cynical nature of “humanitarian” projects. Cloaked as missionary evangelism, the “spiritual warfare” component of counterinsurgency escapes serious attention by anti-intervention activists who are justifiably preoccupied with stopping more massive, direct forms of U.S. militarism. It is doubtful, however, that counterinsurgency could be effective without the use of religion. Because the conduct of “psychological operations” relies on the successful interpretation and manipulation of a target population’s deeply held beliefs and cultural practices, the functional use of religion simply must be addressed by anyone intending to understand and put an end to “total warfare.” (Diamond, 1990, p. 162)

<sup>74</sup> “Pacification usually refers to attempts to control and possibly win over rural communities through the distribution of humanitarian assistance (mainly food, clothes, and medicine) in the context of counterinsurgency conflicts. Pacification is often described as ‘winning hearts and minds’. Stabilization is the term AID [the U.S. Agency for International Development] uses for its efforts to prop up economically allied governments in the third world. . . . Neither stabilization nor pacification can rightly be labeled a development strategy. They are strategies to control political and economic crises.” (Hallum, 1987, p. 21)

De fato, a Igreja Protestante dos Estados Unidos tinha clareza sobre a necessidade de conter o avanço do comunismo dentre a classe trabalhadora mais precarizada através da religião e da ajuda internacional, sem as quais ela sucumbiria fatalmente à esperança da revolução socialista. Como ilustra Netto (2022, p. 136),

Neste espírito, o batista Edwin T. Dahberlg, líder do National Council of Churches, maior organização religiosa e ecumênica dos Estados Unidos [...] pediu às autoridades “respostas ousadas e criativas” em ações pela paz para lidar com a ameaça vermelha, a exemplo do que já era feito no campo militar. Sem precisar no que consistiria tal “resposta não militar”, o pastor, entretanto, dizia-se convencido de que ela deveria privilegiar a religião, assim propondo o lançamento de uma “arma do espírito”. Esse petardo místico seria materializado com o apoio de recursos públicos e privados para concessão de auxílios internacionais. [...] Essa arma espiritual surtiria efeito onde o chumbo era incapaz de fazer qualquer estrago: a miséria, “solo fértil” para a “semente revolucionária”, causadora de um “clima global” favorável a tempestades revolucionárias, conjuntura que apenas poderia ser modificada pelo “amor de Deus e do homem”, acompanhado por ações de “piedade e compaixão” (Netto, 2022, p. 136).

A partir da segunda metade do século XX, a classe trabalhadora industrial urbana cresce e começa a se organizar contra os abusos do capital, assim como os camponeses e estudantes, em torno de projetos emancipatórios e nacionalistas, por toda a América Latina. Havia, neste período, a percepção de que o imperialismo estadunidense era um entrave ao desenvolvimento econômico nacional. Para Netto, “o fato de a classe trabalhadora no Brasil estar se organizando e questionando o imperialismo coincidiu com o envio, por parte dos EUA, de muitos missionários, a partir da década de 50 (2022, p. 97)” e ainda que “a religião em fins da década de 1950 passava a ser considerada mais seriamente pela classe dominante norte-americana como excelente artifício para apaziguar miseráveis e mantê-los sob sua influência” (idem, p. 137).

Assim, várias missões transdenominacionais<sup>75</sup> desembarcaram no Brasil neste período<sup>76</sup>, como a “Missão Novas Tribos”, em 1946; a “Jovens com uma Missão (JOCUM)”, em 1950; a Aliança Bíblica Universitária (ABU), em 1957; o Instituto Linguístico de Verão (SIL), em 1956. São as chamadas “*faith missions*” (missões de fé), que são organizações sediadas nos EUA, não tem relação com uma denominação específica, e são mantidas principalmente por grandes corporações multinacionais. Ligadas a outras entidades cristãs e conservadoras, são portanto, pró-Estados- Unidos, anticomunistas e propagam não apenas a fé cristã, mas também o “*american way of life*” e o capitalismo. Sua pregação é claramente direcionada ao individualismo (e não ao coletivismo), uma religiosidade desvinculada de preocupações político-sociais, já que o reino de Deus é visto como uma realidade meramente futura e pouco ou nada há a se fazer nesta realidade (Lima, 1987).

Paralelamente, crescem em meio aos centros urbanos as denominações pentecostais, como a Assembleia de Deus, a Igreja do Evangelho Quadrangular e a Congregação Cristã do Brasil, que ofereciam alívio para as inquietações emocionais dos trabalhadores, bem como um sistema de apoio material. A religião oferece também uma alternativa à organização política, pois desloca o foco da transformação da realidade concreta para a satisfação de necessidades apenas na vida após a morte, condicionada à obediência e submissão à ordem e às autoridades constituídas por Deus. Neste sentido, ensina Netto que

A expansão de entidades evangélicas provindas dos Estados Unidos no Brasil da segunda metade do século XX representou um reforço da hegemonia burguesa, satisfazendo o crescente ímpeto expropriador e extrator de mais valia capital-imperialista ao produzir uma multidão de trabalhadores organizados em torno delas, associações não apenas nulas do ponto de vista do enfrentamento das desigualdades econômicas, mas também capazes de neles inculcar um respeito literalmente religioso pelos fundamentos do modo de produção capitalista. Contribuiu, portanto, para o esvaziamento de órgãos representativos dos interesses concretos da classe trabalhadora e para a produção de vasto estoque de força de trabalho precarizada e adestrada para servir à crescente demanda de valorização do

---

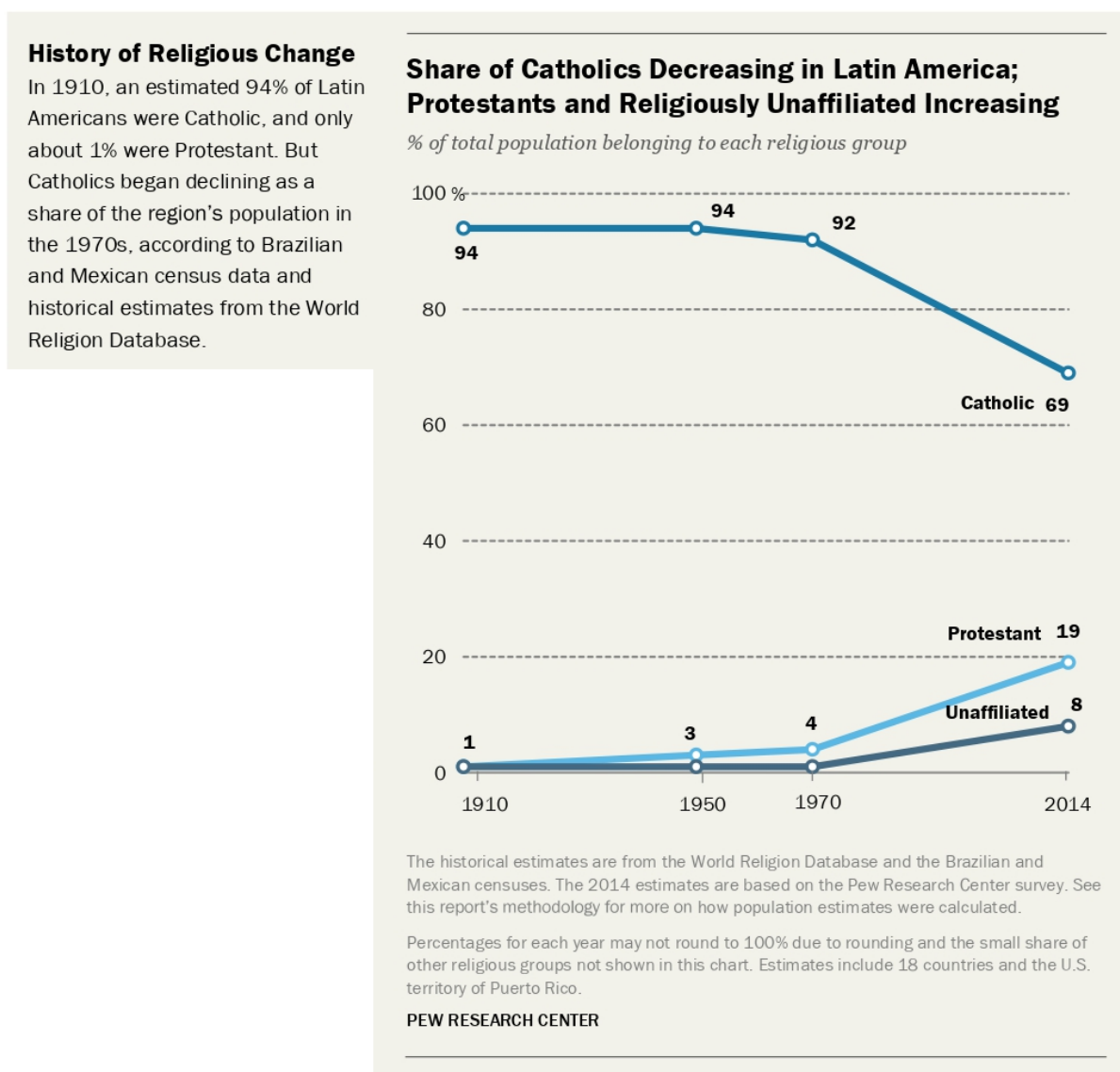
<sup>75</sup> “Em termos numéricos, dados do National Council of Churches [...] estimam que dos 32 mil missionários norte-americanos em ação no mundo em 1982, 2.337, aproximadamente 7,3% atuavam no Brasil, divididos em 142 missões. Segundo o SNI, os estados mais contemplados seriam São Paulo, com 522 missionários, Paraná, com 214, Minas Gerais, com 173, Pará, com 161; Amazonas, com 156 e Goiás, com 130. Os números constam em documento de 1988, que dizia estarem a maioria desses missionários articulados em torno de “missões de fé”, ou seja, entidades interdenominacionais, ‘que, organizadas empresarialmente, canalizam imensos recursos para os missionários’. Ainda, segundo o Serviço, tais grupos preocupavam sobretudo a Igreja Católica, que via seu público encolher, mas também as igrejas não católicas mais antigas, como a Luterana, a Presbiteriana e a Metodista” (Netto, 2022, p. 530).

<sup>76</sup> HOLLAND, Clifton L. Chronology of Protestant Beginnings: Brazil. Disponível em: <https://www.ranchocolibri.net/prolades/cra/regions/sam/reldirsa2.htm> Acesso em 05.07.2024.

capital no quadro global delineado no pós-Segunda Guerra. Tudo para a glória do reino do capital, que se quer crescentemente sem barreiras e de fato universal.” (Netto, 2022, p. 120)

Estas duas frentes de expansão do protestantismo culminam no crescimento vertiginoso da população evangélica a partir da década de 70, como demonstra a figura abaixo.

Figura 11: Expansão do Protestantismo na América Latina em relação às demais religiões<sup>77</sup>



<sup>77</sup> Fonte: Pew Research Center. 2014. Religion in Latin America: Widespread Change in a Historically Catholic Region. Disponível em <https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/7/2014/11/Religion-in-Latin-America-11-12-PM-full-PDF.pdf>. Acesso em 05.07.2024.

Como visto no capítulo 2, na cosmovisão protestante, derivada do puritanismo inglês e seu separatismo, as questões sociais são desvinculadas do campo político-econômico e localizadas unicamente no campo da moral. Ou seja, os problemas do mundo são derivados do pecado humano e sua imoralidade. Logo, a solução para toda e qualquer mazela social é a pregação do Evangelho que leva à transformação total (ou pelo menos gradual) do indivíduo, que eventualmente garante famílias saudáveis, instituições éticas e finalmente uma sociedade perfeita. Para atingir estes objetivos, o cristão deve focar na santificação, por meio da oração, leitura da Bíblia, frequência aos cultos e atividades da congregação, além de pregar e converter os perdidos e ajudar os necessitados. Ainda que a pregação evangélica critique a ganância e o consumismo do sistema capitalista, a denúncia se limita ao nível moral individual. Não há espaço para questionar o próprio sistema capitalista como causa da pobreza e da violência. Antes, o capitalismo é considerado justo e natural, quase divino, ao passo em que o movimento progressista é considerado imoral e o socialismo demoníaco. Para Lima,

Grande parte dos missionários procedentes dos Estados Unidos pertencentes a grupos fundamentalistas ou a seitas cometem, todavia, o grave erro de equiparar o americanismo ao cristianismo, forçando a absorção do american way of life, virtualmente obrigando as pessoas a adotarem os padrões institucionais em voga na América do Norte. É comum, assim, a identificação fácil de um paralelismo entre a pregação daqueles missionários e o discurso político americano, especialmente o anticomunismo, caracterizados o Oeste - o Ocidente - como o bem e o Leste – a União Soviética e satélites - como o mal. Omite-se a divisão do mundo entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, isto é, ignora-se a existência do Terceiro Mundo. (Lima, 1987, p, 160-161)

Assim, percebe-se que a ideologia capitalista, aliada à cosmovisão protestante foi uma arma psicológica muito eficiente que barrou o avanço da organização e luta da classe trabalhadora contra sua exploração e garantiu a pacificação dos trabalhadores em torno de esperanças morais e futuras. É interessante notar, dentre os acadêmicos e missiólogos cristãos, a consternação quanto à disparidade entre o crescimento da igreja evangélica no Brasil e a continuidade dos problemas sociais e morais, em especial a corrupção e a pobreza<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> A obra intitulada “*The Reshaping of Mission in Latin America*” (2015), organizada por um dos maiores missiólogos cristãos da atualidade, o Dr. Miguel Alvarez, que reúne dezenas de teólogos, missionários e líderes envolvidos com a evangelização da América Latina, destaca que um dos motivos do livro é compreender as causas deste fenômeno tão misterioso. Ele afirma que “*One difficult issue to be resolved by Latin American Christian movements, particularly among Evangelicals and Pentecostals, is*

As explicações para esta contradição evidente são interessantes e variadas, e vão desde uma autocrítica em relação à falta de comprometimento dos próprios cristãos (os chamados “crentes esquentando o banco”, ou seja, cuja religiosidade não passa da porta da igreja), da baixa inserção social das próprias instituições religiosas (o que se denomina frequentemente como “igrejas autocentradas”) ou até explicações metafísicas, como o fim dos tempos e a atuação de demônios na política e na sociedade.

De qualquer maneira, o próprio sistema capitalista fica sempre ileso de crítica, pelo contrário, a partir dos anos 1990, com a chegada no Brasil da “teologia da prosperidade<sup>79</sup>” e a criação das igrejas neo-pentecostais, o sentimento de individualismo foi acentuado, a riqueza material passou a ser considerada não só como benção divina, mas como objetivo de vida. Temas como empreendedorismo, resiliência e positividade como meios de atingir sucesso fazem parte da pregação corriqueira de grande parte das igrejas protestantes, agravando ainda mais o obscurantismo de grande parte da população quanto às reais causas dos problemas globais, locais e inclusive do seu próprio sofrimento.

Cabe ressaltar, no entanto, que as comunidades religiosas são espaços complexos e não se limitam ao seu papel ideológico de garantir a dominação e a pacificação. As comunidades fornecem laços de solidariedade e sensação de propósito e sentido. De fato, muitos pensadores marxistas se propuseram a discutir o fenômeno e o sentimento religioso para além de sua função tipicamente instrumental de manutenção da ordem posta, mas compreender sua força revolucionária. A análise mais aprofundada de movimentos sociais que tiveram a religião como força propulsora levou diversos intelectuais e militantes a questionarem se de fato a religião teria

---

*the imbalance between numerical growth and human transformation. For most writers of this volume this imbalance does not represent the best interests of the gospel as presented in the Scriptures. 1Even in the most evangelized nations, such as Guatemala, poverty, corruption and other social evils remain unresolved. The churches have invested significant energy in social work but social evils remain defiant. Even so, contemporary scholarship is also investing lots of energy in researching the causes and solutions of this phenomenon. Those who are looking at the future see the 21st century as the time of hope, when the churches will be able to engage in social action with serious responsibility, for they also have a part to play in the solution to the social evils that affect Latin American society”.*

<sup>79</sup> A teologia da prosperidade é uma corrente doutrinária originária dos Estados Unidos na década de 1950, que chegou ao Brasil por volta dos anos 1970, e que apregoa que a benção divina significa benção material. A ênfase, portanto, na riqueza e nos bens materiais, bem como na saúde física e emocional, decorre da percepção de que se o cristão cumprir com todas as ordenações bíblicas, Deus seria obrigado a cumprir sua parte do contrato, abençoando esta pessoa em todas as áreas de sua vida. A pobreza e as aflições físicas e emocionais seriam resultado do pecado e na desobediência à Palavra de Deus. No Brasil esta ideia culminou no desenvolvimento do movimento neopentecostal, cujo expoente mais conhecido é a igreja Universal do Reino de Deus, fundada pelo pastor Edir Macedo.

apenas a função de alívio para a dor da opressão e se sua abolição seria realmente imprescindível à felicidade do povo. Ou se, ao contrário, a religião poderia contribuir com a construção de um mundo “com coração”, conferindo significado à resistência popular e esperança de transformações estruturais e definitivas, ainda neste mundo – e não apenas no próximo (Ugalde, 1980).

Carlos Mariátegui (1925) por exemplo, relaciona a crença religiosa e a crença revolucionária, postulando que o homem é um animal metafísico, que precisa de um significado, um mito, uma fé, uma esperança, de eternidade, o que nem a razão nem a ciência suprem. A crença superior e a esperança sobre-humana é o que move o homem a grandes realizações na história. “É preciso propor-lhe uma fé, um mito e uma ação”, assevera. “A força dos revolucionários não está baseada em sua ciência, mas sim em sua crença, sua paixão, seu desejo. É uma força religiosa, mística, espiritual”. E ainda: “a emoção revolucionária é uma emoção religiosa. As motivações religiosas se mudaram do céu para a terra. Não são mais divinas, mas sim humanas e sociais”. No mesmo sentido, Ernest Bloch, conhecido como o “teólogo da revolução”, afirma que a religião é “uma das formas mais significativas de consciência utópica, uma das expressões mais ricas do princípio da esperança ” (citado por Lowy, 2007<sup>80</sup>).

Contudo, em que pese a possibilidade de que a religião e a solidariedade entre a comunidade religiosa sejam fonte de insurgência contra a injustiça e a opressão, no caso da América Latina pudemos perceber que a o Protestantismo foi uma arma poderosa a serviço dos interesses capitalistas estadunidenses, tanto para expandir sua influência quanto para pacificar a classe trabalhadora. Ainda hoje são evidentes o alcance deste projeto ideológico, quando se percebe o enfraquecimento paulatino dos movimentos sociais, sindicatos e partidos progressistas, que não conseguem mobilizar a população em torno de projetos emancipatórios nem conter o avanço da ideologia neoliberal e neofascista no nosso continente.

---

<sup>80</sup> “Ernst Bloch é o primeiro autor marxista que trocou radicalmente a estrutura teórica –sem abandonar a perspectiva marxista e revolucionária. De forma similar a Engels, distinguiu duas correntes sociais opostas: por um lado, a religião teocrática das Igrejas oficiais, ópio dos povos, um aparelho mistificador a serviço dos capitalistas; pelo outro, a secreta, subversiva e herética religião dos albigenses, husitas, de Joaquim de Flores, Thomas Münzer, Franz von Baader, Wilhelm Weitling e Leon Tolstoi. Entretanto, distintamente de Engels, Bloch negou-se a ver a religião unicamente como um “manto” de interesses de classe: criticou expressamente esta concepção. [...] . Através de sua capacidade de antecipação criativa, a escatologia judaico-cristã – universo religioso favorito de Bloch– contribui a dar forma ao espaço imaginário do ainda não-existente” (Lowy, 2007, p. 310)

### 3.4 Conclusões do Capítulo

Este capítulo procurou demonstrar que houve uma articulação entre o governo dos EUA e suas agências, membros das elites à frente de corporações e organizações religiosas em um projeto organizado para conter o avanço do socialismo, através inclusive da atuação religiosa. Para tanto, foram criados fóruns, conselhos, comissões e outros espaços para discutir e elaborar as estratégias para difusão do anticomunismo e da ideologia pró-capitalismo e pró- Estados Unidos, tudo de maneira a assegurar a expansão do capital e manutenção do domínio capitalista e da hegemonia estadunidense. Rodrigo Netto sintetiza a atuação conjunta dessas forças, nos seguintes termos:

“Um conjunto de organizações que se transformam e se sucedem, adquirindo novos traços ideológicos e métodos de ação com o passar dos anos, mas sempre representando no plano ideológico um projeto de dominação capitalista arquitetado sobretudo nos limites geográficos norte-americanos. Suas linhas gerais são o anticomunismo e a apologia ao sistema de livre mercado, através da aproximação retórica entre a democracia burguesa e as liberdades de empreendimento e de culto, negadas pelo planejamento econômico socialista e sua cultura ateísta, e o ocultamento da exploração do trabalho enquanto origem das mazelas sociais, para elas prescrevendo soluções espirituais e caritativas” (2022, p. 164).

As organizações religiosas protestantes que vieram para a América Latina fizeram parte, conscientemente ou não, deste grande projeto de expansão do lucro e do domínio capitalista, mascarando as verdadeiras causas do sofrimento da classe trabalhadora. Ainda, ao disciplinarem os trabalhadores para não se oporem às autoridades constituídas, obedecer e suportar o sofrimento, aguardando o galardão dos céus, colaboraram para a formatação de um indivíduo perfeitamente adaptado para se sujeitar pacificamente à exploração capitalista, que é o objetivo do imperialismo em sua dimensão ideológica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pela temática desta dissertação surgiu, em primeiro lugar, da vontade de compreender de onde vinha a arraigada antipatia dos trabalhadores mais precarizados por tudo que remete ao comunismo e à esquerda, apesar de todas as conquistas do movimento comunista para a classe operária no século XX. Também me causava espanto o fato de o sistema capitalista ter alçado o patamar de inquestionável pela maioria esmagadora da população.

Dentro do movimento evangélico, esta característica é ainda mais grave, já que o capitalismo é considerado sagrado e qualquer teoria crítica, profana. As supostas soluções para os problemas sociais não levam em consideração a estrutura de produção, circulação e acumulação de riquezas, mas repousam unicamente sobre questões morais e individuais, dos cidadãos e dos governantes. A ordem de amar o próximo se resume a uma solidariedade superficial, que não alcança as causas coletivas das mazelas do povo. Nos últimos anos, a adaptação rápida da igreja evangélica aos princípios do neoliberalismo (como o empreendedorismo e a disciplina pessoal) para alcançar metas materiais e espirituais, bem como a inundação de um discurso claramente fascista, demonstram que esta parcela da população é ainda mais permeável à ideologia do capital do que religiosos de matrizes não ocidentais e pessoas não religiosas.

Meu interesse, portanto, era investigar se o anticomunismo dentro do movimento evangélico teria surgido espontaneamente ou teria sido deliberadamente implantado pela atuação imperialista dos Estados Unidos na América Latina durante a Guerra Fria. Em leituras acerca da Guerra Psicológica e da propaganda capitalista, me impressionou a análise minuciosa da autora Frances Slanders acerca da atuação da CIA e do Congresso pela Liberdade Cultural no sentido de difundir a ideologia do capital no setor cultural (literatura, teatro, música, cinema), a fim de conter a expansão da ideologia comunista na Europa. Outros autores demonstram que esta atuação também ocorreu em outros setores, como a produção acadêmica, inclusive dentro do marxismo, formulando e financiando teorias que fossem críticas porém estéreis para produzir verdadeiras transformações sociais (com Gabriel Rockhill e Jennifer Ponce de León). Há ainda diversos teóricos que tratam da atuação imperialista ideológica dos Estados Unidos nos meios de comunicação para produção de consenso (como

Noam Chomsky e Michael Parenti). Minha ideia era traçar esse mesmo paralelo entre a atuação da CIA e a atuação de agências missionárias.

Para tanto, decidi primeiramente estudar o fenômeno complexo e ricamente analisado do imperialismo. Os desafios já nesse ponto foram vários, porque existem inúmeros autores marxistas que explicam o imperialismo sobre várias óticas e correntes, a depender do objeto. Em geral as análises me pareceram mais focadas em questões econômicas e políticas, mas pouco se discute, dentro da teoria do imperialismo, sobre a ideologia e seu papel na formatação da subjetividade do trabalhador para atender aos interesses da expansão do capital.

Passei então ao estudo da ideologia, que também é ricamente analisada por diversos autores marxistas (e antimarxistas). Conclui que a ideologia do capital é como a água em que o peixe vive mas não nota. É a linguagem comum aos membros de determinada sociedade, que interpela e nomeia os sujeitos, os fenômenos e as causas das disfunções, de maneira a adaptar os trabalhadores a suportar a opressão. Esta internalização das normas úteis ao modo de produção capitalista é realizada através dos Aparelhos Ideológicos de Estado, ou seja, a escola, a igreja, a família, a mídia, os partidos políticos, a cultura, etc.

Os Estados Unidos, à frente do imperialismo desde a 2ª Guerra Mundial, lideram e direcionam o imperialismo em consonância com os interesses de suas classes capitalistas. As instituições internacionais criadas a partir da metade do século XX atuam deliberada ou involuntariamente na promoção de uma narrativa e visão de mundo que naturalizam as relações de exploração e garantem uma sociedade global apassivada e receptiva ao domínio estadunidense e à manutenção de um suposto equilíbrio e estabilidade por meio de uma ordem internacional hegemônica pelos valores estadunidenses, que na realidade solidificam em nível internacional a manutenção da inércia da classe trabalhadora contra a opressão.

Para compreender as bases principiológicas da hegemonia estadunidense, voltei às origens religiosas da formação da nação e analisei os princípios que nortearam a construção da identidade e do seu comportamento em relação às demais nações. A teoria marxista da religião explica este complexo fenômeno social, a partir da percepção de que a religião não desce do céu à terra, mas deriva do modo de produção e geralmente se presta a conservar o modo de produção que lhe deu origem. Mas como todo fenômeno social, a religião não é estanque, ela sofre transformações e também transforma.

Percebi, no entanto, que as organizações evangélicas tinham uma atuação mais orgânica e com interesses mais difusos e não atuam em absoluta consonância aos interesses de dominação capitalistas. No âmbito das lideranças protestantes é mais fácil de identificar a conversão de interesses na manutenção do capitalismo para manutenção dos privilégios da estrutura que fundamenta a religião. No nível dos missionários, contudo, parece ser menos deliberada e mais ingênua a ação política e mesmo “apolítica” dos religiosos que atuam junto aos trabalhadores e povos originários. Os missionários são eles mesmos constituídos dentro da ideologia do capital e embora seus interesses sejam muitas vezes legítimos e altruístas, o resultado é a transmissão de uma ideologia nefasta para os trabalhadores. Talvez a maior dificuldade desta pesquisa tenha sido identificar e recortar exemplos que ilustrem a relação direta e evidente entre os interesses das classes capitalistas e os interesses das organizações religiosas, talvez porque essa relação não seja tão clara, mas seja muito profunda e encoberta por muitos séculos de conformação ideológica.

Embora existam debates riquíssimos acerca do imperialismo, grandes pensadores marxistas que discutem a teoria da ideologia, assim como muitos trabalhos que analisam o fenômeno religioso em seus vários prismas, acredita-se que a contribuição desta pesquisa tenha sido estabelecer uma conexão entre estes três temas tão complexos. Além disto, este trabalho se soma às discussões acerca da estratégia ideológica da classe capitalista estadunidense, que a partir do conluio entre grupos empresariais, governamentais e religiosos, difundiu o anticomunismo na América Latina, a fim de impedir a organização e a libertação da classe trabalhadora de seus pesados grilhões. O imperialismo em sua dimensão ideológica tem se mostrado eficaz em garantir que o trabalhador permaneça passivo, apático e disciplinado para desempenhar suas funções no modo de produção capitalista e seja ainda o mais leal defensor da ordem internacional que lhe oprime.

## REFERÊNCIAS

### Livros e Capítulos de Livros

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Introdução Crítica: Althusser, a ideologia e as instituições.** In: ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx.** Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

AMIN, Samir. **Eurocentrismo: Crítica de uma Ideologia.** São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

AMIN, Samir. **Somente os Povos Fazem sua Própria História.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ANDERSON, Perry. **A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos.** São Paulo: Boitempo, 2015.

BLOCH, Ernst. **The Principle of Hope.** Studies in Contemporary German Social Thought, vol. I. Massachusetts: The MIT Press, 1996.

BOER, Roland. **Althusser's Religious Revolution.** In: HAMZA, Agon (ed.). **Althusser and Theology. Religion, Politics and Philosophy.** Series: Historical Materialism Book series. Volume 124. Boston: Brill, 2016.

BOER, Roland. **Lenin, Religion and Theology.** New York: Palgrave Macmillan, 2013.

BOER, Roland. **Red Theology: On the Christian Communist Tradition.** Studies in Critical Research on Religion. Vol. 10. Leiden; Boston: Brill, 2019.

BOER, Roland. **Red Theology: On the Christian Communist Tradition: Studies in Critical Research on Religion.** Leiden; Boston: Brill, 2019.

BORON, Atilio. **A Questão do Imperialismo.** Em: *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas.* Buenos Aires: Clacso, 2007.

BORON, Atílio. **Império e Imperialismo: Uma Leitura Crítica de Michael Hardt e Antonio Negri**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUGIATO, Caio; BERRINGER, Tatiana. **Imperialismo e Relações Internacionais: dos Clássicos aos Contemporâneos**. In: BUGIATO, Caio (org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Goiânia: Phillos, 2021.

CALLINICOS, Alex. **Imperialism and Global Political Economy**. Cambridge: Polity Press, 2009.

COLBY, Gerard; DENNET, Charlotte. **Thy Will be Done. The Conquest of the Amazon: Nelson Rockefeller and Evangelism in the Age of Oil**. New York: Harper Perennial, 1996.

COX, Robert W. **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory**. In: **Approaches to World Order**. Cox, R. and Sinclair, T. (ed.) Cambridge: Cambridge University Press, (1981) 1996.

DE OLIVEIRA, Jane Tereza Gonzaga. **Intervenção na América Latina**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

DIAMOND, Sara. **Spiritual Warfare: The Politics of the Christian Right**. Montreal, New York: Black Rose Books, 1990.

DREYFUSS, René. **A Internacional Capitalista: Estratégias e Táticas do Empresariado Transacional (1918-1986)**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma Introdução**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, Luís Eduardo. **Apresentação: Introdução aos Estudos do Imperialismo Tardio**. In: FERNANDES, Luis Eduardo (org.) **Introdução ao Imperialismo Tardio**. São Paulo; Recife: Lavra Palavra; Ruptura, 2022.

FERNANDES, Luís. **Marx e a Gênese do Sistema Internacional Moderno**. In: PAUTASSO, Diego; PRESTES, Ana (org.). **Teoria das Relações Internacionais: Contribuições Marxistas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

GILLOT, Pascale. **Althusser e a Psicanálise**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

- GUNN, Jeremy Thomas. **Spiritual Weapons: The Cold War and the Forging of an American National Religion**. Westport: Praeger Publishers, 2009.
- HALLUM, Anne Motley. **Beyond Missionaries: Toward an Understanding of the Protestant Movement in Central America**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1996.
- HAMZA, Agon (ed.). **Althusser and Theology. Religion, Politics and Philosophy**. Series: Historical Materialism Book series. Volume 124. Boston: Brill, 2016.
- HARVEY, David. **The New Imperialism**. New York: Oxford Press, 2003.
- HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.
- HUNT, Michael H. **Ideology and U.S. Foreign Policy**. New Haven ; London: Yale University Press, 2009.
- INBODEN, William. **Religion and American Foreign Policy, 1945 – 1960**. New York: Cambridge University Press, 2008.
- KONDER, Leandro. **A Questão da Ideologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- LA ROCCA, Tommaso. **Cristianismo**. In: LIGUORI; G; VOZA, Pascuale. (Orgs). Dicionário Gramsciano, 1926-1937. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LEITE, Lucas Amaral Batista. **O império hesitante: A ascensão americana no cenário internacional**. Curitiba: Appris, 2023.
- LENIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- LIMA, Delcio Monteiro. **Os Demônios Descem do Norte**. São Paulo: Ed. Francisco Alves, 1987.
- LOSURDO, Domenico. **A Linguagem do Império**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e Luta Anticolonial: Desafios da Revolução no Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- LOSURDO, Domenico. **Contra-história do Liberalismo**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

LOSURDO, Domenico. **Imperialismo e Questão Europeia**. São Paulo: Boitempo, 2023.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciências Sociais: Elementos para uma Análise Marxista**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Religião: Ópio do Povo?** In: A Teoria Marxista Hoje. Problemas e Perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

MADURO, Otto. **Religião e Luta de Classes**. Petrópolis: Vozes, 1980.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; Lenin, Vladimir Ilitch. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; Lenin, Vladimir Ilitch. **Manifesto Comunista; Teses de Abril**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, Delcio Monteiro. **Os Demônios Descem do Norte**. São Paulo: Ed. Francisco Alves, 1987.

NASSER, Reginaldo Mattar. **Os arquitetos da política externa norte-americana**. São Paulo: Educ, 2010.

ORTEGA Y MEDINA, Juan A. **Destino Manifesto: sus razones históricas y su raíz teológica**. Mexico : Secretaria de Educacion Publica, 1972.

OSÓRIO, Luiz Felipe. **Imperialismo, Estado e Relações Internacionais**. São Paulo: Ideias e Letras, 2020.

PATNAIK, Prabhat. **Notas sobre o Imperialismo Contemporâneo**. In: FERNANDES, Luis Eduardo (org.) *Introdução ao Imperialismo Tardio*. São Paulo;Recife: Lavra Palavra; Ruptura, 2022.

PAUTASSO, Diego. **O Imperialismo como Sistema Complexo de Dominação: uma Abordagem a partir de Domenico Losurdo**. In: PAUTASSO, Diego; PRESTES, Ana (org.). *Teoria das Relações Internacionais: Contribuições Marxistas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PRASHAD, Vijay. **Uma História Popular do Terceiro Mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

RAMOS, Leonardo. **Gramscian IPE**. In: VIVARES, Ernesto (ed.). *The Routledge Handbook to Global Political Economy*. New York and London: Routledge, 2020.

SAMPEDRO, Francisco. **Louis Althusser**. Marília: Lutas Anticapital, 2023.

SAUNDERS, Frances Stonor. **Quem Pagou a Conta: a CIA na Guerra Fria da Cultura**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2008.

SMITH, John, **Imperialismo no Século XXI**. In: FERNANDES, Luis Eduardo (org.) *Introdução ao Imperialismo Tardio*. São Paulo;Recife: Lavra Palavra; Ruptura, 2022.

STEPHANSON, Anders. **Manifest Destiny: American Expansion and the Empire of Rights**. Nova Iorque: Hill and Wang, 1995.

STOLL, David. **¿Pescadores de hombres o fundadores de Imperio? El Instituto Lingüístico de Verano en América Latina**. Quito: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1985.

SUTTON, Matthew Avery. **Double Crossed: The missionaries who spied for the United States during the Second World War**. New York: Basic Books, 2019.

UGALDE, Luís. **Prólogo**. In: MADURO, Otto. **Religião e Luta de Classes**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVAREZ, Miguel. **The Reshaping of Mission in Latin America**. Oxford: Regnum Books International, 2015.

## **Artigos**

ACHARYA, Amitav. **Race and racism in the founding of the modern world order.** International Affairs 98: 1, 2022. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7925406/mod\\_resource/content/1/iiab198.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7925406/mod_resource/content/1/iiab198.pdf) Acesso em 06/07/2024.

AMIN, Samir. **Imperialism and Culturalism Complement Each Other.** New York: Monthly Review, Vol. 48, No. 2: June, 1996.

AMIN, Samir. **Imperialism and Globalization.** New York: Monthly Review, 2001, Volume 61, Issue 07 (December). Disponível em: <https://monthlyreview.org/2001/06/01/imperialism-and-globalization/> acesso em 18/11/2023.

AMIN, Samir. **O Imperialismo, Passado e Presente.** Tempo, Rio de Janeiro, n. 18, p. 77-123, 2005.

AMIN, Samir. **Seize the Crisis!** New York: Monthly Review, 2009, Volume 53, Issue 02 (June). Disponível em: <https://monthlyreview.org/2009/12/01/seize-the-crisis/> acesso em 18/11/2023.

APELDOORN, Bastiaan Van. **Geopolitical Strategy and Class Hegemony: Toward a Historical Materialist Foreign Policy Analysis.** Spectrum: Journal of Global Studies 6 (1), 1-20, 2014.

BARROS, Maria Cândida Drummond Mendes. **O contexto político e intelectual da entrada do Summer Institute of Linguistics na América Latina (1930-1960).** Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana, Vol. 2, No. 2 (4), 2004, p. 149-208.

CHOMSKY, Noam. **Consentimento sem Consentimento: a Teoria e a Prática da Democracia.** Estudos Avançados 11 (29), p. 259-276, 1997.

COX, Robert W. **Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: Um Ensaio sobre o Método.** Millenium, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

FONSECA, Carlos da. **“Deus Está do Nosso Lado”: Excepcionalismo e Religião nos EUA.** Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 29, no 1, janeiro/junho 2007, p. 149-185.

FROSINI, Fabio. **Ideologia em Marx e em Gramsci**. Educação e Filosofia Uberlândia, v. 28, n. 56, p. 559-582, jul/dez 2014.

HAINES, Gerald K. **Under the Eagle's Wing: The Franklin Roosevelt Administration Forges An American Hemisphere**. Diplomatic History, Volume 1, Issue 4, October 1977, Pages 373–388, <https://doi.org/10.1111/j.1467-7709.1977.tb00248.x>

HENRY, Maureen. **The intoxication of power: an analysis of civil religion in**

KUBÁLKOVÁ, Vendulka. **Framing Robert W. Cox, Framing International Relations**. Globalizations, Volume 13, Issue 5, P. 578-593, Jul 2016.

LEITE, Leonardo de Magalhães. **Sobre as Teorias do Imperialismo Contemporâneo: Uma Leitura Crítica**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 507-534, ago 2014.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **O Homem e o Mito**. 1925, disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mariategui/1925/01/16.htm>

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

OSÓRIO, Luis Felipe. **Hirsch: Estado, Imperialismo e Relações Internacionais**. Crítica Marxista, n. 46, 2018, p. 153-161.

PETERSON, Fredrik. **Imperialism and The Communist International**. Journal of Labor and Society, 2471-4607, Volume 20, March 2017, p. 23-42.

**relation to ideology**. Boston: D. Reidel, 1979.

ROCKHILL, Gabriel. **Critical and Revolutionary Theory: For the Reinvention of Critique in the Age of Ideological Realignment**. Domination and Emancipation, Ed. Daniel Benson, Rowman & Littlefield International, 2021. Disponível em: [https://www.academia.edu/73739017/Critical\\_and\\_Revolutionary\\_Theory\\_For\\_the\\_Reinvention\\_of\\_Critique\\_in\\_the\\_Age\\_of\\_Ideological\\_Realignment](https://www.academia.edu/73739017/Critical_and_Revolutionary_Theory_For_the_Reinvention_of_Critique_in_the_Age_of_Ideological_Realignment) Acesso em 27/11/2023.

RODEGHERO, Carla Simone. **Religião e Patriotismo: o Anticomunismo Católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 463-488 2002.

ROSEN, Stephen Peter. **Blood Brothers: the dual origin of American Bellicosity.** The American Interest: Julho/agosto, 2009. Disponível em: <https://www.the-american-interest.com/2009/07/01/blood-brothers/> Acesso em 06/07/2024.

WALLACE, James C. **A Religious War? The Cold War and Religion.** Journal of Cold War Studies. Vol. 15, No. 3, Summer 2013, pp. 162–180, doi:10.1162/JCWS\_a\_00374.

### **Teses e Dissertações**

DE MELO, Romulo Cassi Soares. **Aparelhos de Estado na Reprodução Social: Repressão e Ideologia.** São Paulo: USP, 2017. (Tese de Láurea)

MATEO, Luíza Rodrigues. **Deus abençoe a América: religião, política e relações internacionais dos Estados Unidos.** São Paulo: Unesp, 2011 (Dissertação de Mestrado)

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O Anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: USP, 2000 (Tese de Doutorado em História Econômica).

NETTO, Rodrigo de Sá. **O Partido da Fé Capitalista: Organizações Religiosas e o Imperialismo Norte-Americano na Segunda Metade do século XX.** Niterói: UFF (Tese de Doutorado ao PPG em História).

HENDLER, Bruno. **Ônus e bônus da Guerra ao Terror: Custos para os EUA e ganhos relativos da China em tempos de mudança no sistema-mundo moderno.** Brasília: UnB, 2012 (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais).

SILVA, Vicente Gil. **Planejamento e Organização da Contrarrevolução Preventiva no Brasil: Atores e Articulações Transnacionais (1936-1964).** Rio de Janeiro: UFRJ, 2020 (Tese de Doutorado em História Social)

SILVA, Romero Júnior Venâncio. **A Crítica da Religião em Marx: 1840 - 1846.** Recife: UFPE, 2010. Tese de Doutorado.

## ANEXO 1 – Convite da FRASCO

Approved For Release 2003/06/26 : CIA-RDP80R01731R001200070075-4

NATIONAL CONFERENCE  
on  
THE SPIRITUAL FOUNDATIONS OF AMERICAN DEMOCRACY

November 8-10, 1954

Monday, November 8 6:30 P. M.

6:30 P. M. Dinner Meeting

Toastmaster and Moderator: Dr. Edward L. R. Elson

Subject: The Predicament of Our Age

Addresses by:

Mr. Thomas E. Murray,  
Commissioner,  
Atomic Energy Commission

Prof. A. T. Mollegen  
Virginia Theological Seminary, Alexandria, Va.

Tuesday, November 9

10:00 A. M. Plenary Session

Moderator: Father John Cronin

Subject: The Biblical Basis of American Democracy

Paper by:

Mr. Will Herberg

12:30 P. M. Luncheon

Presiding: Dr. Charles W. Lowry

Address by the President of the United States

2:30 P. M. Plenary Session

Moderator: Dr. Elton Trueblood

Subject: The Necessity of Faith in a Living Democracy

Paper by:

Reverend Theodore M. Hesburgh, C.S.C.,  
President, Notre Dame University

Approved For Release 2003/06/26 : CIA-RDP80R01731R001200070075-4

Approved For Release 2003/06/26 : CIA-RDP80R01731R001200070075-4

Tuesday, November 9 (Continued)

6:30 P. M. Dinner Meeting

Toastmaster and Moderator: Mr. Charles Edward Willson

Subject: Practical Steps for Strengthening American Democracy

Addresses by:

Rabbi Edgar Magnin

Mr. Thomas H. Mahoney

Dr. Louis Evans

Wednesday, November 10

10:00 A. M. Plenary Session

Moderator: Rabbi Norman Gerstenfeld

Subject: Democracy's Alternative to the Marxian Dialectic

Paper by:

Dr. Charles W. Lowry

12:30 P. M. Luncheon

Presiding: Dr. Edward L. R. Elson

Adjournment

Approved For Release 2003/06/26 : CIA-RDP80R01731R001200070075-4

Approved For Release 2003/06/26 : CIA-RDP80R01731R001200070075-4

-4-

Members of the foundation's National Advisory Council are as follows:

Mr. Maxwell Abbell, Former President, United Synagogue of America,  
Chicago, Illinois  
Mr. Edward W. Barrett, Former Asst. Secretary of State for Public  
Affairs, New York, N. Y.  
Mr. Harry Camp, San Francisco, California  
The Hon. William R. Castle, Former Undersecretary of State,  
Washington, D. C.  
Rev. John F. Cronin, S.S., Asst. Director, Social Action Dept., NCWC  
Washington, D. C.  
Dr. Louis H. Evans, Minister at Large, Presbyterian Church in U.S.A.,  
Los Angeles, California  
Dr. Francis P. Gaines, President, Washington and Lee University,  
Lexington, Virginia  
Rabbi Norman Cerstenfeld, Pastor, Washington Hebrew Congregation,  
Washington, D. C.  
Rev. Billy Graham, Montreat, N. C.  
Dr. Gordon Gray, President, University of North Carolina  
Rev. Theodore M. Hesburgh, C.S.C., President, Notre Dame University  
Bishop Ivan Lee Holt, Bishop in the Methodist Church, St. Louis, Missouri  
The Hon. Herbert Hoover, Former President of the United States  
Dr. Robert L. Johnson, President, Temple University, Philadelphia, Pa.  
Mr. Henry R. Luce, Life & Time, New York, N. Y.  
The Hon. George C. McGhee, Former Ambassador to Turkey, Washington, D. C.  
Rabbi Edgar F. Magnin, Wilshire Boulevard Temple, Los Angeles, Calif.  
Mr. Thomas Mahoney, Vice President, Catholic Association for International  
Peace, Boston, Massachusetts  
Mr. Thomas E. Murray, Atomic Energy Commission  
Dr. Norman Vincent Peale, Minister, Marble Collegiate Reformed Church,  
New York, N. Y.  
Rt. Rev. Noble C. Powell, Episcopal Bishop of Maryland  
The Most Rev. Michael J. Ready, Catholic Bishop of Columbus (Ohio)  
Dr. Joseph R. Sizoo, Head, Dept. of Religion, George Washington University  
Dr. Guy E. Snavely, Executive Secretary, Association of American Colleges,  
Washington, D. C.  
Dr. Ralph W. Sockman, Minister, Christ Methodist Church, New York, N. Y.  
Dr. Robert G. Storey, Dean of the Law School, Southern Methodist  
University, Dallas, Texas  
Dr. D. Elton Trueblood, Director of Religious Policy, U.S.I.A.  
Rt. Rev. Henry St. George Tucker, Formerly Presiding Bishop, Episcopal  
Church, Richmond, Virginia  
Dr. W. H. White, President, Baylor University, Waco, Texas  
Mr. Charles Edward Wilson, Former President, General Electric Company,  
Scarsdale, N. Y.  
The Most Rev. John J. Wright, Catholic Bishop of Worcester (Mass.)

#### INVITED

Mr. John Quincy Adams, President, Manhattan Refrigerating Company  
Prof. Jerome Kerwin, Chicago University  
Mr. Thomas W. Pangborn, Hagerstown, Maryland  
Dr. George Shuster, President, Hunter College  
The Hon. John L. Sullivan, Former Secretary of the Navy, Manchester, N. H.  
Mr. James Twohy, Co-Chairman, National Conference of Christians and Jews

Approved For Release 2003/06/26 : CIA-RDP80R01731R001200070075-4

Approved For Release 2003/06/26 : CIA-RDP80R01731R001200070075-4

Foundation for Religious Action  
In the Social and Civil Order

1. BACKGROUND. The problem of our time is complex and many-sided. It is easy to say that Communism is the great issue of our day. But a full statement of this problem must include not only the many facets of insidious appeal which Communism has, but also an evaluation of our own reaction to the threat which it represents to our civilization and way of life.

To the extent that Communism menaces us by its military, political, economic, psychological, and conspiratorial methods and activities, the United States and its allies have developed resources of defense and containment. People may differ as to the adequacy of our countermeasures, but at least we have finally faced up to the issue.

In one great area, however, we have both underestimated the Communist appeal and have failed sufficiently to mobilize our resources for a more powerful appeal. This is the area of ideology; the satisfaction of the ideals, aspirations, and hopes of many millions of mankind. In the minds of far too many people, Communism has virtually preempted such terms as peace, democracy, freedom, reform, progress, and economic deliverance. The free nations of the West have been tarred as warmongers, imperialists, exploiters, materialists, and exponents of a decadent civilization.

The impact of this ideological offensive in large sections of Western Europe, Latin America, Africa, and Asia is tremendous. It is probably as effective, in its total force, as the more tangible forces against which we have mobilized. Yet the nations of the free world, our own included, have done little in the battle for men's minds. Not only are we losing in this field, but we are also suffering political, military, and economic losses because of our failure to win the allegiance of many neutralist nations or groups.

2. THE FOUNDATION. To meet the crisis of our time, an ideological and spiritual counteroffensive is needed. For this purpose, the Foundation for Religious Action in the Social and Civil Order was founded as a means of uniting the religious-minded people of America, irrespective of specific creed or denomination, in a constructive program of opposition to Communism and of affirmation of the ideas of true Democracy.

The purpose of the Foundation may be stated in the following terms, quoted from the articles of incorporation:

The particular objects of this corporation shall be to do and perform every lawful act necessary and incident to be done and performed in furtherance of uniting all people who believe in a Supreme Being into a movement having as the avowed aim and purpose the promotion of confidence of people everywhere in religious truth as the prime support of human freedom; of promoting and encouraging resistance to all attempts which may tend to destroy confidence in religion, or which may aim at enslaving the minds

Approved For Release 2003/06/26 : CIA-RDP80R01731R001200070075-4

Approved For Release 2003/06/26 : CIA-RDP80R01731R001200070075-4

-2-

to the forces bent on the destruction of religion; and of having every participant in this movement endeavor to make religious truth an effective force for the promotion of ordered freedom and the common good in every nation and in the family of nations; and employing every legitimate educational and informational means of carrying out the aims of purposes herein enumerated.

3. AREAS OF OPERATION. In the United States, we seek to revive in our people an awareness of the spiritual foundations of our democracy. We stress the importance of religion in social and civil affairs. At the same time we interpret the true nature of world Communism, as primarily a design for winning and enslaving the minds of men. This perverse aim must be countered by a vigorous crusade, based on the primacy of God and the reality of man's creation in the Divine image, and expressing itself in clear convictions with respect to the moral law, the dignity of man, freedom in society, and an orderly economic system which affords material support to the family and the higher achievements of man's culture, without falling into the errors of statism and collectivism.

Outside our borders we seek to enlist the support of all believers in God in a common crusade against the tyranny of atheistic and inhuman Communism and for the ideals derived from belief in God and in the rights and dignity of man, and from confident determination to progress toward ever higher degrees of political and economic emancipation. Thus we would seek to win an allegiance which is being rapidly lost because of the effectiveness of Communist propaganda and our own blindness to the transcendent importance of the war for men's minds.

4. METHODS OF OPERATION. To achieve these aims, certain steps will be taken progressively, as ability, resources, and experience permit. Among these are:

(1) A national conference on the spiritual foundations of our democracy, to be held in Washington in November, 1954. This will lead to follow-up efforts to combat secularism and moral anarchy in our nation.

(2) Lecture, radio, and television programs to explain the real nature of the Communist threat, to further spiritual ideals in our democracy, and to enlist support for a worldwide effort.

(3) Preparation of literature in order to influence members and others in accord with the ideals of the Foundation. As a start, a biweekly bulletin is planned, which will emphasize the real nature of Communism, persecution of religion behind the Iron Curtain, and the operation of religious ideals in civic and social life.

In addition to direct distribution, such literature will be sent to the editors of Church papers, selected secular dailies, and the more important weekly newspapers, to radio and television commentators; and to columnists. It will also be made available to libraries and schools.

Ultimately literature will be prepared for worldwide distribution, employing the services of a research staff.

Approved For Release 2003/06/26 : CIA-RDP80R01731R001200070075-4

Approved For Release 2003/06/26 : CIA-RDP80R01731R001200070075-4

-3-

(4) Making initial contact with religious leaders and religiously inclined lay leaders in other lands, in the effort to bring them more closely together in a common cause of preserving freedom and fighting the ideological threat of Communism.

(5) Steps to encourage daily prayer for God's help in bringing about peace and the restoration of freedom to hundreds of millions under Communist slavery.

(6) Efforts to seek support of and membership in the Foundation, with appeals both to Church groups and to individuals.

Thus we would operate in an area which is of the highest importance, yet which cannot be the object of government action or propaganda. We would seek to strengthen and unite the free world, as the Crusade for Freedom strives to implant the ideas of freedom behind the Iron Curtain. We would also hope to influence Americans to oppose Communism for the right reasons and to support a crusade which would capture the ideological initiative too often held by Communists today.

\*\*\*\*\*

There will follow, on the last page of the printed brochure, the following sentence:

BELIEVING in the necessity of action now for God, for Country, and for Human Liberty, I wish to become a member of the FOUNDATION FOR RELIGIOUS ACTION IN THE SOCIAL AND CIVIL ORDER and to have a part in a spiritual and ideological offensive for true Democracy and against Communism.

\*\*\*\*\*

On a fly-leaf of the brochure, the following will be reprinted:

#### FOUNDATION AIMS

1. To stress the importance of religious truth in the preservation and development of genuine Democracy.
2. To unite all believers in God in the struggle between the free world and atheistic Communism which aims to destroy both religion and liberty.

Approved For Release 2003/06/26 : CIA-RDP80R01731R001200070075-4

# ANEXOS 2 a 4 – Notícias sobre o envolvimento da CIA com missionários

STAT

Sanitized Copy Approved for Release 2010/09/08 : CIA-RDP90-00806R000100670009-8

7

ARTICLE APPEARED  
ON PAGE 494

THE NATION  
26 April 1980

for, like his colleagues, to demonstrate an intimacy, as well as a courtesy of the local and foreign C.I.A. now appears in the area, partly by Catholic and Protestant missionary groups and security agencies. For example, was the

Uruguayan interior ministry, Luis Vargas Garmendia, was an old C.I.A. hand who had worked with former C.I.A. agent Philip Agee in the 1960s. The pair spent their time making life difficult for diplomats from the socialist countries accredited to Uruguay back in the days when Uruguay was still a democracy. Vargas Garmendia was generally thought to have planned the murders of two former Uruguayan Senators in Buenos Aires in 1976. He was later made secretary to President Aparicio Méndez, front man for Uruguay's repressive military regime.

Because of his background in Church affairs, acquired during a stint in Central America, Centeno was chosen to monitor and persecute Uruguay's critical Catholic Church. Also useful were his credentials as a militant in Catholic Action, a laymen's movement that was influential in Latin America during the 1960s. Centeno professed not to understand why Uruguayan priests were so "strangely" reluctant to answer questions, whereas his experience with Catholics in Central America had been "just the opposite." But in view of the regime's arrest and/or expulsion of fifteen religious between 1972 and 1976, the closure of five Church publications and a smear campaign against Montevideo's Archbishop Carlos Parteli, labeled a Communist because he defended human rights, such reticence was well-founded. Though an "educated" policeman, Centeno specialized in the "black propaganda" of half-truths or outright lies practiced by the C.I.A. in its work with Church groups in Ecuador, Brazil and Chile during the 1960s and early 1970s. When such important Montevideo bookstores as Ramos y Mosca refused to stock *The Church of Silence*, a slanderous attack on Chile's bishops by a right-wing Catholic group known as Tradition, Family, and Property (T.F.P.), Centeno threatened the owners.

Men like Centeno owe their skills in part to the Agency for International Development's police training programs, but they also adhere to a long tradition of Church spying that dates to the C.I.A.'s forerunner, the Office of Strategic Services (O.S.S.), formed during World War II. Later, during the cold war, U.S. missionaries routinely collaborated with the C.I.A. and, on their return to the United States, visited the State Department to be debriefed. In those days there was nothing conspiratorial about this relationship, nor any suggestion of moral conflict: most missionaries shared

## C.I.A. Secret Missionaries

Until 1975, the Central Intelligence Agency routinely used missionaries and clerics as informants and for covert activities. This was particularly true in Latin America, where most of the fourteen documented cases of collaboration with the C.I.A. occurred.

Now, under foreign intelligence charter legislation being considered by the Senate Select Committee on Intelligence, the C.I.A. would again be empowered to use church groups to gather intelligence. White House spokesmen claim that the C.I.A. would enlist missionaries only if "it is terribly important." They also state that the Government will support a charter to "protect the integrity" of missionaries and clerics. On the basis of the C.I.A.'s past record, however, such assurances are dubious—as is shown by the following passage excerpted from Penny Lernoux's *Cry of the People*, to be published by Doubleday on May 2.

—The Editors

### PENNY LERNOUX

**A**dolfo Centeno Alancastro was suitably sympathetic. It really was a shame, he told the Uruguayan Jesuit, how brutish Uruguayan police agents were, but what could you do with people who thought that Medellín\* was the name of a person and confused pictures of Christ with Che Guevara.

The police had just ransacked the priest's house in Montevideo, carrying off his entire library to burn, including a rare collection of theological treatises, and here was their boss commiserating with him over the loss of his life's work! According to Centeno, such incidents would never happen if Church officials would only cooperate with educated policemen like himself.

Whatever his claims, Centeno had bona fide credentials,

Sanitized Copy Approved for Release 2010/09/08 : CIA-RDP90-00806R000100670009-8

CONTINUED

STAT

ARTICLE APPEARED  
ON PAGE 662THE NATION  
30 MAY 1981

## ONWARD WYCLIFFE SOLDIERS

# Missionaries With a Mission?

BILL WALLACE

On March 7, guerrillas from Colombia's revolutionary April 19 Movement executed Chester A. Bitterman 3d, a 28-year-old American missionary they had kidnapped two months earlier. They justified their action by claiming that the U.S.-based organization Bitterman worked for, Wycliffe Bible Translators, was a front for the Central Intelligence Agency. Bitterman's employer, a widely known religious and educational organization with close ties to several colleges and universities, as well as a legion of endorsers among business, governmental and diplomatic circles, denied April 19's claims, and most people quickly dismissed the guerrillas' allegations as irrational ravings from the perpetually paranoid underground of Latin American politics.

But April 19 is not the first organization to charge that Wycliffe Bible Translators has links with the U.S. intelligence community. Nor does all the criticism emanate from the far left. A steadily increasing number of academics, including numerous Latin American anthropologists, have accused Wycliffe of providing cover for covert C.I.A. operations and of engaging in intelligence gathering. A variety of South American magazines and newspapers have criticized Wycliffe and its subsidiaries, the Summer Institute of Linguistics and the Jungle Aviation and Radio Service (J.A.A.R.S.), for working closely with some of the most repressive governments in Latin America, and for promoting the exploitation of Latin resources by multinational corporations. Even some churchmen have attacked Wycliffe for using the pretext of its Christian mission to promote Western notions of politics, law and social organizations, thus helping to destroy indigenous cultures among isolated peoples.

Wycliffe was founded by William Cameron Townsend, a Bible salesman from Orange County, California, who, as a young man during World War I, worked among the primitive tribes in Central America. According to *Uncle Cam*, an "authorized" biography of Townsend written by James and Marti Hefley in 1974 and printed by The Word Books, a religious publishing house, the young Bible trader quickly realized that the Spanish-language religious

literature he was peddling might as well have been written in Swedish since most of the non-Christian Indians he approached could communicate only in obscure native tongues which seemed to have no alphabet or established rules of usage. Townsend mounted a series of linguistic expeditions into remote parts of the Central American and Mexican jungles, studying several of these little-known languages and developing grammars for them. In 1934, Townsend and a group of his colleagues established a language program for would-be Bible translators at Sulphur Springs, Arkansas—the first Summer Institute of Linguistics. In 1935, the institute's first graduating class began working among preliterate tribes in Mexico, and Wycliffe Bible Translators was born.

Today, the organization has at least 3,000 career linguists and other professionals working in more than twenty-five countries. According to a recent pamphlet from Wycliffe, the group's legions of Christian soldiers have worked among obscure tribes of preliterate peoples in Asia, Africa, North and South America, the Philippines, New Guinea and Europe. Several years ago, the organization even sent a delegation to the Soviet Union to study some of the lesser-known national languages within the U.S.S.R.

Wycliffe's primary activity is translating the New Testament and other biblical texts into the languages of aboriginal societies, which the larger and better-known Christian missionary organizations consider too small to bother with. In the course of that work, Wycliffe has developed a missionary relationship with more than 555 tribes all over the world, and has translated religious works into more than 200 languages.

But Wycliffe is much more than a missionary organization. It is supported by outside funding totaling roughly \$8 million a year. Much of the money is paid by the governments of the countries in which it operates. The remainder comes from U.S. governmental agencies like the Alliance for Industrial Development and the former Department of Health, Education and Welfare, and from wealthy fundamentalist businessmen and small church organizations. In 1947, Wycliffe organized its own airline of bush pilots and mechanics to support Wycliffe missionaries probing the

**CONTINUED**

PHILADELPHIA BULLETIN  
4 May 1981

## THE NEW MISSIONARIES/Part 2

# Another cross to b CIA involvement s

For more than 150 years, U.S. missionaries — Bible in hand — have traveled the world to spread God's word. But today's missionary ventures forth with a different mandate in mind, and often in the face of extreme danger. This is the second in a series.

BY PAULA HERBUT  
Of The Bulletin Staff

The Summer Institute of Linguistics might seem to be an unlikely target of suspicions of Central Intelligence Agency (CIA) involvement.

A branch of the Wycliffe Bible Translators, the institute works in remote areas of the world, its missionary-linguists living for 15 to 20 years with remote villages of people who have no written language.

The linguists transcribe the unwritten languages into written form and then translate the New Testament into the language, converting the people to Christianity along the way.

But the fact that linguists spend years in remote areas arouses suspicion in some. So does their dedication to seemingly insignificant people — some of the villages the institute works with have as few as 100 people.

The institute also has contracts with the governments of the 36 countries it works in; it accepts some government grants from the U.S. and other countries for special projects, and in countries where suspicion of the U.S. government is strong, the institute has not escaped suspicion itself.

In Colombia, Chester A. Bitterman 3d, a 28-year-old native of Lancaster, Lancaster County, was preparing to dedicate more than 15 years of his life as a missionary-linguist to a village of only 110 people.

He was one of 200 missionary-linguists and support workers in the country. There are 1,500 missionary-linguists with the institute around the world — another 3,500 affiliated staff members do support work such as maintaining supply bases or radio services.

But on Jan. 19, Bitterman was taken hostage by a group of left-wing guerillas, and six weeks later was murdered. The group charged that the institute was a CIA front. The institute denied involvement with any government intelligence agency — in fact, it forbids it, it said. Bitterman's father said that his son, a fundamentalist Christian, felt he was "led by God" into missionary work.

The institute has been a target for more than a decade of rumors that it has spied, set up missile bases and even mined precious minerals or run drug operations in Latin American countries. The rumors have never been confirmed.

Buterman's murder comes in the midst of widespread controversy in missionary circles over the role of U.S. missionaries in Third World countries and U.S. government funding of some missionary development projects and relief work.

It also has led to more specific actions by Protestant denominations. Among them is the United Methodist Church, whose Board of Global Ministries' World Division approved a policy this month that "no ransom will be authorized on the basis that such response places in jeopardy all personnel and programs of the church."

Espionage allegations against missionaries in Third World countries are not uncommon and do not center on U.S. missionaries alone. In Iran, three British Anglican missionaries accused of spying were imprisoned for more than six months until the charges were dropped in February.

Past CIA use of missionaries was uncovered in 1975 during a 15-month investigation by the U.S. Senate Select Committee on Intelligence Activities. The final committee report said it had information that 21 missionaries were used by the agency in the 1950s and 1960s.

It was a different era. Among missionaries who helped the CIA was famed Catholic missionary doctor

lic sainthood, Dooley, who died of cancer in 1961 at 34, served as an unpaid informer to the CIA in the 1950s when he was a doctor in Laos and Vietnam. He reportedly passed information about villagers' sentiments and troop movements near the Laos hospital where he treated the starving and wounded.

"He (Dooley) was a doctor and humanitarian. He thought this would help those people and help prevent communism taking over those countries," said the Rev. Maynard Kegler, a priest working for Dooley's sainthood.

Church groups now solidly oppose use of missionaries by the CIA, citing separation of church and state, fear that the practice would taint and endanger all missionaries and concern that government policy is not always identical to church stands.

"They go in as missionaries of the church, not as missionaries of the government," said Dr. Lois Miller, associate general secretary for the United Board of Global Ministries of the United Methodist Church, which — like many other denominations in recent years — specifically prohibits any CIA involvement among its missionaries.

In 1976 a public policy statement was issued by then-CIA Director George Bush that the agency had terminated its "paid or contractual" relationships with American clergymen and missionaries and would not renew them.

CIA internal guidelines in effect since 1977 state that "American church groups will not be funded or used as funding cut-outs (fronts) for CIA purposes." They also state that the CIA shall establish "no secret, paid or unpaid, contractual relationship with any American clergyman or missionary . . . who is sent out by a mission or church organization to preach, teach, heal or (proselytize)."